



Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico
Subsecretaria do Tesouro Municipal
Departamento de Contadoria

Relatório Técnico do Balanço Geral de 2015



Março/2016



Relatório Técnico do Balanço Geral

Contas do Exercício de 2015

Prestação
de Contas



Publicação da Secretaria Municipal de Finanças e
Desenvolvimento Econômico - São Paulo - março de 2016.

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Fernando Haddad

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Rogério Ceron de Oliveira

SECRETÁRIO ADJUNTO

Marcoantonio Marques de Oliveira

CHEFE DE GABINETE

Arlinton Nakazawa

SUBSECRETÁRIO DO TESOURO MUNICIPAL – SUTEM

Luis Felipe Vidal Arellano

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTADORIA – DECON

Emerson Onofre Pereira

DIVISÃO DE CONTROLES CONTÁBEIS – DICOC

Flavio Augusto Solla

DIVISÃO DE CONTABILIDADE DE RECEITAS E DE IMPOSTO DE RENDA – DIGIR

Helvio Gabriel Jorge Cardoso Vieira

DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – DISEO

Iranice Aparecida Santos Ruivo

DIVISÃO DE CONTABILIDADE – DICON

Marcelo Pierantozzi Gonçalves

DIVISÃO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS CONTÁBEIS – DIGER

Margarete Tizue Nakamae Takaoka

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

EQUIPE TÉCNICA

Diego Ulisses Casagrande

Jamil Eduardo Gravina Silva

Marcia Correia Jusius

Maria de Lourdes Silva Gomes

Simone Nishida Pereira

Whellen da Silva e Silva

Sumário

Introdução ao Relatório Técnico do Balanço Geral de 2015.....	5
Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis.....	7
Principais Dispositivos Legais.....	9
Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis	10
Criação, Extinção, Liquidação e Incorporação de Órgãos e Entidades	12
Análise sob o Aspecto Patrimonial	14
Balanço Patrimonial.....	14
Demonstração das Variações Patrimoniais	47
Análise sob o Aspecto Financeiro.....	51
Balanço Financeiro.....	51
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	58
Análise sob o Aspecto Orçamentário.....	64
Lei Orçamentária Anual - LOA.....	64
Balanço Orçamentário.....	66
Gestão Fiscal.....	99
Controladoria Geral do Município - CGM.....	111
Principais dados apresentados pela CGM em 2015.....	111
Principais Resultados Alcançados no Exercício de 2015	115

Introdução ao Relatório Técnico do Balanço Geral de 2015



O Departamento de Contadoria, da Subsecretaria do Tesouro Municipal, na qualidade de órgão central de contabilidade, apresenta a prestação de contas da Prefeitura do Município de São Paulo, na forma de Balanço Geral de 2015, em cumprimento ao inciso XI do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal.

As Demonstrações Contábeis da Prefeitura do Município de São Paulo consolidam as informações no decorrer do exercício financeiro, contemplando uma estrutura de 78 órgãos, 133 Unidades Orçamentárias, 15 Fundos Municipais, 05 Autarquias, 02 Fundações e uma Empresa Estatal Dependente, do Poder Executivo, Tribunal de Contas do Município, Câmara Municipal e seus respectivos Fundos, do Poder Legislativo.

Este Balanço Geral encontra-se em pleno acordo com as normas de direito financeiro estabelecidas pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, as diretrizes fixadas pela Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, intitulada como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e as disposições gerais contidas no Decreto Municipal nº 55.839, de 16 de janeiro de 2015 e alterações, relativas às normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2015 e Decreto Municipal nº 56.592, de 11 de novembro de 2015, que dispõe sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2015 das Administrações Direta e Indireta.

Os demonstrativos contábeis foram elaborados em consonância com: as disposições do Conselho Federal de Contabilidade atendendo aos Princípios de Contabilidade vigentes, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP - NBC-T 16.

Neste relatório está evidenciado o cumprimento das metas de resultados de receitas e despesas conforme a Lei Federal nº. 4.320/64, a LRF e ainda a Lei Municipal nº. 15.949, de 30 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017, Lei Municipal nº 16.047, de 18 de julho de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração do orçamento do exercício de 2015 e Lei

Municipal nº. 16.099, de 30 de dezembro de 2014, que estima a receita e fixa as despesas para o exercício de 2015.

Os dados para a elaboração do BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO foram obtidos da escrituração efetuada pelos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta no Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, respeitando-se o plano de contas único instituído de acordo com as normas contábeis aplicáveis ao setor público advindas da Lei Federal nº 4.320/64 e da LRF, bem como o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As demonstrações contábeis são constituídas dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, das Demonstrações das Variações Patrimoniais, das Mutações no Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, assim como das Notas Explicativas. E, nos demonstrativos fiscais estão compreendidos: os Resultados Primário e Nominal, a Receita Corrente Líquida, a Despesa com Pessoal, a Aplicação de Recursos na Educação e na Saúde.

O Balanço Geral retrata a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os órgãos da Administração Direta dos Poderes Legislativo e Executivo e da Administração Indireta, incluindo Autarquias, Fundações e Empresa Estatal Dependente, refletindo a unificação orçamentária disposta no Orçamento Programa para o exercício financeiro de 2015.

Por fim, este relatório tem como objetivo oferecer aos munícipes a instrumentalização do controle social, dando subsídios essenciais à análise e verificação dos resultados apresentados pela Prefeitura do Município de São Paulo no exercício de 2015, sob os aspectos patrimonial, financeiro e orçamentário, de suas fontes e destinação de recursos, bem como de seus resultados.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

O cenário da contabilidade no Brasil tem passado por grandes mudanças nos últimos anos, sobretudo na área pública com o advento da Portaria MF nº 184/2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público quanto aos procedimentos e práticas adotados na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pela *International Federation of Automatic Control – IFAC*, adaptadas e aplicadas ao contexto nacional pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A necessidade de padronização da contabilidade pública para todos os entes federativos do Brasil se fortaleceu a partir do Decreto Federal nº 6.976/2009, que traçou objetivos com o intuito de permitir as adequações necessárias a essa diretriz. Assim, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, iniciou um conjunto de ações no âmbito da Contabilidade Pública trazendo uma nova concepção e exigindo nova postura e visão sobre os atos e fatos praticados pelo setor público, utilizando, para tanto, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

Respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente, essas ações vêm ocorrendo, desde 2014, de forma gradual nesta Prefeitura e têm como principais objetivos:

- A convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS), publicadas pela *International Federation of Accountants – IFAC*.
- A convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Para o aperfeiçoamento da contabilidade pública brasileira, em 2008, foram publicadas as primeiras normas, agrupadas na NBCT - 16, que implicam em significativas alterações de procedimentos e em importantes interações e impactos sobre as normas atuais. Visam contribuir para o fortalecimento e a uniformização de procedimentos contábeis patrimoniais em âmbito nacional, que sirvam não só ao cumprimento dos aspectos

legais, mas reflitam com fidedignidade o impacto das transações governamentais no patrimônio.

- A adoção dos procedimentos contábeis padronizados por meio do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/2014 e pela Portaria STN nº 700/2014.

Dessa forma, a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP, por meio da Subsecretaria do Tesouro Municipal - SUTEM e o Departamento de Contadoria - DECON, está passando por um grande processo de convergência e qualificação concernente às suas escriturações contábeis, bem como a forma de preparação e evidenciação de seus demonstrativos contábeis.

Principais Dispositivos Legais

Na execução do orçamento do exercício de 2015, bem como nos demais eventos contábeis, foram observados Normas e Princípios de Contabilidade, bem como os demais dispositivos legais a seguir relacionados e suas alterações:

- Lei Federal nº. 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro, aplicáveis a todas as esferas da Administração Pública;
- Lei Complementar nº. 101/00, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo, que dispõe sobre a Constituição Municipal;
- Lei Municipal nº. 15.949/13, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017;
- Lei Municipal nº. 16.047/14, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração do orçamento do exercício de 2015;
- Lei Municipal nº. 16.099/14, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2015;
- Decreto Municipal nº. 55.839/15 e alterações introduzidas pelo Decreto Municipal nº 55.887/15, que fixa normas para a execução orçamentária e financeira para o exercício de 2015;
- Decreto Municipal nº. 56.592/15, e alterações introduzidas pelo Decreto Municipal nº 56.750/15, que dispõem sobre o encerramento do exercício orçamentário de 2015;
- Portaria MPS nº. 509/13, que dispõe sobre o Regime Próprio da Previdência.
- Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/01 que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências;
- Portaria Conjunta STN/SOF nº 1/14 e Portaria STN nº 700/14, que aprovam a 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e dão outras providências; e
- Portaria STN nº 553/14, que aprova a 6ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis

Destaca-se o processo de implementação nesta municipalidade do plano de contas aplicado ao setor público – PCASP e das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, o desenvolvimento de ferramentas no Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, para adequação aos novos procedimentos, como a alteração da estrutura para ajustar o código da conta, tabela de eventos contábeis, melhoria nos relatórios, bem como a criação de novos demonstrativos.

Das mudanças de critérios contábeis

Depreciação, exaustão, amortização, redução ao valor recuperável e reavaliação de itens do imobilizado: Durante o exercício de 2015 o DECON, por meio da Divisão de Controles Contábeis - DICOC, realizou diversas ações no sentido de aperfeiçoar o reconhecimento e contabilização da depreciação, exaustão, amortização, redução ao valor recuperável e da reavaliação dos bens móveis da PMSP. A principal mudança ocorreu na legislação, com a alteração do Decreto nº 53.484/2012, edição da Portaria 262/2015 e adequação dos procedimentos contábeis no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis - SBPM com relação às novas normas de contabilidade. Dentro dessas ações, destaca-se a realização de treinamento aos usuários do SBPM.

Com isso, a PMSP deu um importante passo para a viabilização dos registros de redução ao valor recuperável, reavaliação e depreciação, com a criação de novas funcionalidades no SBPM.

Método de Equivalência Patrimonial - MEP: Com as novas mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público - CASP, o Município de São Paulo vem implantando critérios de avaliação dos seus investimentos permanentes, utilizando para isso o Método de Equivalência Patrimonial - MEP, que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação da sociedade investidora sobre o patrimônio líquido da sociedade investida, reconhecendo os seus efeitos nos demonstrativos contábeis.

A participação da PMSP em empresas e em consórcios públicos ou público-privados nos quais a administração do município tenha influência significativa, ou de que participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum,

começaram a ser mensuradas ou avaliadas pelo MEP a partir do exercício de 2015. Tais alterações geraram mudanças significativas na apresentação quantitativa destes investimentos, as quais podem ser observadas nas “Análises das Demonstrações Contábeis”.

Das mudanças de procedimentos contábeis

Considerando as alterações da Portaria STN nº163/2001, que dispõe sobre as normas gerais de consolidação das contas públicas para implantação do PCASP, em razão das mudanças ocorridas nos procedimentos contábeis, foi desenvolvido trabalho de revisão e reclassificação da tabela de itens de despesa da Cidade de São Paulo, para atender e vincular por meio de eventos contábeis, as especificações das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD.

Tendo em vista as alterações ocorridas, o Departamento de Contadoria por intermédio da Divisão de Gerenciamento do Sistema de Execução Orçamentária – DISEO, projetou e ministrou curso, inclusive treinamento no sistema SOF, com objetivo de capacitação e atualização relativos aos novos procedimentos orçamentários, disponibilizado a todas as Unidades Orçamentárias da Prefeitura, o qual teve a participação de 220 servidores, incluindo administração indireta.

Ainda, neste contexto, foram elaborados os Manuais de Classificação da Despesa orçamentária do município de São Paulo, bem como, por intermédio da Divisão de Controles Contábeis – DICOC, o Manual do Regime de Adiantamento publicados, divulgados e disponíveis no portal da Secretaria de Finanças/Contas Públicas/Manuais e Orientações.

Criação, Extinção, Liquidação e Incorporação de Órgãos e Entidades

No final do ano de 2014 e no decorrer de 2015, o Departamento de Defesa de Capitais e Haveres do Município (DECAP) realizou uma análise dos pequenos saldos remanescentes no balancete da Prefeitura relativos a participações desta junto a empresas de telefonia. Os saldos correspondentes a esses investimentos eram compostos pela participação nas seguintes companhias: Tele Leste, Telesp, Tele Centro Oeste, Tele Celular Sul, Tele Sudeste, Tele Norte, Telemig, Telefônica, TIM, Telebrás, Oi, Embratel e Contax.

Tais investimentos foram absorvidos nas diversas incorporações ocorridas nas empresas de telefonia e parte utilizada na formalização do aumento de capital da Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA.

Neste contexto, os processos administrativos foram enviados ao Departamento de Contadoria - DECON para o devido registro da baixa contábil. Atualmente, todos os saldos das empresas de telefonia supracitadas estão zerados e um ativo foi constituído sobre o investimento na SPDA.

O DECAP analisou, ainda, o processo de falência das empresas com participações registradas neste subgrupo, consultou a Procuradoria Geral do Município - PGM, a qual informou que não foram localizados processos judiciais ou administrativos relacionados a eventual crédito do Município decorrente de sua condição de acionista dessas empresas.

Quanto às demais ações do DECAP:

- Foi solicitada baixa contábil no balanço da PMSP dos investimentos junto à Viação Aérea São Paulo - VASP e Companhia Siderúrgica de Mogi das Cruzes – COSIM; e
- Está aguardando o encerramento do inventário, previsto para ocorrer no exercício de 2016, verificando se ocorrerá oferecimento do respectivo crédito ao Município, conforme orientação da PGM no caso da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – RFFSA.



Análise das Demonstrações Contábeis do Município

Análise sob o Aspecto Patrimonial

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial do Município, por meio da posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais, reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos administrativos no quadro das contas de compensação.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central de contabilidade pública adotou nova metodologia e estruturou o Plano de Contas da Administração Federal. E para o Balanço Patrimonial, previsto na Lei nº 4.320/64, promoveu alterações em sua composição aproximando-o do que exige a norma internacional.

O Balanço Patrimonial demonstra o resultado acumulado, nele contendo o efeito do resultado do exercício apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP a partir da comparação entre as variações ativas e passivas. Destaca-se, portanto, a importância do Balanço Patrimonial, cuja análise auxilia na definição dos indicadores de avaliação da gestão patrimonial.

Consoante ao estabelecido no artigo 105 da Lei nº. 4.320/64, o Balanço Patrimonial da PMSP também é demonstrado, conforme define o MCASP, da seguinte forma:

- Ativo Financeiro, compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- Ativo Permanente, compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- Passivo Financeiro, Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

- Passivo Permanente, Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- Saldo Patrimonial, que compreende o Ativo Real Líquido ou Saldo Patrimonial representa a diferença entre a soma do Ativo Real e o Passivo Real.
- Contas de Compensação, compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

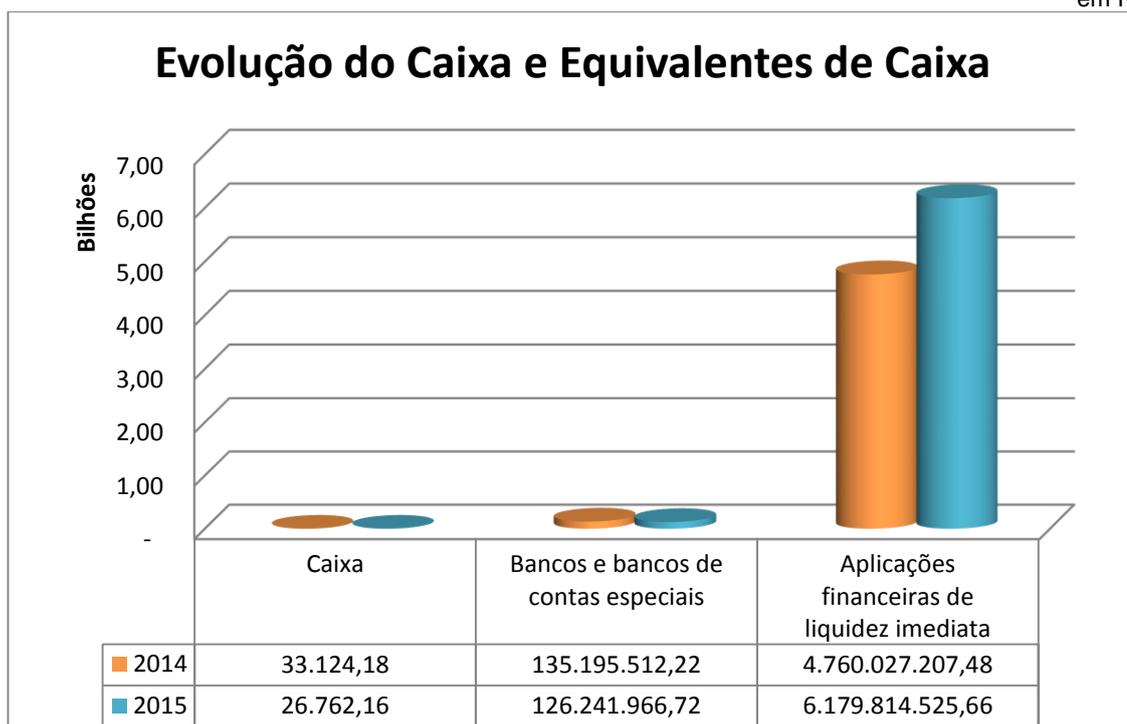
Particularidades e Análises do Balanço Patrimonial

Ativo - Composto por bens e direitos, dividindo-se em circulante e não circulante.

Ativo Circulante: Compreende os ativos mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional, ou seja, bens e direitos realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. A seguir, verifica-se o conceito e análise dos grandes subgrupos que juntos formam o Ativo Circulante.

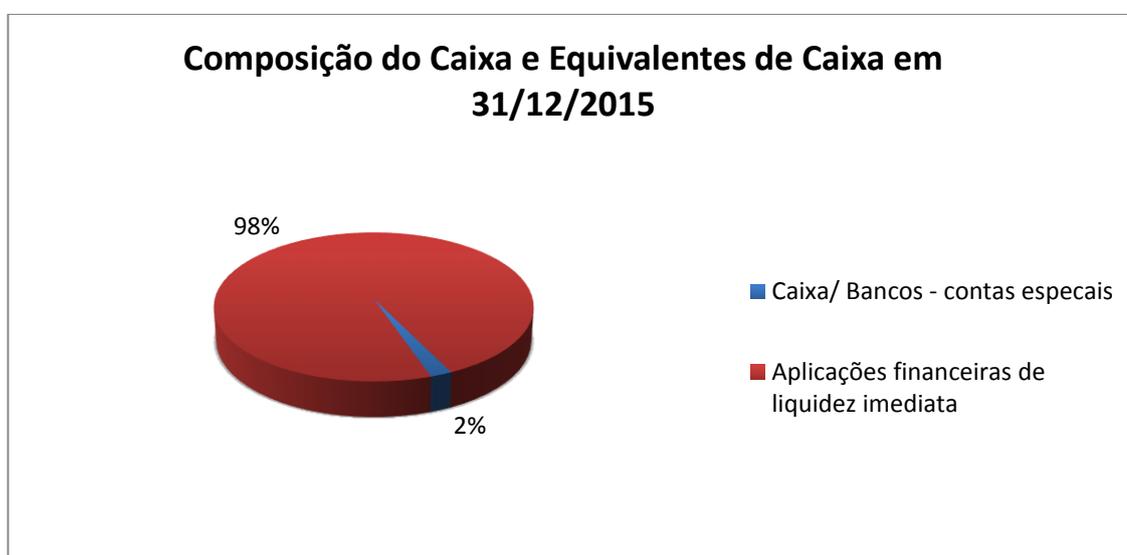
Caixa e Equivalentes de Caixa

Entende-se por Caixa e Equivalentes de Caixa o somatório dos valores que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da PMSP, desde que não haja restrição para o uso imediato. É mensurado ou avaliado pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. O gráfico a seguir faz uma comparação das alterações nos valores das contas de Caixa e Equivalentes de Caixa entre os exercícios de 2014 e 2015.



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No próximo gráfico, visualiza-se a composição consolidada do caixa e equivalentes de caixa da PMSP em moeda nacional.



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nas “Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata”, os valores mais relevantes são os que estão presentes no Banco do Brasil representando 72% do Total do subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa em moeda nacional” (R\$ 4,5 bilhões). Das aplicações no Banco do Brasil destacam-se os valores

advindos dos depósitos judiciais reservados para pagamentos de precatório, conforme autoriza a Lei Complementar Federal nº 151/2015, totalizando aproximadamente R\$ 1,2 bilhões. Destacam-se ainda os valores relativos à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (outorga – Água Branca) no valor de R\$ 499 milhões e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente no valor de R\$ 236 milhões.

Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a Curto Prazo representam os direitos realizáveis até o fim do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos, empréstimos, valores em trânsito e outros. Os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Em dezembro de 2015 foi efetuado ajuste no reconhecimento dos Débitos de Servidores Municipais junto à PMSP, alinhando os valores reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial conforme informações prestadas pela Secretaria Municipal de Gestão. Esse ajuste deve-se ao fato de ter ocorrido mudança de sistema de informação da folha de pagamento, do Sistema CICS para o Sistema Integrado de Gestão de Pessoas e Competências - SIGPEC, no exercício de 2008. Desta forma, a alteração no controle de informações provocou, à época, mudança na rotina de contabilização de tais fatos. Desde então, houve inconsistência entre os valores apresentados no sistema SIGPEC e os registrados contabilmente no SOF.

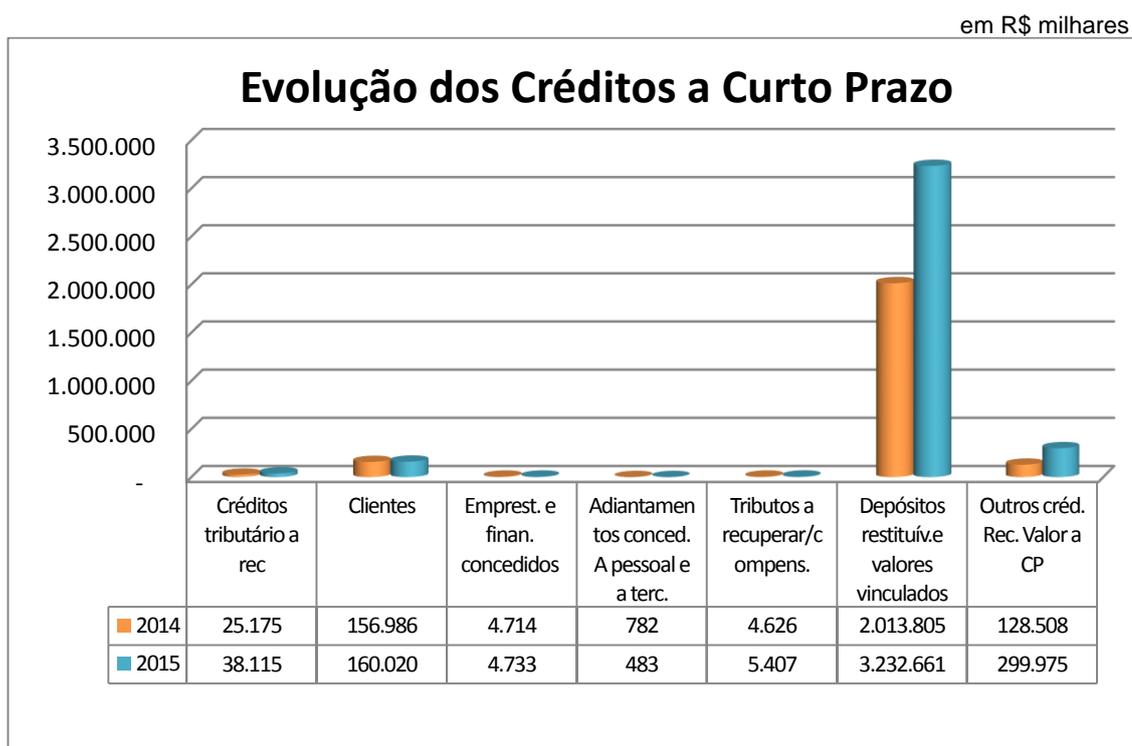
Com a regularização dos registros, os valores dos débitos reconhecidos à conta de Débito de Servidores Municipais foram de R\$ 141.957.200,45, referente a ajuste de exercícios anteriores, e R\$ 11.713.935,89, referente ao exercício de 2015. Esses valores correspondem a recebimentos indevidamente pelos servidores e são descontados mensalmente em folha de pagamento. Em respeito aos limites para desconto previstos no Decreto Municipal nº 52.609/2011, e alterações, tais créditos geram estoques a serem retidos em folha de pagamento dos servidores municipais no decorrer do tempo. O ajuste foi realizado conforme cálculo apresentado no quadro a seguir:

Em R\$

Cálculo para lançamento complementar de Débitos de Servidores - Recebimentos Indevidos	
Saldo de Recebimentos Indevidos (SIGPEC) em 12/2015, conforme resposta ao Ofício SF/SUTEM nº 021/2016	169.478.174,78
(-) Valor de Recebimentos Indevidos registrados até 2008	15.807.038,44
(=) Lançamento complementar total realizado em 31/12/2015	153.671.136,34

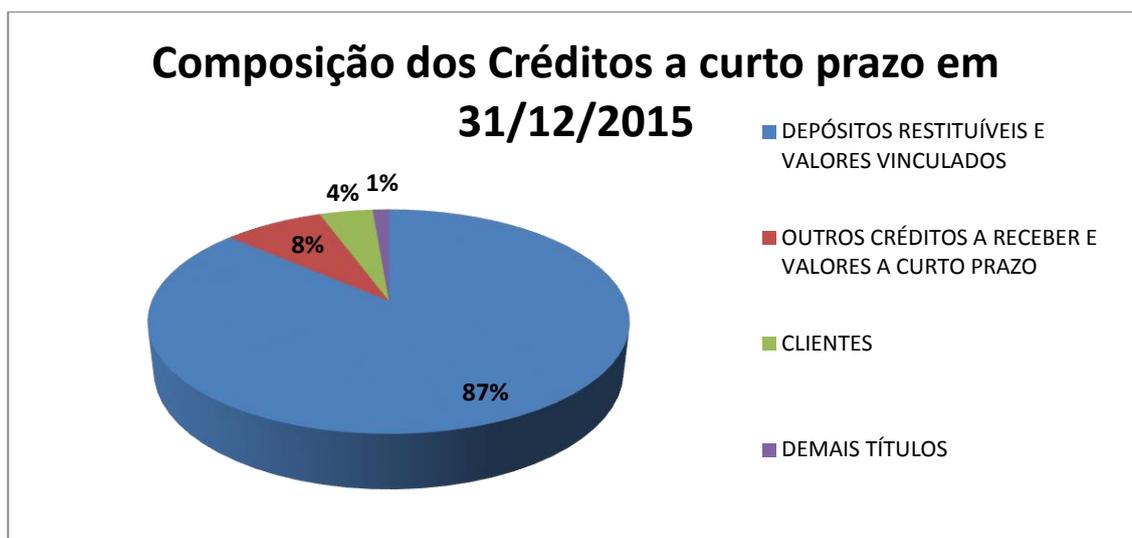
Fonte: SOF e SIGPEC

Quanto aos créditos a curto prazo, as alterações ocorridas no respectivo grupo em comparação ao ano de 2014 podem ser verificadas no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

Os créditos a curto prazo são divididos, percentualmente, conforme gráfico a seguir:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Conforme observado acima, o item mais significativo refere-se a depósitos restituíveis e valores vinculados que são compostos em sua totalidade pelos depósitos judiciais.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. No subgrupo “Investimentos e aplicações temporárias”, a PMSP possui apenas a conta “Investimentos do RPPS”, que se refere aos investimentos realizados pelo Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM aplicados em fundos de investimento referenciados, no Banco do Brasil.

A conta encerrou o ano de 2015 com um valor de R\$ 29.329.859,82, o que representou um aumento de 359% em relação ao saldo de 2014, que foi de R\$ 8.166.064,76.

Estoques

Os bens em estoque estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições ou de produção ou de construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. Devido ao grande volume de materiais em estoque e à alta rotatividade da maioria dos itens, ainda não foi adotado o

procedimento de reavaliação do estoque quando o valor de mercado for menor que o valor de aquisição, de produção ou de construção.

Na PMSP, o grupo de contas de estoques é composto, em sua maioria, por itens de almoxarifado, que são utilizados na manutenção dos serviços prestados pela administração direta e indireta através de suas unidades orçamentárias e administrativas. Encerrou o ano de 2015 com o montante de R\$ 167.227.724,19, deste total, 98% representa a conta almoxarifado (R\$ 164.113.353,45).

Ativo Não Circulante: Compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.

Ativo Realizável a Longo Prazo

Créditos a Longo Prazo

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de recebimento de direitos devem ser reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos e os títulos de crédito prefixados são ajustados a valor presente. Os direitos e os títulos de crédito pós-fixados são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

Dos valores escriturados a título de Créditos a Longo Prazo, o mais relevante corresponde à Dívida Ativa, tendo em vista que essa representa 65% do total do Ativo.

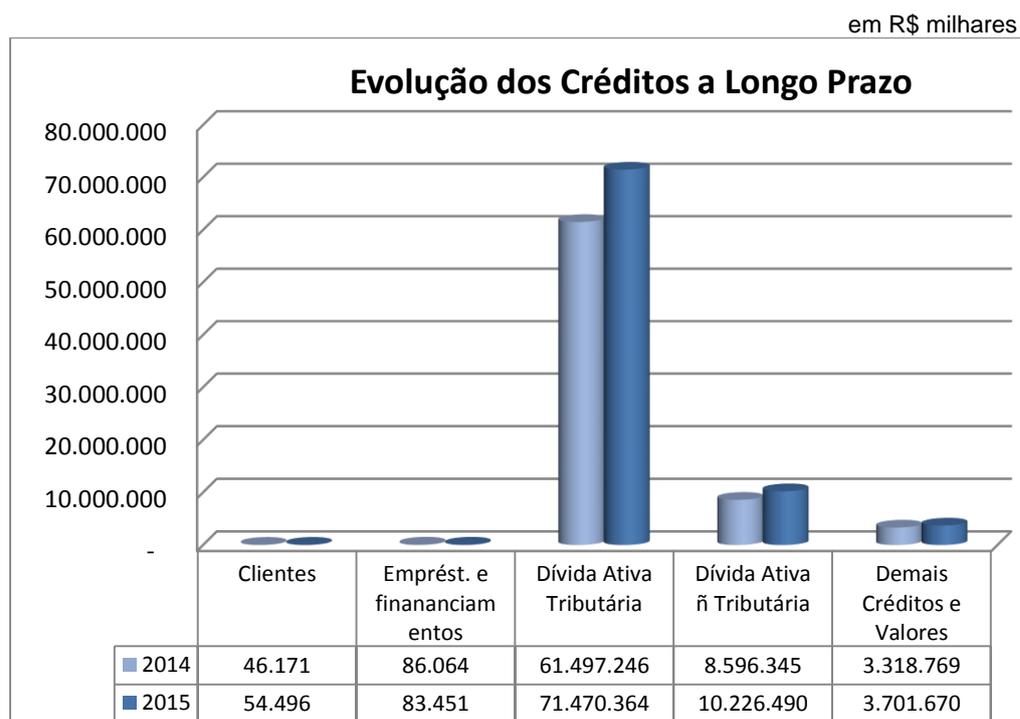
Para melhor mensuração desse direito a receber, foi constituído Grupo de Trabalho (GT) através da Portaria Conjunta SF/SNJ nº 01/2014 com a finalidade de revisar a dinâmica da constituição da Provisão da Dívida Ativa em bases mais realistas, em

atendimento às normas contábeis padronizadas pelo MCASP e recomendações do TCM/SP.

O relatório do Grupo de Trabalho foi finalizado e a proposta de provisão sugerida após a conclusão dos estudos, encartada no Processo Administrativo nº 2014-0.072.985-4, foi aprovada e avaliada pela Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, para implementação no exercício de 2016.

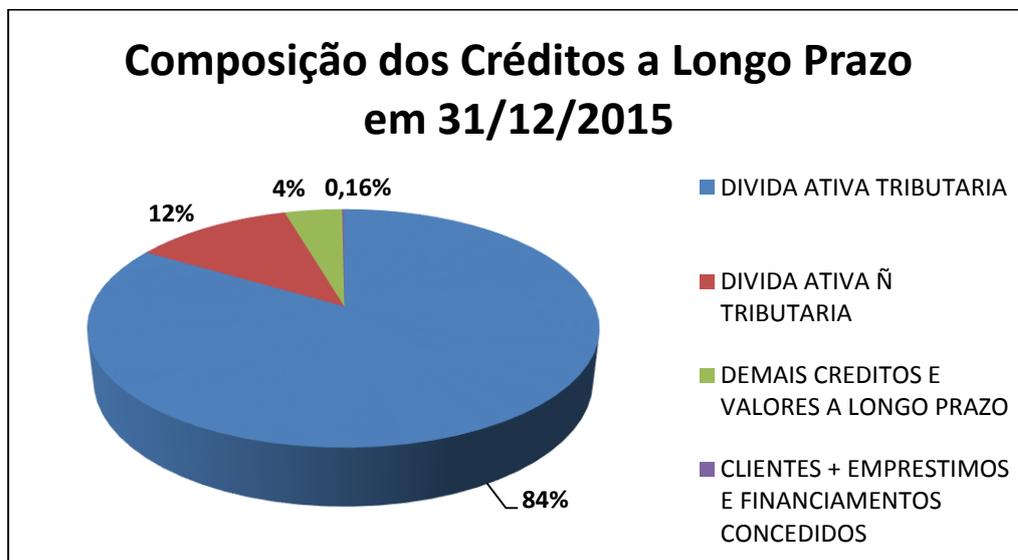
Vale mencionar que a constituição de tal provisão não é trivial, considerando a necessidade de embasar-se em sólido estudo estatístico, de maneira a representar a real situação patrimonial do Município de São Paulo. Sendo assim, o resultado do grupo de trabalho mencionado resultou em relatório no qual foi sugerida metodologia baseada em regressão logística que, com base em características particulares de cada processo, seja capaz de estimar com segurança estatística a sua probabilidade de êxito. Atualmente o Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo é de R\$ 4.362.793.565,10.

As alterações ocorridas no grupo dos Créditos a Longo Prazo, em comparação com o ano de 2014, podem ser verificadas no gráfico a seguir



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

A composição dos Créditos a Longo Prazo, em percentuais, pode ser verificada no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

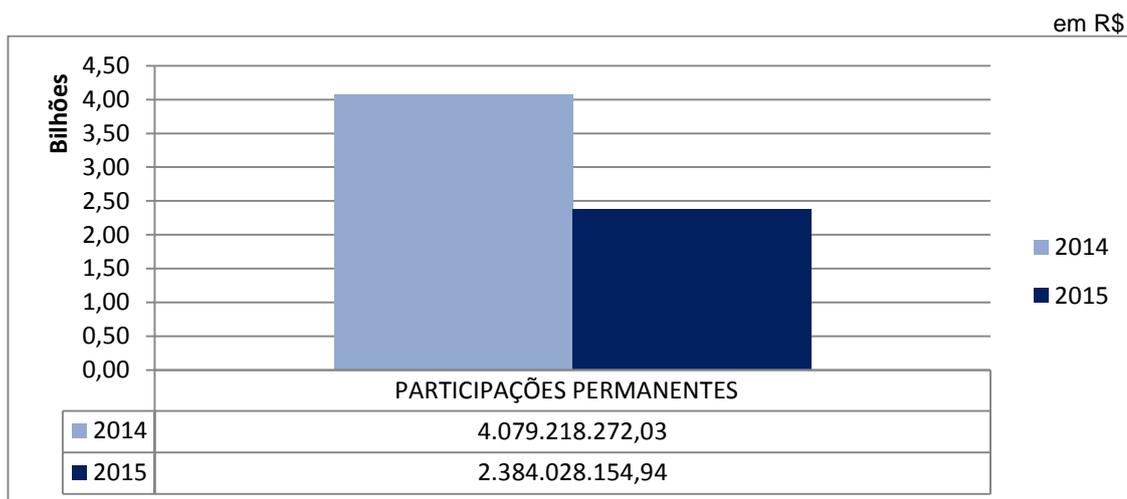
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Compreende as aplicações de recursos em títulos, valores mobiliários e imobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no longo prazo.

INVESTIMENTOS

O município de São Paulo possui valores expressivos em investimentos, sobretudo em Empresas Públicas, dividido em: Participações Permanentes; Propriedades Para Investimento; e Demais Investimentos Permanentes. A maior parte do valor do subgrupo Investimentos é composto pelas Participações Permanentes, que correspondem a 95% do valor total.

As variações ocorridas nas Participações Permanentes em 2015 podem ser verificadas a seguir:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As participações permanentes compreendem investimentos em capital social de empresas públicas, empresas de economia mista e consórcios públicos ou público-privados, nos quais o ente tenha, ou não, influência significativa em sua administração.

Inicialmente, todos os investimentos são mensurados pelo custo de aquisição, e os que possuem influência significativa são ajustados para maior ou menor, através do método de equivalência patrimonial – MEP, de acordo com as variações ocorridas no patrimônio líquido da empresa investida.

Este método é uma “regra geral” na avaliação desses investimentos e só deve deixar de ser aplicado quando a entidade investidora não tiver influência significativa na administração da investida. O método da equivalência patrimonial tem por objetivo manter o saldo dos investimentos atualizados de acordo com o valor apresentado no Patrimônio Líquido das empresas investidas, segundo o percentual de investimento em cada empresa.

Para o exercício de 2015, os investimentos nos quais a PMSP tem influência significativa foram mensurados/avaliados pelo método de equivalência patrimonial – MEP, em consonância com as normas instituídas pela STN. Tais participações correspondem aos investimentos em coligadas, controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum nas quais a PMSP exerça influência indiretamente.

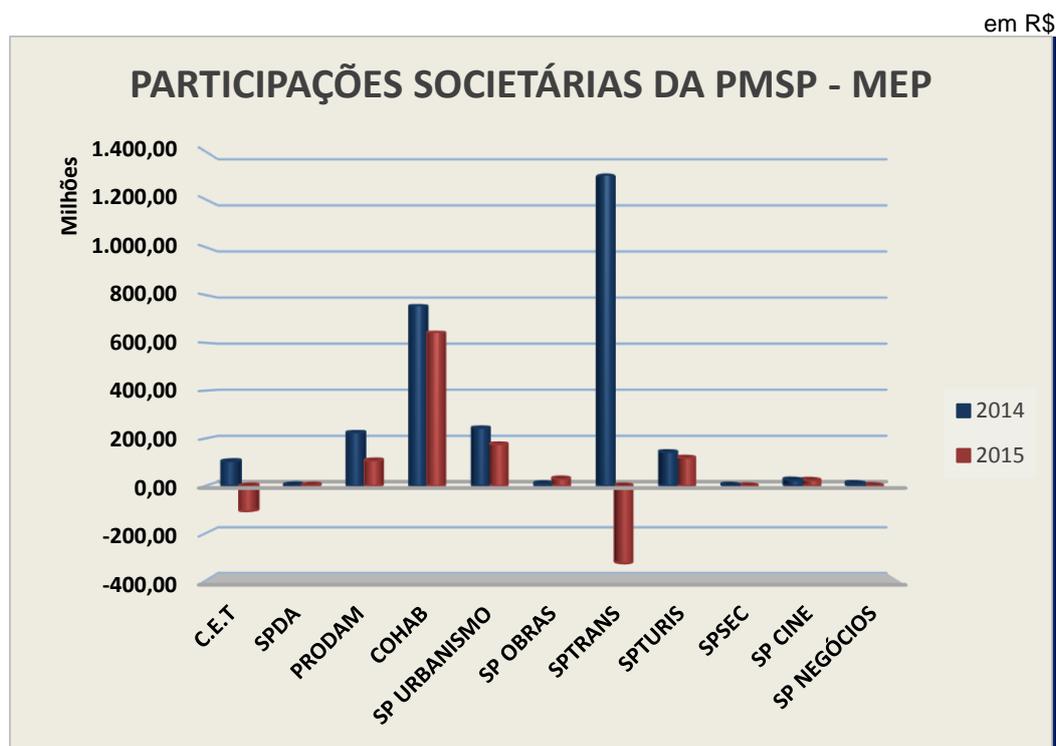
Desta forma, a aplicação da equivalência patrimonial em 2015 teve como base as demonstrações contábeis das empresas públicas investidas correspondentes. Com isso, pôde-se verificar, na maioria dos casos, variação patrimonial diminutiva nestes investimentos, conforme quadro a seguir:

Em R\$

Empresa Investida	Posição em 31/12/2014	Investimentos em 2015	Ajuste por Equivalência	Posição em 31/12/2015
C.E.T	104.276.947,00	1.439.005,00	(231.600.546,66)	(125.884.594,66)
COHAB	756.901.539,31	2,04	(111.414.125,32)	645.487.416,03
PRODAM	225.387.935,84	6,85	(118.101.687,94)	107.286.254,75
SPDA	4.349.994,00	3.987.620,28	(4.751.582,11)	3.586.032,17
SPNEGÓCIOS	10.199.995,00	2.500.002,00	(10.670.392,02)	2.029.604,98
SPOBRAS	9.345.228,00	-	20.414.463,07	29.759.691,07
SPSEC	3.090.000,00	-	(2.354.777,64)	735.222,36
SPTRANS	1.302.207.773,00	81.056.948,41	(1.708.585.205,44)	(325.320.484,03)
SPTURIS	142.920.215,80	4.724,89	(23.819.486,98)	119.105.453,71
SPURBANISMO	244.511.509,00	-	(68.184.296,94)	176.327.212,06
SPCINE	25.000.000,00	-	(723.577,00)	24.276.423,00
TOTAL	2.828.191.136,95	88.988.309,47	(2.259.791.214,98)	657.388.231,44

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF / SUTEM

Para melhor visualização do impacto nos saldos dos investimentos, essas alterações podem ser observadas no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

Antes da aplicação do MEP, a PMSP possuía um saldo na conta de investimentos permanentes em um montante de R\$ 2,917 bilhões. Após a aplicação do MEP, houve variação negativa de 77,47% dos investimentos permanentes no valor de aproximadamente R\$ 2,260 bilhões. Desta forma, considerando as provisões passivas registradas em virtude de PL negativo de algumas investidas, os investimentos encerraram o exercício de 2015 com um saldo próximo de R\$ 657,39 milhões.

Esta situação se deu em face de prejuízos acumulados apurados pelas empresas controladas, desde a constituição das mesmas até o período de 2015. Neste sentido, conforme observado anteriormente, destacam-se as empresas C.E.T e SPTrans, as quais possuem Patrimônio Líquido – PL negativo, gerados por um passivo a descoberto, o que ocasionou, na PSMP, além das baixas dos investimentos, uma provisão passiva no balanço de 2015.

Embora tais lançamentos tenham representado uma perda de Ativos, a adequação dos registros advindos da aplicação do MEP trouxe uma visão da realidade atual desses investimentos, dando clareza e fidedignidade às informações contidas no Balanço Patrimonial da Prefeitura de São Paulo.

Esses procedimentos espelham os princípios contábeis da Oportunidade, bem como atendem aos arts. 85, 89, 100 e 104 da Lei 4.320/1964 e ao inciso II do art. 50 da LRF, os quais dispõem que a variação patrimonial aumentativa (VPA) e a variação patrimonial diminutiva (VPD) devem ser registradas no momento da ocorrência do seu fato gerador, independentemente de recebimento ou do pagamento, bem como da execução orçamentária.

A partir de informações íntegras e tempestivas, os gestores públicos podem analisar e decidir com segurança e efetividade sobre os investimentos do município.

No quadro a seguir, destacam-se as participações desta Prefeitura em cada empresa:

EMPRESAS PÚBLICAS INDEPENDENTES	Participação da PMSP sobre o PL em %
Companhia de Engenharia de Tráfego – CET	99,999993
Cia. São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA	99,999940
São Paulo Negócios – SP Negócios	99,999985
Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação – PRODAM	99,999981
São Paulo Urbanismo – SP Urbanismo	99,531261
São Paulo Obras – SP Obras	99,113936
São Paulo Transporte S/A – SPTrans	99,965521
São Paulo Turismo S/A – SPTuris	96,116723
Cia. Paulistana de Securitização – SP Securitização	99,677419
Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo – SP Cine	100,00000
EMPRESAS PÚBLICAS DEPENDENTES	Participação da PMSP sobre o PL em %
Cia Habitação de São Paulo - COHAB	99,999998

Outra importante classificação em relação a essas participações societárias é a relação de dependência, ou seja, as empresas podem ser dependentes ou independentes. Considera-se dependente a empresa que recebe recursos financeiros, em forma de subsídio, para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

Atualmente, no âmbito desta Municipalidade, apenas a COHAB é considerada Empresa Pública Dependente.

Imobilizado

Segundo o MCASP - 6ª edição, o ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

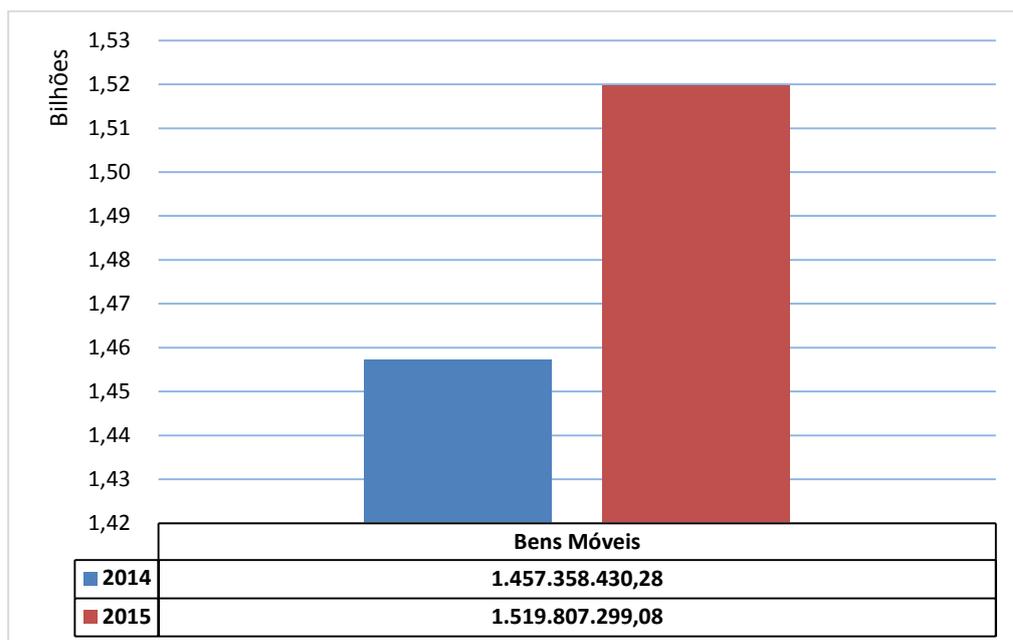
Bens Móveis

Os valores registrados a título de bens móveis, na administração direta, Poder Executivo, são controlados e atualizados no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis (SBPM). Em 2015, no sentido de se adequar aos novos procedimentos contábeis do MCASP, foram realizadas diversas modificações no SBPM, bem como na legislação municipal.

Em razão das mudanças implementadas, o Departamento de Contadoria (DECON) da PMSP, através da Divisão de Controles Contábeis (DICOC), projetou e ministrou um curso para instrução e atualização sobre tais alterações, disponibilizado a todas as Unidades Orçamentárias da Prefeitura, o qual teve a participação de 208 servidores.

Essa ação teve o objetivo de capacitar os usuários do SBPM, ampliando o acesso de cada unidade às informações desse sistema, possibilitando assim uma melhoria na qualidade da informação contábil quanto à atualização dos valores dos bens, tais como: depreciação, amortização, exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável.

O valor final dos bens móveis, consolidadas todas as entidades, em 2014 e 2015 constam no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

Bens Imóveis

Com relação à classificação jurídica, no Brasil, desde o Código Civil de 1916, foi adotada uma classificação tripartite dos bens públicos, quais sejam: bens de uso comum do povo, bens de uso especial e bens dominicais. No Código Civil vigente, essa classificação consta no artigo 99; porém o artigo 98 deixa claro que são públicos os bens de domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno e que todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem. Vale dizer, então, que são públicos os bens pertencentes à União, Estados, Distrito Federal, Municípios, autarquias e fundações com personalidade de direito público.

O critério da classificação adotada pelo Código Civil é o de destinação ou afetação dos bens, e podem ser reconhecidos da seguinte forma:

Bens de Uso Comum do Povo - são destinados, por natureza ou por lei, ao uso coletivo;

Bens de Uso Especial - destinados ao uso da Administração, para consecução de seus objetivos, tais como os imóveis onde estão instaladas as repartições públicas, os bens móveis utilizados na realização dos serviços públicos (veículos oficiais, materiais de consumo, navios de guerra), os mercados municipais, os teatros públicos, os cemitérios públicos; e

Bens Dominicais – são aqueles que não têm destinação pública definida, razão pela qual podem ser aplicados pelo Poder Público para obtenção de renda ou outra finalidade de interesse público; é o caso das terras devolutas, dos terrenos da marinha, dos imóveis não utilizados pela Administração, dos bens móveis que se tornem inservíveis (Di Pietro. Direito Administrativo. 17ª. ed. SP: Ed. Atlas, 2004, p. 565).

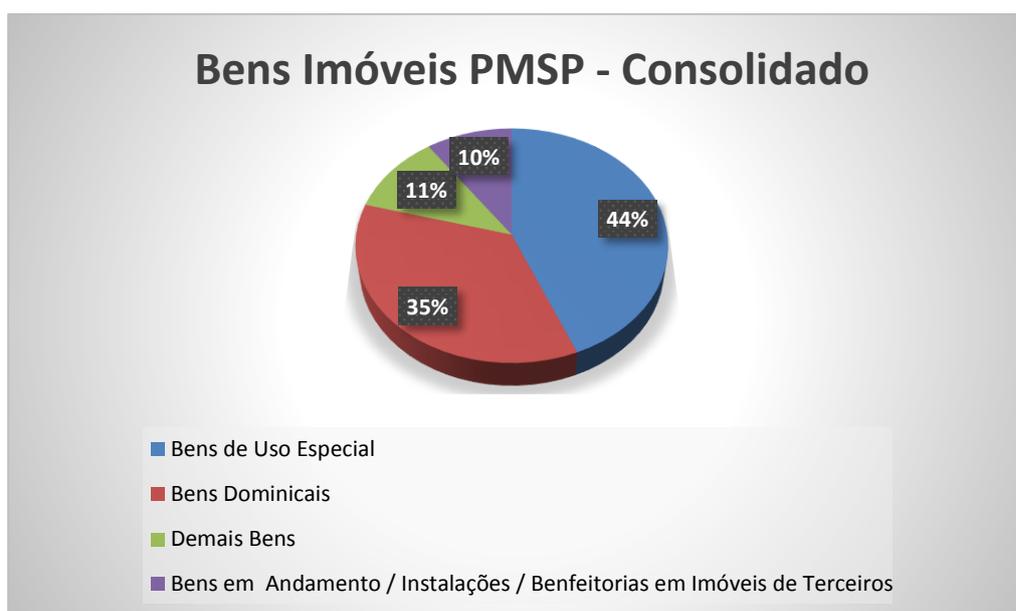
Atualmente, o valor dos bens imóveis especiais e dominicais da PMSP, mais especificamente da administração direta, são controlados e reajustados anualmente pelo Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário (DGPI) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU, com base no índice do IPC – FIPE. A variação ocorrida em 2015 foi de 11,07%, a qual pode ser observada no quadro a seguir:

em R\$

Contas	Saldo em 31/12/2014	Incorporações	Valor antes do Reajuste	Valor do Reajuste	Saldo em 31/12/2015
Outros Bens de uso especial	9.179.391.689,61	85.320.429,00	9.264.172.118,61	1.025.603.631,53	10.290.315.750,14
Bens Dominicais	7.284.565.060,03	324.691.903,00	7.609.256.963,03	842.344.745,82	8.451.601.708,85
Total	16.463.956.749,64	410.012.332,00	16.873.429.081,64	1.867.948.377,35	18.741.917.458,99

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU

Os bens imóveis da PMSP conforme classificação jurídica apresentada acima, encerraram o exercício de 2015 com a seguinte composição:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

DESCRIÇÃO DA CONTA	VALOR EM R\$
Total Bens Imóveis - Consolidado	23.810.439.859,67
Bens de Uso Especial	10.418.775.291,52
Bens Dominicais	8.451.601.708,85
Bens em Andamento / Instalações / Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	2.329.523.353,01
Demais Bens	2.615.591.597,25
(-) Depreciação	(5.052.090,96)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (MCASP 6ª edição).

Devido a essa necessidade de controlar os ativos intangíveis, a PMSP vem realizando, nos últimos anos, estudos para viabilizar a implantação da contabilização e controle desse tipo de ativo em todas as empresas que compõem o Balanço Patrimonial Consolidado.

Atualmente o valor evidenciado no Balanço Patrimonial no grupo de ativos intangíveis reflete, quantitativamente, os bens intangíveis da Câmara Municipal de São Paulo - CMSP, que desde 2014 registra em seus ativos os bens que atendem a essa classificação. O saldo patrimonial desse subgrupo de contas ao final do exercício de 2015 foi de R\$ 73.474.502,93, considerando as amortizações no valor (R\$13.106.340,40) e o valor líquido de R\$ 60.368.402,03.

Passivo - Representa todas as obrigações da PMSP junto a terceiros, dividido em circulante e não circulante. As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Passivo Circulante: Compreende as obrigações reconhecidas e estimadas realizáveis dentro do ciclo operacional, ou seja, que tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Estão inclusos neste subgrupo as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor da PMSP tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo e consignações sobre a folha de pagamento.

Em atendimento às novas regras de contabilização, a PMSP passou a reconhecer, a partir do ano de 2014, as apropriações de 13º salário e férias por competência. Neste caso, os passivos são reconhecidos mês a mês conforme direito adquirido por cada servidor.

O saldo das obrigações registradas neste subgrupo em 2015 e saldo de 2014 podem ser observados no gráfico a seguir:

em R\$



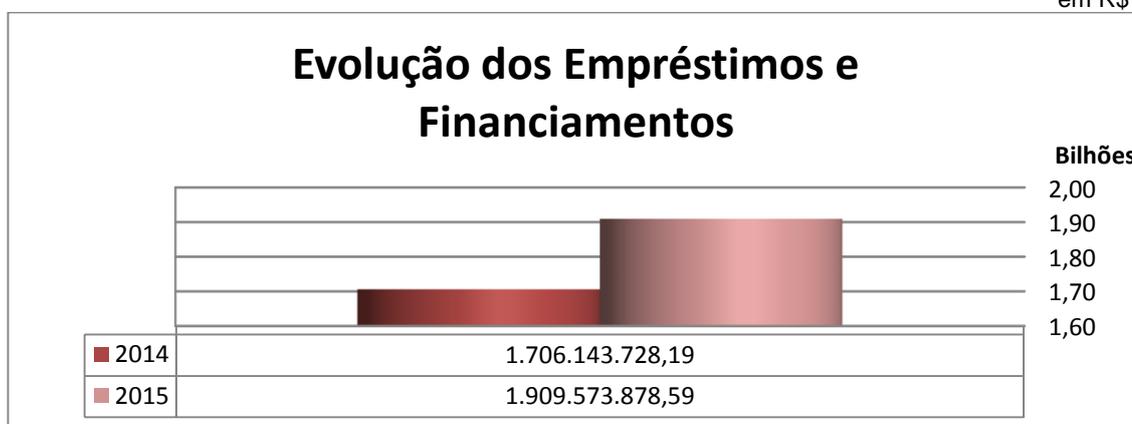
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras deste município a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos até doze meses da data das demonstrações contábeis. Neste subgrupo está registrada uma grande parcela dos valores que compõem o passivo circulante da PMSP, estes são compostos, principalmente, pela dívida renegociada entre o Município de São Paulo e a União, conforme Medida Provisória 1969/2000 (atual MP 2185-35) e Lei Municipal 12.859/99. Essa dívida encerrou este exercício com o montante de R\$ 1.544.474.940,00 o que representa 81% do total deste subgrupo.

A evolução destas obrigações em relação ao exercício de 2014 pode ser visualizada abaixo.

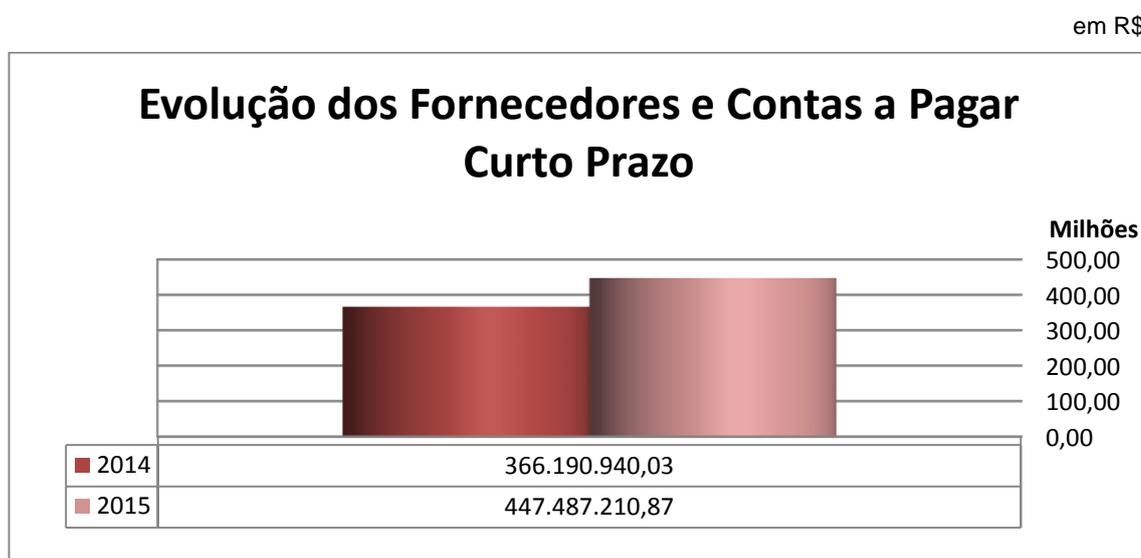
em R\$



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Este subgrupo retrata as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da PMSP, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. O saldo final em 2015 corresponde a R\$ 447.487.210,87, ante um saldo de R\$ 366.190.940,03 ao fim de 2014, os quais são apresentados no gráfico a seguir:

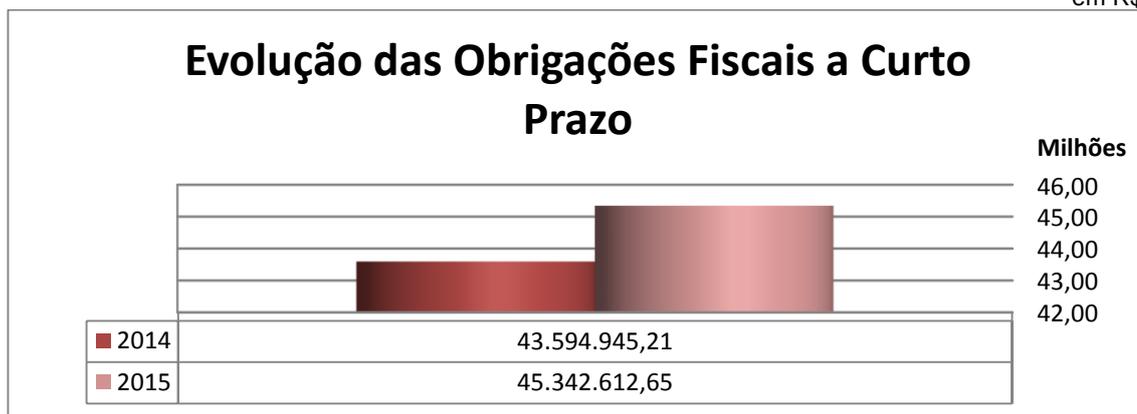


Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Corresponde às obrigações das entidades da PMSP com o Governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento em até doze meses. O saldo final em 2015 corresponde a R\$ 45.342.612,65, ante a um saldo de R\$ 43.594.945,21 ao fim de 2014, conforme pode-se visualizar no gráfico abaixo.

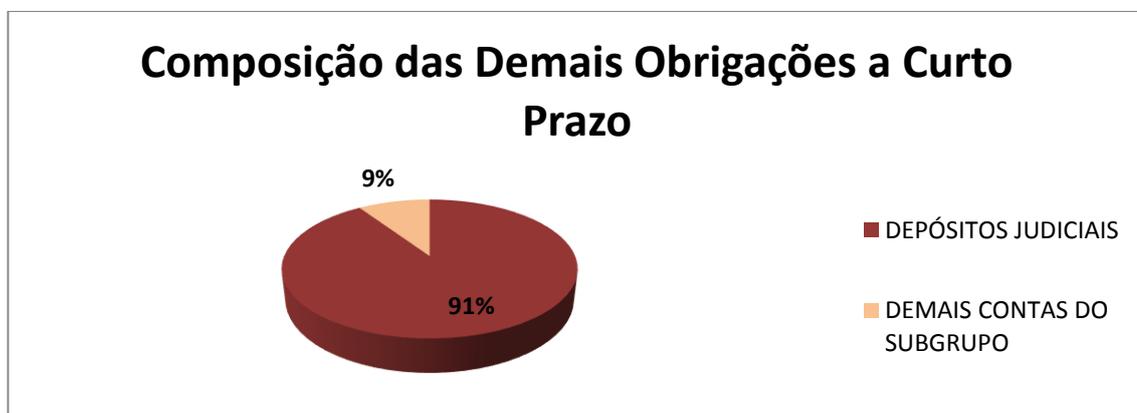
em R\$



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da PMSP junto a terceiros não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. Na PMSP este subgrupo representa 74% do Passivo Circulante, e é composto em sua maior parte pelos depósitos judiciais, conforme observado a seguir:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

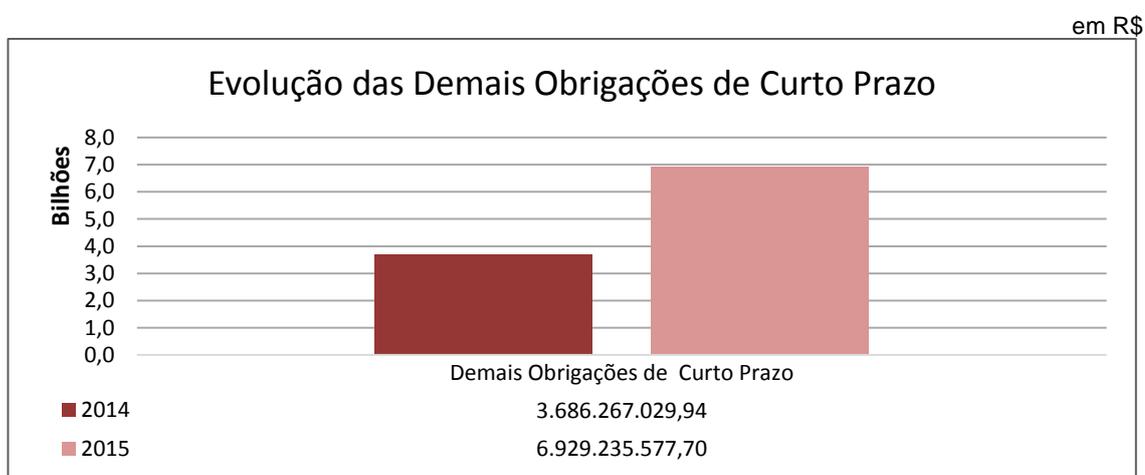
Os depósitos judiciais são valores relacionados a ações judiciais em andamento, nas quais o Município seja parte, que ficam depositados em contas oficiais para garantir que, ao final, as sentenças sejam cumpridas.

Conforme disposto na Lei Complementar nº 151/2015, fica autorizada a utilização, pelos entes da Federação, de até 70% (setenta por cento) do valor depositado; os 30% (trinta por cento) restantes na conta judicial ficam instituídos como reserva, aguardando o desfecho da ação. Com isso, o

Município de São Paulo instituiu o fundo de reserva através da Lei Municipal nº 15.406/2011, que foi regulamentado pelo Decreto nº 52.488/2011.

Por se tratar da utilização de valores disponíveis por Lei, mas pertencentes a terceiros, é constituído um passivo para sustentar uma possível perda de ação. Essa situação foi objeto de estudo por parte dos analistas da PMSP e, em novembro de 2015, o Departamento de Contadoria - DECON emitiu a Nota Técnica 02/2015, dando tratamento padronizado à contabilização de recursos oriundos desta origem.

A seguir é possível comparar o saldo registrado no subgrupo Demais Obrigações nos anos de 2014 e 2015:

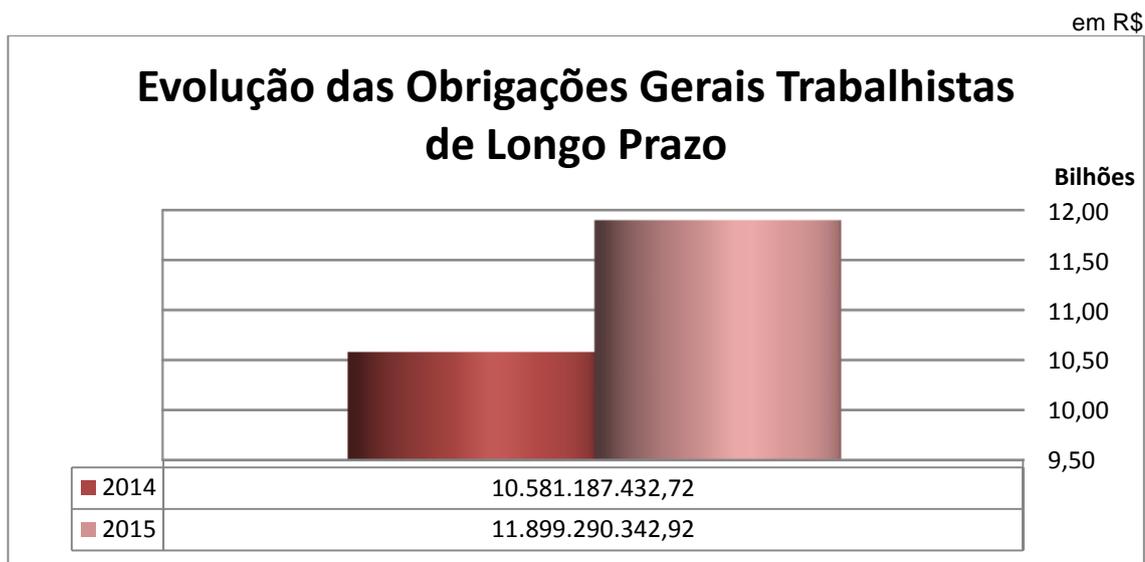


Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

Passivo Não Circulante: são as obrigações do Município de São Paulo reconhecidas ou estimadas que sejam exigíveis após doze meses da data dos demonstrativos contábeis.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Estão compreendidos nesse subgrupo as obrigações relacionadas a salários ou remunerações, benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e seus encargos, benefícios assistenciais, com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive precatórios decorrentes dessas obrigações. O valor registrado em 31/12/2015 foi de R\$ 11.899.290.342,92 ante um saldo de R\$ 10.581.187.432,72 em 31/12/2014. A seguir, verifica-se a comparação gráfica dessa diferença:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da PMSP a título de empréstimos, com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis. O maior volume dos débitos registrados neste subgrupo corresponde à Dívida Pública Interna do Município de São Paulo junto à União, constituída ao amparo da Medida Provisória (MP) 1969/2000 (atual MP 2.185-35/2001).

A dívida interna é composta principalmente pelo contrato de refinanciamento de dívidas do município celebrado com a União à luz da MP 2185-35/2001. Esse contrato representou, à época, um importante passo no ajuste fiscal e na busca do equilíbrio das contas públicas dos entes federados. Entretanto, as negociações foram feitas com base no Plano Real, utilizando como indexador, para atualização da dívida, o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), considerado melhor índice naquele contexto. Contudo, devido à mudança no cenário econômico, tal índice tornou-se incompatível com a realidade financeira dos municípios e o endividamento aumentou ao longo dos anos.

Em que pesem os esforços deste município, a manutenção dessas taxas não tem possibilitado a amortização do saldo devedor, evidenciando a existência de desequilíbrios contratuais que requerem revisões imediatas. A inalterabilidade das bases contratuais até o final dos prazos fixados no contrato, gera um grande encargo às contas da PMSP, sacrificando

excessivamente as contas públicas e os investimentos demandados pela sociedade.

Sobre essa matéria, visando ajustar o índice de correção e a taxa de juro às condições atuais da economia, foi editada, pelo Governo Federal, a Lei Complementar 148/2014, alterada pela Lei complementar 151/2015, que dispõe sobre a mudança de indexador dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados com a União.

Dessa forma, as dívidas que atualmente são corrigidas pelo IGP-DI + 6% a 9% ao ano, no caso do Município de São Paulo, IGP-DI + 9%, passarão a ser calculadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 4% de juros, limitados à variação da taxa Selic.

Para alterar o indexador devem ser respeitados os critérios regulamentados pelo Decreto nº 8.616/2015, alterado pelo Decreto nº 8.665/2016, publicado pelo Governo Federal. Esse Decreto prevê que os efeitos financeiros decorrentes da troca do indexador ocorrerão por meio da celebração de Termos Aditivos aos contratos já firmados com a União, e impõe aos entes a obrigação de celebrar, com o agente financeiro da União, Termo de Convalidação de Valores para assinatura do referido Termo Aditivo.

A Prefeitura de São Paulo constituiu uma dívida, assumida junto ao Governo Federal em 2000, de R\$ 11,2 bilhões cujo saldo em 31/12/2015 é de R\$ 73,1 bilhões, mesmo depois de a PMSP ter desembolsado R\$ 28,4 bilhões em pagamentos da dívida nesse período.

No caso da Prefeitura de São Paulo, o aditivo contratual com a União foi assinado no dia 26 de fevereiro de 2016, permitindo redução expressiva da dívida consolidada do Município de São Paulo, o que será evidenciado no Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2016, a ser publicado em 2017.

Com assinatura do aditivo contratual, o Município de São Paulo garantirá, a partir de 2016, uma redução de cerca de R\$ 45 Bilhões em sua dívida, considerando os saldos existentes em 31/12/2015.

A projeção da dívida pública da PMSP até o exercício de 2016 pode ser analisada no gráfico a seguir:



Fonte: SOF / Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

Essa alteração foi extremamente favorável ao Município de São Paulo, pois permitirá sua quitação no prazo fixado, exercício de 2030, bem como menor comprometimento de recursos com o pagamento do serviço da Dívida Pública. Conseqüentemente, o montante economizado poderá ser direcionado para investimentos em áreas prioritárias para a população.

A Dívida Fundada, no geral, é atualizada monetariamente na seguinte conformidade:

Dívida Contratada Interna:

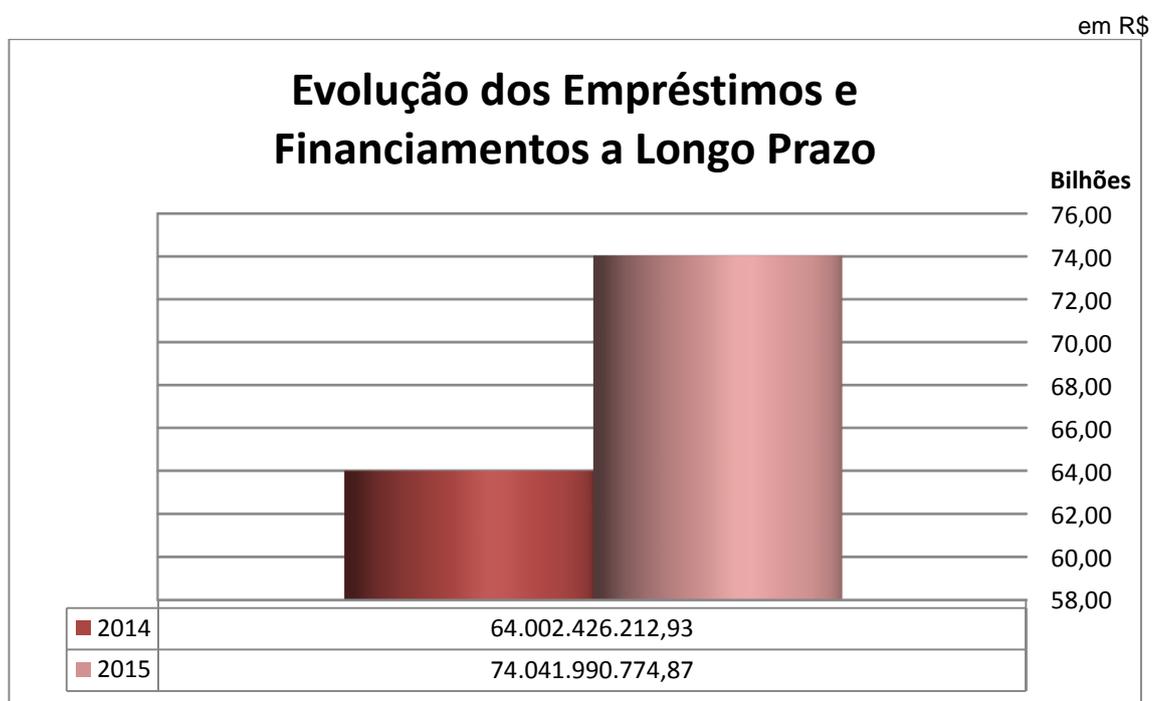
- Com base na variação cambial do dólar americano para o contrato de refinanciamento da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo – DMLP (autorizado pela Lei Municipal nº. 12.671/98).
- Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR, aplicada sobre o saldo devedor apurado em dólar, para o contrato do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM.

- Os demais contratos da Dívida Interna, atualizados através dos índices econômicos e financeiros: UPR, TR, IGP-M, IGP-DI, URTJLP e IPCA / (BNDES), TJLP e SELIC.

Dívida Contratada Externa:

- Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR.

No gráfico a seguir observa-se um comparativo entre os saldos de 2014 e 2015 nos empréstimos e financiamentos a longo prazo:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Refere-se às obrigações contraídas pela PMSP junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da capital paulista, com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive precatórios decorrentes dessas obrigações. O valor registrado em 31/12/2015 foi de R\$ 52.412.373,55.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

São obrigações nas quais a PMSP, através de seus órgãos e empresas, é o sujeito passivo da relação tributária com o Governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis. O valor registrado em 31/12/2015 foi de R\$ 113.633.985,42.

Provisões a Longo Prazo

Neste subgrupo são registradas as obrigações de prazo ou de valor incertos, cujo fato gerador já tenha ocorrido, dos quais a prefeitura tenha bases seguras para constituição do passivo e que tenham prazo de vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Uma importante alteração ocorrida neste subgrupo em 2015 foi o reconhecimento do passivo atuarial pelo Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - IPREM. Conforme estabelece o MCASP 6º edição, em convergência às normas internacionais de contabilidade, mais especificamente a IPSAS 25, tem-se a seguinte regra: *“Benefícios a Empregados destaca a necessidade do reconhecimento do passivo atuarial e sua evidenciação no Balanço Patrimonial, em atendimento ao regime de competência”*.

No montante dos benefícios a empregados aos quais se refere a norma citada acima, estão compreendidos os benefícios pós-emprego, tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida e assistência médica pós-emprego, que juntos representam uma ampla parcela do gasto público ao longo dos anos.

Desta forma, para que seja demonstrada a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de cada ente federativo, a Portaria nº 916/2013 do Ministério da Previdência regulamentou uma forma de reconhecer e controlar esses passivos por meio de registro de reservas matemáticas previdenciárias. Esse cálculo consiste em provisionar valores que representam o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

Durante o exercício de 2015, o IPREM firmou contrato junto à empresa especializada em cálculos atuariais, a qual executou um levantamento das

reservas a serem registradas de acordo com a projeção atuarial. Os cálculos foram realizados tendo como base dados dos servidores ativos e inativos apresentados no segundo semestre de 2014, dos quais resultaram uma projeção de um passivo atuarial no montante de R\$ 89.212.247.515,78, valor este reconhecido em conta do Passivo Não Circulante do IPREM conforme orientações do MCASP.

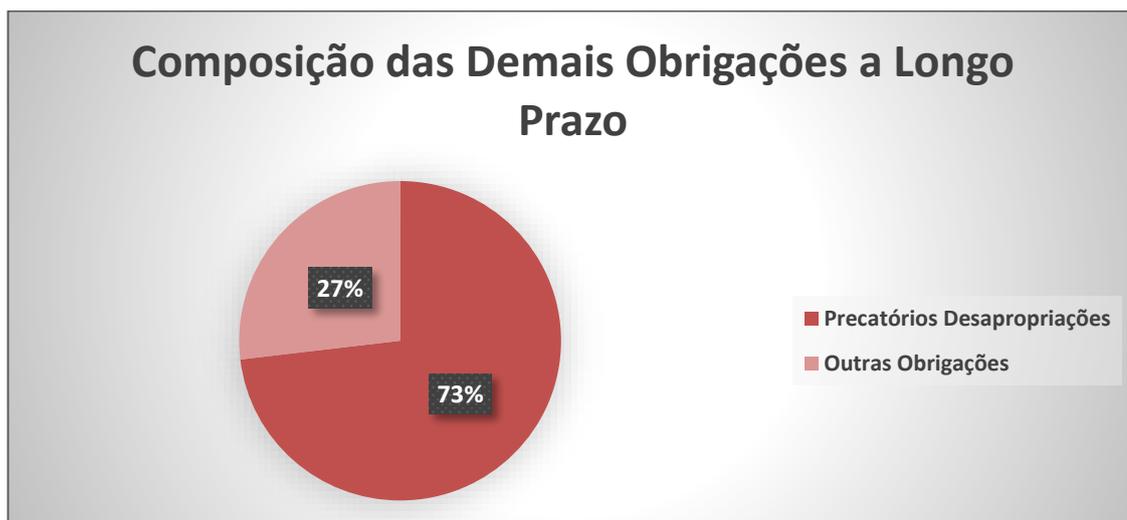
Conseqüentemente, tal reconhecimento gerou uma vultosa variação patrimonial diminutiva no Balanço Patrimonial Consolidado desta Prefeitura, ocasionando uma grande alteração nas Provisões a Longo Prazo em relação ao exercício de 2014. Por outro lado, com essas informações registradas nos demonstrativos financeiros, aumenta-se o controle e transparência desse importante mecanismo do direito social, contribuindo para viabilizar o pagamento a todos que desses recursos dependam.

Com essas alterações, este subgrupo sofreu um aumento expressivo de R\$ 182,3 milhões em 2014 para R\$ 89,8 bilhões em 2015.

Demais Obrigações a Longo Prazo

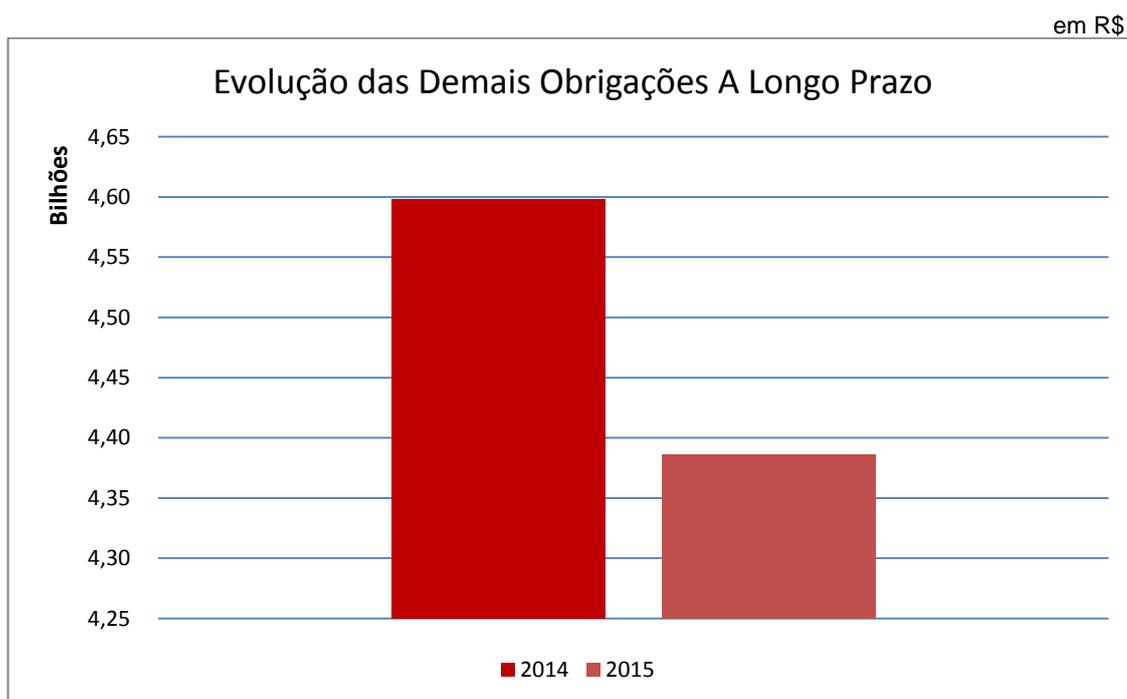
Abrange as obrigações do Município de São Paulo junto a terceiros que por definição não estão inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis, inclusive precatórios decorrentes dessas obrigações.

O principal valor de débito inscrito nesse subgrupo refere-se aos precatórios relativos a desapropriações, cuja prevalência sobre outras obrigações de longo prazo aqui registradas pode ser observada no gráfico a seguir:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

A evolução desses débitos é apresentada no gráfico a seguir, que demonstra a redução de aproximadamente R\$ 212,3 Milhões desses débitos em 2015 em relação a 2014:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Corresponde ao valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos constituídos pelo Governo Municipal, servindo como importante indicador de equilíbrio na gestão patrimonial, pois reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da PMSP. Caso o valor do passivo seja maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Sendo assim, o termo Patrimônio Líquido deve ser substituído por Passivo a Descoberto.

O quadro abaixo apresenta a atual composição do Patrimônio Líquido da Prefeitura do Município de São Paulo em dezembro de 2015 comparando-a com o exercício de 2014:

R\$ milhões

Patrimônio Líquido PMSP	2015	2014
Patrimônio Social e Capital Social	756,90	756,90
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	741,93	741,93
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Reservas	141,15	104,37
Resultados Acumulados	(71.822,59)	15.588,21
Resultado do Exercício	(87.451,71)	9.319,39
Resultado de Exercícios Anteriores	15.588,23	6.268,82
Ajuste de Exercícios Anteriores	40,88	-
TOTAL	(70.182,61)	17.191,41

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Anexos do Balanço Patrimonial

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/64)

Trata-se de classificação dada pela Lei nº 4.320/64, a qual tem por objetivo apurar o Saldo Patrimonial e principalmente possibilitar o cálculo do Superávit Financeiro, o qual é uma das fontes para abertura de Créditos Adicionais no orçamento público do exercício seguinte. A regra para a apuração do superávit financeiro consiste na subtração do ativo financeiro para o passivo financeiro, deduzindo-se tão somente os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculados. Sendo superávit a diferença positiva encontrada e, déficit o contrário.

Em 2015 a PMSP obteve um superávit financeiro e um déficit patrimonial conforme pode ser verificado nos quadros a seguir:

Em R\$

Financeiro	Posição em 31/12/2015
Ativo	9.999.722.968,27
Passivo	6.016.314.030,78
Superávit Financeiro	3.983.408.937,49
Permanente	Posição em 31/12/2015
Ativo	109.538.303.557,24
Passivo	186.904.296.491,15
Déficit Permanente	(77.365.992.933,91)
Saldo Patrimonial	(73.382.583.996,42)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro (Lei nº 4.320/64)

Este quadro tem por objetivo demonstrar o superávit financeiro por fonte e destinação de recursos, as quais podem ser vinculadas ou ordinárias, em atendimento aos arts. 8º e 50º da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Desta forma, os saldos finais dessas Fontes de Recurso, bem como o superávit financeiro, podem ser observados no quadro abaixo:

em R\$

Fontes de Recursos	Posição em 31/12/2015	Posição em 31/12/2014
Ordinária	1.550.628.766,42	(1.905.174.958,46)
Vinculada	2.432.780.171,07	3.532.409.453,27
Operações de Créditos	30.388.973,95	42.444.551,03
Transferências Federais	(137.310.150,40)	456.854.207,49
Transferências Estaduais	48.196.332,86	42.024.848,76
Fundo Constitucional de Educação	90.260.323,78	82.022.135,12
Outras Fontes	265.411.090,76	259.296.671,66
Tesouro Municipal – Recurso Vinculado	2.135.833.600,12	2.649.767.039,21
TOTAL	3.983.408.937,49	1.627.234.494,81

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/64)

Os Atos Potenciais Ativos e Passivos são registrados em contas de Controle nos Grupos 7 e 8 conforme PCASP, e representam os atos administrativos que imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio do ente, como por exemplo, direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias de valores recebidas e concedidas; e outros atos potenciais do ativo e do passivo. A composição dos atos potenciais é apresentada a seguir:

em R\$

Atos Potenciais Ativos	Posição em 31/12/2015	Posição em 31/12/2014
Garantias e Contragarantias Recebidas	2.458.783.583,63	2.027.018.043,52
Direitos Convencionados e Outros Instrumentos	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	14.343.062.096,87	14.488.911.389,71
TOTAL	16.801.845.680,50	16.515.929.433,23

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Segundo os saldos apresentados acima, a maior parte dos atos potenciais ativos refere-se ao grupo “Outros Atos Potenciais Ativos”, e são compostos, em sua maioria, pelo controle de potenciais contribuintes a serem tributados, o qual encerrou o exercício com um saldo de R\$ 11.486.539.535,51, correspondendo a 80% (oitenta por cento) do total daquele grupo.

em R\$

Atos Potenciais Passivos	Posição em 31/12/2015	Posição em 31/12/2014
Garantias e Contragarantias Concedidas	78.492.816.365,09	67.219.334.129,27
Obrigações Convencionadas e Outros Instrumentos	-	-
Obrigações Contratuais	97.345.423,24	128.574.32,16
Outros Atos potenciais Passivos	634.835.525,98	756.151.090,24
TOTAL	79.224.997.315,31	68.104.059.541,67

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Dos atos potenciais passivos acentua-se o valor das garantias e contragarantias concedidas, que possuem um valor expressivo em seu saldo, o qual é composto,

sobretudo, por garantias contratuais relativas à renegociação da dívida pública do município de São Paulo junto à União, conforme Lei Municipal nº 12859/99. Tais garantias encerraram o exercício financeiro de 2015 com um saldo de R\$ 73.135.803.567,94, o que representa 93% (noventa e três por cento) do total das garantias concedidas.

Conforme pode ser analisado por meio de um comparativo entre os quadros dos atos potenciais, verifica-se que os atos potenciais passivos suplantaram os atos potenciais ativos, no exercício de 2015, em R\$ 62,4 Bilhões, aproximadamente. Com tais informações é possível fazer uma projeção dos recursos necessários para saldar esses compromissos firmados, caso venham a se concretizar.

Índices do Balanço Patrimonial

- **Liquidez Imediata (LI):** Indica a capacidade financeira da PMSP em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa e bancos.

Caixa e Equivalentes de Caixa / Passivo Circulante = LI

R\$ 6.306.083.254,54 / R\$ 9.387.195.205,81 = **0,67**

- **Liquidez Corrente (LC):** Demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo para pagar suas dívidas circulantes.

Ativo Circulante / Passivo Circulante = LC

R\$ 10.253.744.869,33 / R\$ 9.387.195.205,81 = **1,09**

- **Liquidez Seca (LS):** Demonstra quanto o Município de São Paulo poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer frente às suas obrigações de curto prazo.

(Caixa e Equivalentes de Caixa + Créditos a Curto Prazo) / Passivo Circulante = LS

(R\$ 6.306.083.254,54 + R\$ 3.770.727.410,71) / R\$ 9.387.195.205,81 = **1,07**

- **Liquidez Geral (LG):** A Liquidez Geral, ou índice de solvência geral, é uma medida de capacidade da PMSP em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazo.

(AC + Ativo realizável a Longo Prazo) / (PC + PÑC) = LG

(R\$ 10.253.744.869,33 + R\$ 81.387.715.866,19) / (R\$ 9.387.195.205,81 + 180.333.441.913,76) = **0,48**

- **Índice de Solvência (IS):** Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

$$(AC + A\tilde{N}C) / (PC + P\tilde{N}C) = IS$$

$$(R\$ 10.253.744.869,33 + 109.284.281.656,18) / (R\$ 9.387.195.205,81 + 180.333.441.913,76) = \mathbf{0,63}$$

- **Endividamento Geral (EG):** Esse índice demonstra o grau de endividamento da PMSP. Reflete ainda a sua estrutura de capital.

$$(PC + P\tilde{N}C) / \text{Ativo Total} = EG$$

$$(R\$ 9.387.195.205,81 + 180.333.441.913,76) / R\$ 119.538.026.525,51 = \mathbf{1,59}$$

- **Composição do Endividamento (CE):** Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Geralmente é melhor para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo.

$$PC / (PC + P\tilde{N}C) = CE$$

$$R\$ 9.387.195.205,81 / (R\$ 9.387.195.205,81 + 180.333.441.913,76) = \mathbf{0,05}$$

Demonstração das Variações Patrimoniais

O objetivo deste demonstrativo é apresentar as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e evidenciar o resultado patrimonial do exercício. As alterações verificadas no patrimônio podem ser quantitativas e/ou qualitativas. Variações quantitativas são aquelas decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Por sua vez, as variações qualitativas ocorrem em virtude de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA's) e diminutivas (VPD's), resultando em déficit ou superávit patrimonial. Para melhor juízo sobre essa informação, o déficit ou superávit patrimonial alcançado pela PMSP deve ser analisado em conjunto com outros resultados desta Prefeitura, pois, na condição de ente público, esta não tem como objetivo a

obtenção de lucro, mas sim a finalidade de disponibilizar bens e prestar serviços à população paulistana.

As variações aumentativas e diminutivas que ocorreram no patrimônio da PMSP em 2015, bem como o resultado do período, estão relacionadas no quadro a seguir:

em R\$

Variações Patrimoniais Aumentativas		Variações Patrimoniais Diminutivas	
	31/12/2015		31/12/2015
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	22.330.177.001,23	Pessoal e Encargos	13.558.290.341,58
Contribuições	3.265.193.445,77	Benefícios Previdenciários e Assistências	6.386.282.312,30
Explorações e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.149.430.915,22	Uso De Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	13.595.722.364,92
VPA Financeiras	2.355.838.850,47	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	14.932.255.054,67
Transferências e Delegações recebidas	23.589.101.429,33	Transferências e Delegações Concedidas	15.315.437.502,22
Valorização E Ganhos com Ativos E Desincorporação De Passivos	4.134.495.099,43	Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação De Passivos	5.341.584.126,93
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	26.484.185.007,87	Tributarias	437.841.395,01
-	-	Custos das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	23.166.218,93
-	-	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	101.169.550.650,66
TOTAL	83.308.421.749,32	TOTAL	170.760.129.967,22

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

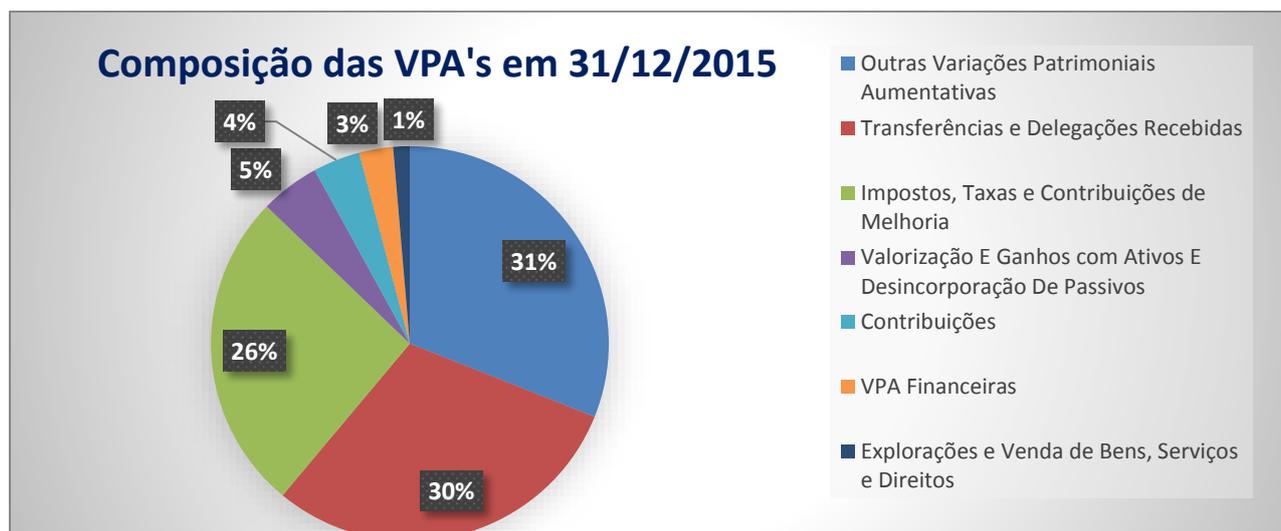
Variações Patrimoniais Aumentativas R\$ 83.308.421.749,32

(-) Total Variações Patrimoniais Diminutivas R\$ 170.760.129.967,22

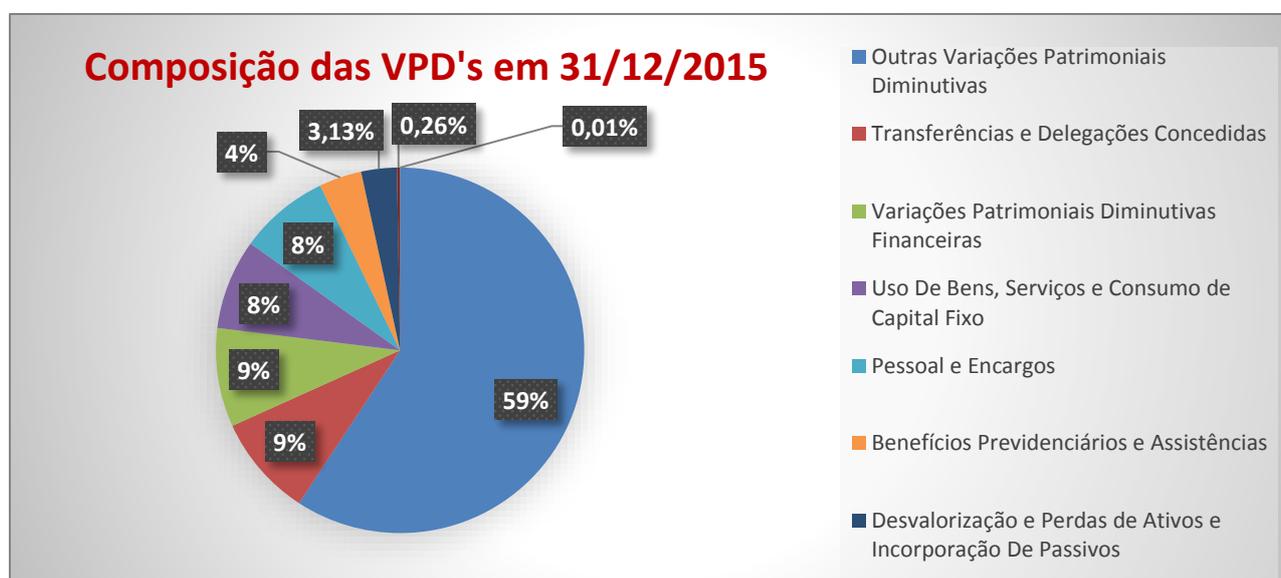
(=) Resultado Patrimonial de 2015 R\$ (87.451.708.217,90)

Conforme pode-se observar acima, a PMSP obteve, em 2015, um resultado patrimonial deficitário, composto por um resultado patrimonial positivo de R\$ 1,63 Bilhão da administração direta e um resultado patrimonial negativo de R\$ 89 Bilhões da administração indireta. O principal motivo desse resultado negativo por parte da administração indireta deve ao reconhecimento do passivo atuarial pelo IPREM.

Concernente a divisão por grupos de contas, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas ficaram distribuídas, em percentuais, da seguinte forma:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais

Este quociente é o resultado da relação entre o Total das Variações Patrimoniais Aumentativas e o Total das Variações Patrimoniais Diminutivas. Representa uma forma alternativa de verificar se o resultado Patrimonial foi deficitário ou superavitário. Em 2015, a Prefeitura de São Paulo apresentou o seguinte Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais:

$$\frac{\text{Total das Variações Patrimoniais Aumentativas} \quad \mathbf{R\$ 83.308.421.749,32}}{\text{Total das Variações Patrimoniais Diminutivas} \quad \mathbf{R\$ 170.760.129.967,22}} = \mathbf{0,49}$$

Observa-se que o referido Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais foi menor do que 1, isso quer dizer que houve R\$ 0,49 de VPA para cada R\$ 1,00 de VPD realizada, confirmando o resultado patrimonial deficitário apresentado no exercício de 2015 pela Prefeitura de São Paulo.

Análise sob o Aspecto Financeiro

Balanço Financeiro

Segundo a Lei 4.320/1964, o Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Dessa forma, o Balanço Financeiro é um demonstrativo que evidencia todos os ingressos e dispêndios financeiros da PMSP, sejam eles orçamentários ou extraorçamentários. Para melhor compreensão deste demonstrativo, segue definição dessas origens de receita e despesa:

Ingresso Orçamentário: São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

Recebimentos Extraorçamentários: Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, por exemplo:

- a. ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros; e
- b. inscrição de restos a pagar.

Dispêndio Orçamentário: Despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

Pagamentos Extraorçamentários: Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo:

- a. relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (ex. devolução de depósitos); e
- b. restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Após essa introdução ao Balanço Financeiro, verifica-se, a seguir, uma análise dos grupos que compõem esse demonstrativo.

Ingressos

Saldo em Espécie do Exercício Anterior

Representa o somatório dos saldos das contas do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei 4.320/1964.

As disponibilidades existentes no início do exercício financeiro de 2015, perfaziam o montante de:

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 4.903.421.908,64
Administração Direta	R\$ 4.479.848.986,43
Administração Indireta	R\$ 423.572.922,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 1.836.206.128,68
Total Consolidado	R\$ 6.739.628.037,32

Receita Orçamentária

As receitas orçamentárias arrecadadas em 2015 alcançaram o montante de:

Administração Direta	R\$ 44.691.571.500,37
Administração Indireta	R\$ 3.410.726.991,37
Consolidado	R\$ 48.102.298.491,74

Transferências Financeiras Recebidas

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Quando efetuadas em cumprimento à execução do orçamento, são orçamentárias, quando não se relacionam com o orçamento, são independentes da execução orçamentária.

As transferências financeiras recebidas somaram a importância de:

Administração Direta	R\$ 697.949.828,75
Administração Indireta	R\$ 7.006.958.419,32
Consolidado	R\$ 7.704.908.248,07

Recebimentos Extraorçamentários

Os recebimentos de natureza extraorçamentária, incluindo a inscrição de restos a pagar, somaram a importância de:

Administração Direta	R\$ 50.511.920.434,53
Administração Indireta	R\$ 1.053.281.369,43
Consolidado	R\$ 51.565.201.803,96

Dispêndios

Despesa Orçamentária

As despesas orçamentárias da PMSP, em 2015, somaram um montante de:

Administração Direta	R\$ 36.656.390.514,84
Administração Indireta	R\$ 10.391.184.170,15
Consolidado	R\$ 47.047.574.684,99

Tendo em vista que os valores registrados neste grupo se referem a despesas empenhadas, conforme art. 35 da Lei 4320/1964, e não a valores cujo fato gerador já tenha ocorrido, ou seja, que já tenham passado pelo processo de liquidação, observa-se no quadro a seguir as fases das despesas orçamentárias no exercício, para melhor compreensão dos gastos da Prefeitura de São Paulo.

em R\$

Despesa Orçamentária da PMSP em 31/12/2015				
Administração	Despesa Empenhada	Despesa liquidada	Despesa paga	Despesa a pagar Liquidada (-) paga
Direta	36.656.390.514,84	33.999.639.238,44	33.802.468.072,24	197.171.166,20
Indireta	10.391.184.170,15	10.227.462.398,01	10.123.109.827,42	104.352.570,59
Consolidado	47.047.574.684,99	44.227.101.636,45	43.925.577.899,66	301.523.736,79

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças -SOF

Transferências Financeiras Concedidas

Indicam as movimentações financeiras entre órgãos e entidades da administração direta e indireta da PMSP. Podem ser orçamentários ou extraorçamentários e representam a contrapartida das transferências financeiras recebidas. As transferências financeiras concedidas, em 2015, alcançaram o montante de:

Administração Direta	R\$ 7.691.566.279,63
Administração Indireta	R\$ 12.216.468,09
Consolidado	R\$ 7.703.782.747,72

A seguir, é possível identificar as transferências ocorridas, por entidade, através do quadro detalhado das Transferências Recebidas e Concedidas.

em R\$

Transferências Financeiras - Posição em 31/12/2015		
Entidade	Transferências Financeiras Recebidas - Para Execução Orçamentária	Transferências Financeiras Concedidas - Para Execução Orçamentária
Prefeitura do Município de São Paulo	0,00	7.682.674.863,48
Hospital do Servidor Público Municipal	265.186.483,53	0,00
Instituto de Previdência Municipal	3.223.367.990,03	0,00
Serviço Funerário do Município de São Paulo	2.650.000,00	0,00
Autarquia Hospitalar Municipal	1.270.073.168,88	0,00
Autoridade Munic. Limpeza Urbana	2.032.776.745,34	0,00
Fundação Paulistana de Educ. Tecnologia	11.200.000,00	0,00
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	119.335.498,84	0,00
COHAB e FMH	82.368.532,70	5.614.919,05
CMSP e FECAM	485.531.363,21	0,00
TCMSP e FETCM	195.800.000,00	0,00
Subtotal Transferências Financeiras - Para Execução Orçamentária	7.688.289.782,53	7.688.289.782,53
Entidade	Transferências Financeiras Recebidas - Independentes de Execução Orçamentária	Transferências Financeiras Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária
Prefeitura do Município de São Paulo	16.618.465,54	0,00
Autoridade Munic. Limpeza Urbana	0,00	6.601.549,04
CMSP e FECAM	0,00	7.028.052,98
TCMSP e FETCM	0,00	1.863.363,17
Subtotal Transferências Financeiras - Independentes de Execução Orçamentária	16.618.465,54	15.492.965,19
Total Transferências Ativas e Passivas	7.704.908.248,07	7.703.782.747,72

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças -SOF

No exercício de 2015, a Prefeitura registrou R\$ 16.618.465,54 referentes a Transferências Financeiras Recebidas - Independentes de Execução Orçamentária, a título de devoluções de repasses financeiros anteriormente concedidos a outras entidades.

Nas entidades, a contrapartida em Transferências Financeiras Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária, a título de devoluções de repasses financeiros anteriormente recebidos, apresentou uma diferença de R\$ 1.125.500,35.

A diferença é composta de:

a) R\$ 948.048,70 não registrados em 2015 pelo Tribunal de Contas do Município. Este valor foi registrado no exercício de 2014 como Variação Patrimonial Diminutiva (Transferências Financeiras Concedidas), tendo em vista que até aquele exercício era utilizado o regime de competência como critério de contabilização das devoluções de repasse. No exercício de 2015, o regime de caixa passou a ser adotado, em conformidade com a Instrução de Procedimento Contábil - IPC 06 - Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro, item 23.

b) R\$ 7.413,07 são reversões de despesas, ou seja, pagamentos realizados em exercícios anteriores e devolvidos no exercício de 2015.

c) R\$ 170.038,58 são valores referentes a restituições de folha de pagamento pagas indevidamente em exercícios anteriores.

Os valores descritos no item "b" e "c" foram recolhidos ao Tesouro Municipal pelo Tribunal de Contas do Município, mas não foram registrados por aquela entidade como Variação Patrimonial Diminutiva, a título de Transferências Financeiras Concedidas - Independentes de Execução Orçamentária.

Pagamentos Extraorçamentários

Neste grupo são evidenciados os pagamentos que não necessitam de execução orçamentária para ocorrer, tais como restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício. As despesas de natureza extraorçamentária alcançaram o montante de:

Administração Direta	R\$ 48.763.199.089,25
Administração Indireta	R\$ 1.029.405.463,35
Consolidado	R\$ 49.792.604.552,60

Saldo para o Exercício Seguinte

Compreende o somatório dos saldos das contas do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados da PMSP, que ficarão disponíveis para utilização no exercício de 2016.

Administração Direta	R\$ 9.106.340.995,04
Administração Indireta	R\$ 461.733.600,74
Consolidado	R\$ 9.568.074.595,78

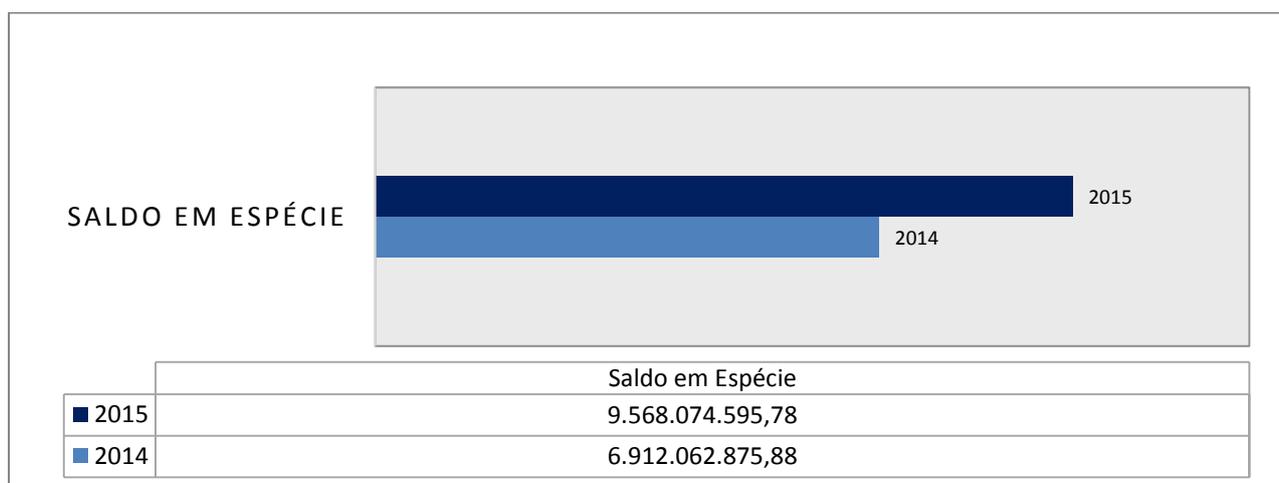
RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA – CONSOLIDADO

Com os valores mencionados anteriormente, é possível fazer uma análise das alterações geradas pela execução financeira ocorrida no período de 2015, o que dá ciência, aos usuários destas informações, do impacto causado pela gestão financeira sobre o disponível da PMSP.

A principal informação gerada pelo Balanço Financeiro é o resultado financeiro do período. Em geral, um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro, desde que tal equilíbrio não se dê mediante endividamento. Assim como a variação negativa das disponibilidades não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode representar uma diminuição do endividamento.

O resultado financeiro corresponde à diferença entre o saldo em Espécie do Exercício anterior e o Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte. O resultado alcançado pela Prefeitura de São Paulo, referente ao exercício de 2015, pode ser verificado através do gráfico abaixo:

	em R\$
Saldo em Espécie 2015	9.568.074.595,78
Saldo em Espécie 2014	6.912.062.875,88
Resultado Financeiro	2.656.011.719,90



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças-SOF

Análise dos Quocientes do Balanço Financeiro

- **Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro**

É o resultado da relação entre o Resultado Orçamentário (Receita Orçamentária – Despesa Orçamentária) e a Variação do Saldo em Espécie. Esse quociente indica a parcela do resultado financeiro composta pelo resultado orçamentário. Automaticamente, a diferença representa a parte composta pelo resultado extraorçamentário, ou das transferências. A PMSP obteve o seguinte quociente orçamentário do resultado financeiro em 2015:

$$\frac{\text{Resultado Orçamentário}}{\text{Resultado Financeiro}} = \frac{1.054.723.806,75}{2.656.011.719,90} = 0,40$$

- **Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros**

Este quociente é o resultado da relação entre o saldo transferido para o exercício seguinte e o saldo do exercício anterior. A interpretação desse quociente indica a evolução do saldo em espécie de um ano para o outro. Esse quociente, na PMSP, em 2015, foi de:

$$\frac{\text{Saldo em espécie p/ exercício seguinte}}{\text{Saldo em espécie do exercício anterior}} = \frac{9.568.074.595,78}{6.912.062.875,88} = 1,38$$

Nota-se que a variação nas disponibilidades foi maior do que 1 – esse quociente demonstra que os recebimentos do exercício foram maiores do que os pagamentos, e que houve um acréscimo do saldo em espécie.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

O objetivo deste demonstrativo é contribuir para a transparência da gestão pública, permitindo um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. Suas informações têm grande utilidade aos seus usuários, pois é instrumento importante para avaliar a capacidade de a entidade, no caso a Prefeitura de São Paulo, gerar caixa e equivalentes de caixa.

Diferentemente do que ocorre com o Balanço Financeiro, na DFC tanto os ingressos quanto os desembolsos são registrados pelo regime de caixa. Isso quer dizer que o registro contábil é feito quando da efetiva entrada ou saída de numerários no Caixa e Equivalentes de Caixa. Dessa forma, a análise financeira sobre a DFC dá uma visão imediata da situação atual das finanças públicas, possibilitando efetuar comparações entre ingressos e desembolsos por tipos de atividades.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC da PMSP é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- Operacional – compreende o ingresso de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados às ações públicas e demais fluxos que não constem no fluxo financeiro ou de investimento;
- Investimentos – é composto por recursos originados de alienação ou aquisição de ativo não circulante, e ainda, recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos.
- Financiamentos – estão inclusos neste fluxo os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

O fluxo de caixa de operações demonstra os recursos arrecadados pelo ente decorrentes por exemplo de impostos, bem como qual a destinação oferecida a esses recursos, ou seja, os desembolsos relacionados à ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como investimento ou financiamento. Corresponde à receita arrecadada decorrente de atividades operacionais, divididas em derivadas e originárias, evidenciando-se a origem e a espécie, considerando-se as respectivas deduções. Inclui, ainda, a

remuneração das disponibilidades e as transferências intragovernamentais e intergovernamentais.

Já o fluxo de investimentos permite comprovar a destinação de recursos públicos, por exemplo, às despesas de capital, em que comumente se encontram registradas as despesas com a aquisição de ativos não circulantes. O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

Por sua vez o fluxo de caixa de financiamentos representa a demonstração de qual a destinação, por exemplo, de uma operação de crédito, proporcionando a cada cidadão acompanhar a efetiva destinação de recursos tomados pelo poder público a título de empréstimos. O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

A seguir, apresentam-se os fluxos de caixa da PMSP por atividade:

em R\$

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais da PMSP 2015			
Ingressos	R\$	Desembolsos	R\$
Receitas Derivadas e Originárias	33.469.341.254,01	Pessoal e Outras Correntes	38.649.934.013,56
Transferências	20.963.266.593,67	Juros e Encargos da Dívida	1.580.121.307,14
Outros ingressos operacionais	48.493.023.230,59	Transferências	7.703.782.747,72
-	-	Outros desembolsos	48.463.908.964,84
TOTAL	102.925.631.078,27	TOTAL	96.397.747.033,26
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	6.527.884.045,01	-	-

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

em R\$

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento da PMSP 2015			
Ingressos	R\$	Desembolsos	R\$
Alienação de Bens	80.815.558,89	Aquisição de Ativo não circulante	-
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	18.603.492,34	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-
Outros Ingressos de Investimentos	551.759.988,87	Outros Desembolsos de Investimentos	3.410.502.070,87
TOTAL	651.179.040,10	TOTAL	3.410.502.070,87
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-	-	(2.759.323.030,77)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

em R\$

Fluxos de Caixa das Atividades Financiamento da PMSP 2015			
Ingressos	R\$	Desembolsos	R\$
Operação de Crédito	19.285.779,71	Amortização/Refinanciamento	-
Transferências de Capital Recebidas	704.134.072,32	Outros Desembolsos de Financiamentos	1.663.534.307,81
TOTAL	723.419.852,03	TOTAL	1.663.534.307,81
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-	-	(940.114.455,78)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

em R\$

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.828.446.558,46
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	6.739.628.037,32
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	9.568.074.595,78

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A partir da ilustração abaixo, é possível visualizar a composição da geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa por atividade, em 2015:

Composição da Geração Líquida de Caixa na PMSP em 31/12/2015



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Conforme observado acima, o fluxo de caixa cumpriu com sua função de possibilitar o planejamento e controle dos recursos financeiros, demonstrando para o gestor público e demais usuários das demonstrações contábeis um detalhamento sobre a fonte e o destino conferido aos recursos públicos. Através desta análise, pode-se perceber que os fluxos de caixa foram satisfatórios, uma vez que houve um resultado positivo nos fluxos operacionais e maior saída nos fluxos de financiamento e investimento, o que demonstra uma redução de endividamento e um aumento no ativo, respectivamente.

O valor apresentado na DFC possibilitará, ainda, avaliar as decisões de investimento e financiamento público futuros e suas implicações para o equilíbrio financeiro da entidade representada.

Várias outras perspectivas são conferidas à DFC, entre as quais citamos:

- Avaliar a situação presente e futura do caixa da entidade, permitindo análise de liquidez;
- Certificar se os excessos de caixa estão sendo devidamente aplicados;
- Conhecer a capacidade de expansão das despesas com recursos próprios gerados pelas operações;

- A análise imediata da disponibilidade e do impacto da mesma nas finanças da entidade, quando da inserção de nova despesa na programação;
- Avaliar a previsão de quando é possível contrair novas despesas sem que isso comprometa as finanças públicas.

Análise dos Quocientes da DFC

- **Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial**

É o resultado da relação entre o Caixa Líquido Gerado nas Operações (CLGO) e o Resultado Patrimonial. Esse índice demonstra a influência do resultado dos Fluxos de Caixa das atividades das Operações sobre o resultado patrimonial.

$$\frac{\text{CLGO}}{\text{Resultado Patrimonial}} = \frac{6.527.884.045,01}{(87.451.708.217,90)} = (0,075)$$

- **Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida**

Este índice é resultante da relação entre o CLGO e o Total do Passivo. Com isso é possível verificar a parcela de obrigações cobertas pelos recursos gerados pela PMSP.

$$\frac{\text{CLGO}}{\text{Total do Passivo / Passivo Exigível}} = \frac{6.527.884.045,01}{189.720.637.119,57} = 0,03$$

- **Quociente da Atividade Operacional**

Este quociente é resultante da relação entre o CLGO e o Total da Geração Líquida de Caixa. Assim, pode-se avaliar a influência que o CLGO exerce sobre a geração líquida de caixa total.

$$\frac{\text{CLGO}}{\text{Total da Geração Líquida de Caixa}} = \frac{6.527.884.045,01}{2.828.446.558,46} = 2,31$$

Análise sob o Aspecto Orçamentário

Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, representando o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período.

O orçamento programa consolidado do Município de São Paulo, para o exercício de 2015, instituído por meio da Lei Municipal nº. 16.099/14 estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 51.393.748.121,00 (cinquenta e um bilhões, trezentos e noventa e três milhões, setecentos e quarenta e oito mil e cento e vinte um reais) compreende: o Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, a saber:

- **Poder Legislativo / Administração Direta:**
 - Câmara Municipal de São Paulo;
 - Tribunal de Contas do Município de São Paulo; e
 - Respectivos Fundos.

- **Poder Executivo / Administração Direta:**
 - Secretarias;
 - Fundos;
 - Subprefeituras;
 - Controladoria Geral do Município.

- **Poder Executivo / Administração Indireta:**
 - Autarquia Hospitalar Municipal;
 - Autoridade Mun. de Limpeza Urbana/ Fundo Mun. de Limpeza Urbana;
 - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo;
 - Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia;
 - Fundação Theatro Municipal de São Paulo;
 - Fundo Municipal de Habitação;
 - Hospital do Servidor Público Municipal;
 - Instituto de Previdência Municipal de São Paulo;
 - Serviço Funerário do Município de São Paulo.

Receita Total Orçada

A receita total do Orçamento Fiscal foi orçada segundo suas categorias econômicas, Receitas Correntes e Receitas de Capital e apresentou as seguintes estimativas:

em R\$

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITAS CORRENTES (I)=(II+III+IV)	44.302.158.153,00
RECEITAS CORRENTES - EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIA (II)	44.664.358.566,00
Receita Tributária	22.640.371.490,00
Receita de Contribuições	1.394.033.401,00
Receita Patrimonial	813.854.647,00
Receita de Serviços	493.235.456,00
Transferências Correntes	16.672.895.033,00
Outras Receitas Correntes	2.649.968.539,00
RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIA(III)	1.672.687.607,00
Receitas de Contribuições Intraorçamentárias	1.663.394.380,00
Receitas Patrimonial Intraorçamentárias	524.354,00
Receitas de Serviços Intraorçamentárias	8.768.873,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES(IV)	- 2.034.888.020,00
Deduções de Transferências Correntes	- 1.988.511.430,00
Deduções de Outras Receitas Correntes	- 46.376.590,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	7.091.589.968,00
Operações de Crédito	80.610.513,00
Alienação de Bens	923.903.223,00
Amortização de Empréstimo	19.375.832,00
Transferências de Capital	4.834.106.922,00
Outras Receitas de Capital	1.199.753.478,00
Transferências de Capital – Intraorçamentárias	33.840.000,00
TOTAL DA RECEITA (VI) = (I+V)	51.393.748.121,00

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesa Total Fixada

A despesa do Orçamento Fiscal foi fixada com a seguinte distribuição institucional:

em R\$

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Saldo em 31/12/2015
PODER EXECUTIVO (I)	50.568.978.121,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	40.728.985.000,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	9.839.993.121,00
PODER LEGISLATIVO (II)	824.770.000,00
TOTAL DA DESPESA III = (I) + (II)	51.393.748.121,00

¹ Valores em unidade de real.

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário definido pela lei 4.320/1964 é o instrumento que demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- a) Quadro Principal
- b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

Sua estrutura deve evidenciar as receitas orçamentárias por categoria econômica e origem, especificando: previsão inicial, a previsão atualizada, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação (confronto do orçamento inicial e a suas alterações com a execução).

Demonstrará também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando: a dotação inicial, a dotação atualizada, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Destacamos as principais mudanças estruturais, como os valores referente ao refinanciamento da dívida no quadro da receita e da despesa e os recursos de exercícios anteriores.

O **resultado orçamentário** será demonstrado pela comparação entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas, o resultado poderá ser deficitário, superavitário ou de equilíbrio orçamentário.

Superávit orçamentário: quando as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas;

Déficit orçamentário: quando as despesas empenhadas forem superiores às receitas realizadas.

Equilíbrio orçamentário: quando as despesas empenhadas forem equivalentes às receitas realizadas. Situação desejável.

Vejamos o Balanço Orçamentário da PMSP no exercício de 2015 e anexos:

em R\$				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d)=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	44.302.158.153,00	44.302.158.153,00	46.712.130.922,95	2.409.972.769,95
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	22.640.371.490,00	22.640.371.490,00	22.330.177.001,23	(310.194.488,77)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.057.427.781,00	3.057.427.781,00	3.265.193.445,77	207.765.664,77
RECEITA PATRIMONIAL	844.379.001,00	844.379.001,00	2.305.669.538,73	1.461.290.537,73
RECEITA INDUSTRIAL				
RECEITA DE SERVIÇOS	502.004.329,00	502.004.329,00	564.709.267,30	62.704.938,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.684.383.603,00	14.684.383.603,00	13.258.358.345,60	(1.426.025.257,40)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.573.591.949,00	2.573.591.949,00	4.988.023.324,32	2.414.431.375,32
RECEITAS DE CAPITAL (II)	7.091.589.968,00	7.091.589.968,00	1.390.167.568,79	(5.701.422.399,21)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	80.610.513,00	80.610.513,00	19.285.779,71	(61.324.733,29)
ALIENAÇÃO DE BENS	923.903.223,00	923.903.223,00	80.815.558,89	(843.087.664,11)
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	19.375.832,00	19.375.832,00	18.603.492,34	(772.339,66)
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL	4.867.946.922,00	4.867.946.922,00	704.134.072,32	(4.163.812.849,68)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.199.753.478,00	1.199.753.478,00	567.328.665,53	(632.424.812,47)
RECURSOS ARRECADADOS EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)				
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II+III)	51.393.748.121,00	51.393.748.121,00	48.102.298.491,74	(3.291.449.629,26)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/ REFINANCIAMENTO (V)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)	51.393.748.121,00	51.393.748.121,00	48.102.298.491,74	(3.291.449.629,26)
DÉFICIT (VII)		40.564.521,13		
TOTAL (VIII) = (VI + VII)	51.393.748.121,00	51.434.312.642,13	48.102.298.491,74	(3.291.449.629,26)
créditos adicionais				
Superávit Financeiro		40.564.521,13	40.564.521,13	
Reabertura de Créditos Adicionais				

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Prefeitura do Município de São Paulo
Departamento de Contadoria

em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)= (f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	40.633.429.008,00	42.064.741.069,34	40.764.948.813,26	39.503.646.831,83	39.283.794.818,56	1.299.792.256,08
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.651.214.436,00	18.673.656.465,10	18.434.158.200,12	18.415.627.700,53	18.404.614.378,89	239.498.264,98
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.545.267.299,00	1.624.347.800,37	1.580.133.606,07	1.580.123.725,95	1.580.121.307,14	44.214.194,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.436.947.273,00	21.766.736.803,87	20.750.657.007,07	19.507.895.405,35	19.299.059.132,53	1.016.079.796,80
DESPESAS DE CAPITAL (X)	10.760.318.113,00	9.369.570.572,79	6.282.625.871,73	4.723.454.804,62	4.641.783.081,10	3.086.944.701,06
INVESTIMENTOS	8.931.926.533,00	7.535.373.159,12	4.488.668.925,75	2.930.017.217,34	2.850.383.822,81	3.046.704.233,37
INVERSÕES FINANCEIRAS	32.636.547,00	138.632.060,39	130.384.072,52	129.877.413,82	127.864.950,48	8.247.987,87
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.795.755.033,00	1.695.565.353,28	1.663.572.873,46	1.663.560.173,46	1.663.534.307,81	31.992.479,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	1.000,00	1.000,00				1.000,00
RESERVA DO RPPS (XII)						
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	51.393.748.121,00	51.434.312.642,13	47.047.574.684,99	44.227.101.636,45	43.925.577.899,66	4.386.737.957,14
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)					-	
Amortização da Dívida Interna					-	
Amortização da Dívida Externa						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	51.393.748.121,00	51.434.312.642,13	47.047.574.684,99	44.227.101.636,45	43.925.577.899,66	4.386.737.957,14
SUPERÁVIT (XIII)			1.054.723.806,75			

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

em R\$

Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)= (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)			
Despesas Correntes	2.870.874,87	183.840.692,98	181.417.152,24	684.934,40	4.609.481,21
Pessoal e Encargos Sociais	75.102,59	10.419.458,82	10.480.378,47	2.060,50	12.122,44
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	2.795.772,28	173.421.234,16	170.936.773,77	682.873,90	4.597.358,77
Despesas de Capital	10.733.768,35	26.371.884,03	34.539.403,99	749.125,05	1.817.123,34
Investimentos	10.733.768,35	23.891.881,28	32.059.401,24	749.125,05	1.817.123,34
Inversões Financeiras		2.480.002,75	2.480.002,75		
Amortização da Dívida					
Total	13.604.643,22	210.212.577,01	215.956.556,23	1.434.059,45	6.426.604,55

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Quadro da Execução de Restos a Pagar não Processados

Restos a Pagar não Processados	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)= (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do exercício anterior (b)				
Despesas Correntes	2.714.094,95	1.145.102.515,36	766.652.158,43	764.843.349,90	379.776.571,89	3.196.688,52
Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00	56.892.166,98	12.788.664,51	12.788.664,51	44.113.502,47	-
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	2.704.094,95	1.088.210.348,38	753.863.493,92	752.054.685,39	335.663.069,42	3.196.688,52
Despesas de Capital	354.688.461,77	638.098.696,60	411.123.227,05	397.713.893,59	193.581.991,74	401.491.273,04
Investimentos	354.688.461,77	637.789.100,88	410.947.576,80	397.538.243,34	193.448.046,27	401.491.273,04
Inversões Financeiras		309.595,72	175.650,25	175.650,25	133.945,47	-
Amortização da Dívida						
Total	357.402.556,72	1.783.201.211,96	1.177.775.385,48	1.162.557.243,49	573.358.563,63	404.687.961,56

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se que a execução orçamentária consolidada de 2015 evidencia que as receitas arrecadadas alcançaram o montante de R\$ 48.102.298.491,74 e as despesas realizadas R\$ 47.047.574.684,99. O confronto desses valores reflete o resultado orçamentário, que se traduz em um superávit orçamentário de R\$ 1.054.723.806,75.

O superávit financeiro de exercícios anteriores constitui disponibilidade para efetiva utilização para abertura de crédito adicional, porém não é considerado como receita do exercício em que for utilizado.

Execução da Receita Orçamentária

As Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Município em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

No Município de São Paulo, no exercício de 2015, a Receita Orçamentária, incluídas as Intraorçamentárias, alcançou o montante de R\$ 48.102.298.491,74,

resultando em arrecadação inferior à previsão em R\$ 3.291.449.629,26, ou seja, 6,40%, conforme demonstrado a seguir:

em R\$

Estágio	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO	% Realizada/Previsão
RECEITA PREVISTA	47.910.269.647,00	3.483.478.474,00	51.393.748.121,00	100,00%
RECEITA REALIZADA	44.691.571.500,37	3.410.726.991,37	48.102.298.491,74	93,60%
DIFERENÇA	3.218.698.146,63	72.751.482,63	3.291.449.629,26	6,40%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na realização da Receita Orçamentária a Administração Direta participou com 92,91%, cabendo à Administração Indireta a complementação de 7,09%, conforme segue:

em R\$

RECEITA REALIZADA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
RECEITAS CORRENTES	43.421.957.635,81	3.290.173.287,14	46.712.130.922,95
RECEITAS DE CAPITAL	1.269.613.864,56	120.553.704,23	1.390.167.568,79
TOTAL	44.691.571.500,37	3.410.726.991,37	48.102.298.491,74
% Participação/Total	92,91%	7,09%	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Receitas por Categoria Econômica

A fim de possibilitar a identificação detalhada dos recursos que ingressam nos cofres públicos a classificação da receita orçamentária por natureza, subdivide-se em seis níveis: *Categoria Econômica, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea e Subalínea*. Quanto à Categoria Econômica as receitas orçamentárias classificam-se em: Receitas Correntes e Receitas de Capital

Receitas Correntes

As Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Município, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas. Classificam-se como Corrente as receitas provenientes de tributos; de

contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas; de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

No Município de São Paulo no exercício de 2015 as Receitas Correntes alcançaram o montante de R\$ 46.712.130.922,95 o que equivale a 97,11% de participação no total da Receita Orçamentária.

em R\$

RECEITAS CORRENTES ¹	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	% S/TOTAL	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	% S/TOTAL	CONSOLIDADO	% S/TOTAL
Receita Tributária	22.328.440.885,53	51,42%	1.736.115,70	0,05%	22.330.177.001,23	47,80%
Receita de Contribuições	313.472.609,43	0,72%	1.178.450.372,66	35,82%	1.491.922.982,09	3,19%
Receita de Contribuições - Intra-Orçamentária	-	0,00%	1.773.270.463,68	53,90%	1.773.270.463,68	3,80%
Receita Patrimonial	2.218.640.819,90	5,11%	86.528.307,13	2,63%	2.305.169.127,03	4,93%
Receita Patrimonial - Intra-Orçamentária	-	0,00%	500.411,70	0,02%	500.411,70	0,00%
Receita de Serviços	426.240.123,11	0,98%	128.704.034,53	3,91%	554.944.157,64	1,19%
Receita de Serviços - Intra-Orçamentária	-	0,00%	9.765.109,66	0,30%	9.765.109,66	0,02%
Transferências Correntes	13.255.459.531,45	30,53%	1.060.814,15	0,03%	13.256.520.345,60	28,38%
Transferências Correntes Intra-orçamentária	-	0,00%	1.838.000,00	0,06%	1.838.000,00	0,004%
Outras Receitas Correntes	4.879.703.666,39	11,24%	95.154.940,47	2,89%	4.974.858.606,86	10,65%
Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentária	-	0,03%	13.164.717,46	0,40%	13.164.717,46	0,06%
TOTAL	43.421.957.635,81	100,00%	3.290.173.287,14	100,00%	46.712.130.922,95	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Detalhamento das Principais Receitas Correntes

Receita Tributária

Tributo é uma das origens da Receita Corrente na Classificação Orçamentária por Categoria Econômica. Quanto à procedência, trata-se de receita derivada cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Município custear as atividades que lhe são correlatas.

A Receita Tributária foi em 2015 a principal fonte de recurso para a formação da Receita Orçamentária da Municipalidade e atingiu o montante de R\$ 22.330.177.001,23 representando 47,80% de sua Categoria Econômica e 46,42% da Receita Total. Seguem as rubricas mais significativas:

em R\$

RECEITA TRIBUTÁRIA	VALOR	% s/ total Rec.Trib.
IPTU	6.480.700.626,32	29,43%
Imposto s/ a Propriedade Predial	6.150.868.194,39	27,93%
Imposto s/ a Propriedade Territorial Urbana	329.832.431,93	1,50%
IRPQN	1.671.318.527,36	7,59%
IR na Fonte s/ Rendimento Trabalho	1.397.043.962,01	6,34%
IR na Fonte s/ Remessa ao Exterior	269.248,45	0,001%
IR na Fonte s/ Outros Rendimentos	274.005.316,90	1,24%
ITBI	1.791.414.241,69	8,14%
ISS	12.077.238.310,46	54,85%
ISS	10.849.322.074,66	49,27%
ISS - Sistema Integrado - Simples	160.775,53	0,00001%
ISS - Sistema Nacional	1.217.593.415,36	5,53%
ISS -PRD Parcelamento	10.162.044,91	0,05%
TAXAS	309.505.295,40	1,41%
TOTAL IMPOSTOS	22.020.671.705,83	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destaques:

- Imposto sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana – IPTU, que recebeu um ingresso de R\$ 6.480.760.626,32, o que equivale a 29,43% do total das Receitas Tributárias.
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, incluídos o Sistema Integrado Simples e o Simples Nacional, que recebeu um ingresso de R\$ 12.077.238.310,46, o que equivale a 54,85% do total das Receitas Tributárias.

Transferências Correntes

Na ótica orçamentária, as Transferências Correntes são recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade pública específica, mas que não correspondam a uma contraprestação direta em bens e serviços a quem efetuou a transferência.

Os recursos da transferência são vinculados à finalidade pública, e não à pessoa, podem ocorrer a nível intragovernamental (dentro do âmbito de um mesmo governo) ou intergovernamental (governos diferentes, da União para Estados, do Estado para os

Municípios, por exemplo), assim como recebidos de instituições privadas e pessoas físicas.

A segunda principal fonte de recurso para a formação da Receita Orçamentária da Municipalidade em 2015 foi a Transferência Corrente que atingiu o montante de R\$ 13.258.358.345,60, representando 28,38% da sua Categoria Econômica e 27,56% da Receita Total e o seguinte panorama:

em R\$

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	VALOR	% s/total
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.188.255.317,37	99,47%
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	2.399.456.757,26	18,10%
Participação na Receita da União	204.076.339,07	1,54%
Transf. da Comp. Financ. p/Exploração de Rec. Naturais	27.794.348,46	0,21%
Transferência de Recursos do SUS	1.510.159.198,93	11,39%
Transferência de Recursos do FNAS	63.345.356,79	0,48%
Transferência de Recursos do FNDE	563.467.559,83	4,25%
Transf. Financeira do ICMS - Desoneração	26.631.424,58	0,20%
Outras Transferências da União	3.982.529,60	0,03%
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	7.457.975.520,65	56,25%
Participação na Receita dos Estados	7.375.523.514,98	55,63%
Outras Transferências dos Estados	82.452.005,67	0,62%
TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.328.985.039,46	25,11%
Transf. de Recursos do FUNDEB - Da União	262.839.418,18	1,98%
Transf. de Recursos do FUNDEB - Do Estado	3.066.145.621,28	23,13%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.838.000,00	0,01%
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	40.325.550,67	0,30%
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	29.777.477,56	0,22%
TOTAL	13.258.358.345,60	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As rubricas mais significativas que contribuíram para a arrecadação das Transferências Correntes foram:

a. Transferências da União – Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, que recebeu a arrecadação de R\$ 1.510.159.198,93, o que equivale a 11,39% do total das Transferências Correntes.

b. Transferências dos Estados – Participação na Receita dos Estados, que recebeu a arrecadação de R\$ 7.457.975.520,65, o que equivale a 56,25% do total das Transferências Correntes, deste montante equivale a:

- Cota-Parte do ICMS R\$ 5.461.622.417,85
- Cota-Parte do IPVA R\$ 1.866.729.824,79
- Cota Parte do IPI s/Exportação R\$ 43.545.601,82
- Cota Parte da CIDE R\$ 3.625.670,52

c. Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, que recebeu a arrecadação de R\$ 3.328.985.039,46, o que equivale a 25,11% do total das Transferências Correntes.

Outras Receitas Correntes

Nesta Receita inserem-se multas e juros de mora, indenizações e restituições, receita da dívida ativa e as outras receitas não classificadas nas receitas correntes anteriores. No ano de 2015, as “Outras Receitas Correntes” totalizaram a quantia de R\$ 4.988.023.324,32, representando 10,37% das Receitas Correntes Totais.

Abaixo, seguem detalhes dos valores de multa de trânsito e da contabilização de honorários advocatícios inclusos em multa e juros do PPI, bem como receitas arrecadadas por meio de programas de parcelamento, dos quais ao final do exercício de 2015 foram transferidas em suas referidas rubricas tributárias.

- Receitas arrecadadas por meio de Programas de Parcelamento.

A seguir é demonstrada a arrecadação total de receitas, no exercício de 2015, por meio dos Programas de Parcelamento de Débitos:

em R\$	
Parcelamento	Receita
PPI	1.910.933.066,53
PAT	115.315.535,59
PISN	188.403,17
PRD	13.314.301,16
TOTAL	2.039.751.306,45

PPI – Programa de Parcelamento Incentivado; PAT – Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários; PISN – Parcelamento Especial para ingresso no Simples Nacional; PRD – Programa de Regularização de Débitos.

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Os valores apresentados são líquidos, descontadas as deduções de receitas e as custas devidas ao Estado recolhidas por meio de Guia de Arrecadação Estadual - GARE.

A sistemática de contabilização das receitas arrecadadas por meio desses parcelamentos está em constante aperfeiçoamento, em virtude tanto das melhorias implementadas nos sistemas que controlam a adesão e a arrecadação, quanto das melhorias a serem desenvolvidas no sistema de devoluções de receitas para melhor detalhamento dessas informações.

Contabilização de Honorários Advocatícios inclusos em Multa e Juros do PPI.

Em dezembro de 2015 houve a contabilização dos honorários advocatícios incidentes sobre as parcelas pagas em atraso do Programa de Parcelamento Incentivado. Conforme andamento no processo administrativo nº 2011-0.254.473-2, os valores originalmente registrados nas rubricas de Multas e Juros da Dívida Ativa (quadro abaixo) foram reclassificados para Multa e Juros do PPI – Honorários.

em R\$

Rubrica	Descrição	Valor
1.9.1.3.11.01.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPTU	2.642.452,85
1.9.1.3.12.01.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ITBI	11.540,71
1.9.1.3.13.01.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de ISS	1.794.353,13
1.9.1.3.98.01.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições de Melhoria	9.058,66
1.9.1.3.99.01.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IVV	3.831,80
1.9.1.3.99.02.00.00	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	105.274,36
1.9.1.9.99.01.00.00	Multas e Juros Diversos - PMSP	92.889,30
TOTAL		4.659.400,81

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF.

* Valores referentes ao período de maio de 2006 a dezembro 2014.

em R\$

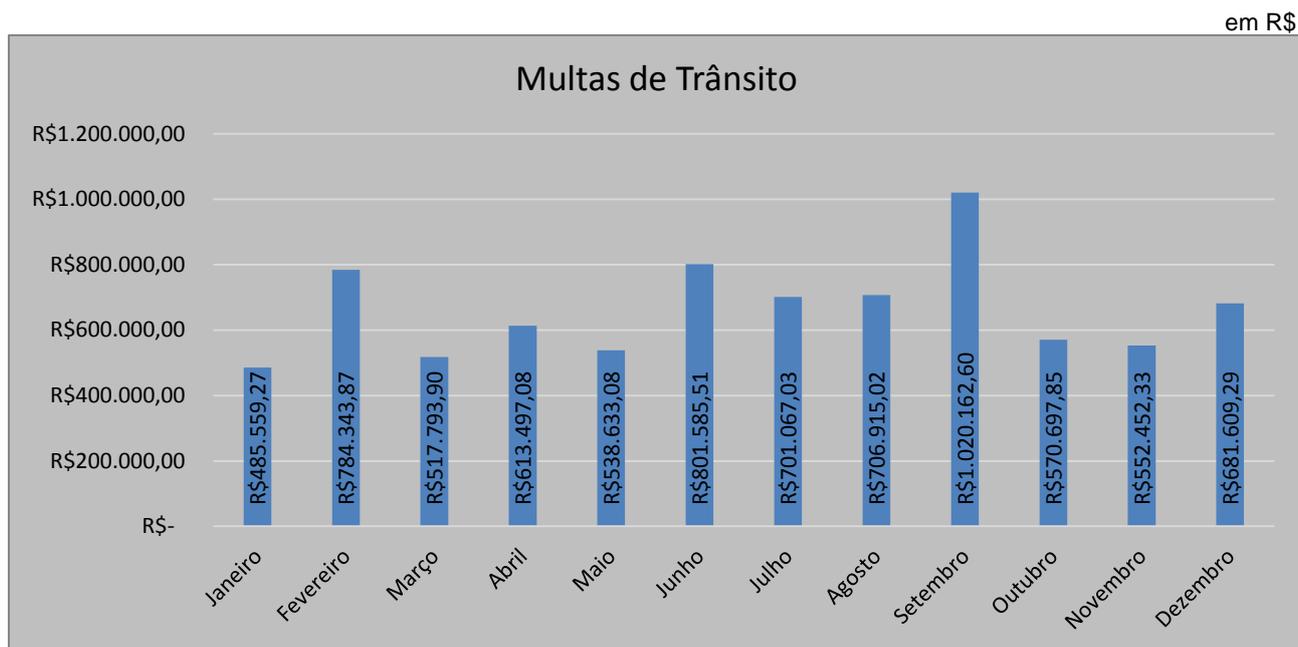
Rubrica	Descrição	Valor
1.9.1.3.11.01.00.0	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPTU	686.665,25
1.9.1.3.12.01.00.0	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ITBI	11.749,73
1.9.1.3.13.01.00.0	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de ISS	764.427,97
1.9.1.3.98.01.00.0	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições De Melhoria	1.352,84
1.9.1.3.99.01.00.0	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IVV	71,31
1.9.1.3.99.02.00.0	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	30.250,75
1.9.1.9.99.01.00.0	Multas e Juros Diversos - PMSP	30.049,42
TOTAL		1.524.567,27

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF.

* Valores referentes ao período de Janeiro de 2015 a Dezembro de 2015.

- **Contabilização das Multas de Trânsito inscritas em Dívida Ativa.**

O valor arrecadado com as multas de trânsito inscritas em Dívida Ativa no exercício de 2015 foi registrado nas rubricas de receita 1.9.3.2.99.07.00.00 e 1.9.1.5.99.01.00.00, totalizando o montante de R\$ 7.974.316,83 (sete milhões, novecentos e setenta e quatro mil, trezentos e dezesseis reais e oitenta e três centavos) conforme quadro fornecido pelo sistema da dívida ativa.



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Receitas de Capital

As Receitas Orçamentárias de Capital também aumentam as disponibilidades financeiras do Município e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

São provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

As Receitas de Capital alcançaram, no Município de São Paulo em 2015, o montante de R\$ 1.390.167.568,79 o que equivale a 2,89% de participação no total da Receita Orçamentária, e foi composto conforme segue:

em R\$

RECEITAS DE CAPITAL	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	%	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	%	VALOR	%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	19.285.779,71	1,52		0,00	19.285.779,71	1,39
Operações de crédito Interno	19.285.779,71	1,52		0,00	19.285.779,71	1,39
ALIENAÇÃO DE BENS	80.751.724,78	6,36	63.834,11	0,05	80.815.558,89	5,81
Alienação de Bens Móveis	138.025,17	0,01	63.834,11	0,05	201.859,28	0,01
Alienação de Bens Imóveis	80.613.699,61	6,35		0,00	80.613.699,61	5,80
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		0,00	18.603.492,34	15,43	18.603.492,34	1,34
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	603.265.452,40	47,52	100.868.619,92	83,67	704.134.072,32	50,65
Transferências Intergovernamentais	258.478.159,87	20,36		0,00	258.478.159,87	18,59
Transferências de Capital Intra-Orçamentária		0,00	100.868.619,92	83,67	100.868.619,92	7,26
Transferências do Exterior		0,00		0,00		0,00
Transferências de Convênios	344.787.292,53	27,16		0,00	344.787.292,53	24,80
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	566.310.907,67	44,60	1.017.757,86	0,84	567.328.665,53	40,81
Outras Receitas de Capital Intra-Orçamentária	15.568.676,66	1,22			15.568.676,66	1,12
Outras Receitas de Capital	550.742.231,01	4,338	1.017.757,86		550.742.231,01	39,69
TOTAL	1.269.613.864,56	100,00	120.553.704,23	100,00	1.390.167.568,79	100,00

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As rubricas mais significativas que contribuíram para a arrecadação das Receitas de Capital foram:

a. Transferências de Convênios, que recebeu a arrecadação de R\$ 344.787.292,53, o que equivale a 24,80% do total das Receitas de Capital. Destaca-se que deste montante o valor de R\$ 287.951.733,95 refere-se a Transferências dos Estados Destinadas a Programas de Saneamento – Convênio PMSP x SABESP – Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura.

b. Outras Receitas de Capital, que recebeu a arrecadação de R\$ 567.328.665,53, o que equivale a 40,81% do total das Receitas de Capital. Destaca-se que deste montante o valor de R\$ 249.973.455,56 refere-se à Outorga Onerosa -Plano Diretor.

Comportamento da Receita Orçamentária

A realização da receita orçamentária atingiu no exercício o montante de R\$ 48.102.298.491,74, conforme tabela abaixo:

em R\$

RECEITAS¹	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇA	%	% REALIZADA
	(I)	(II)	III = (II - I)	(II / I)	S/ TOTAL
CORRENTE	42.629.470.546,00	44.900.427.502,99	2.270.956.956,99	105,33%	93,34%
Tributária	22.640.371.490,00	22.330.177.001,23	-310.194.488,77	98,63%	46,42%
Contribuições	1.394.033.401,00	1.491.922.982,09	97.889.581,09	107,02%	3,10%
Patrimonial	813.854.647,00	2.305.169.127,03	1.491.314.480,03	283,24%	4,79%
Serviços	493.235.456,00	554.944.157,64	61.708.701,64	112,51%	1,15%
Transferências Correntes	14.684.383.603,00	13.256.520.345,60	-1.427.863.257,40	90,28%	27,56%
Outras Receitas Correntes	2.603.591.949,00	4.961.693.889,40	2.358.101.940,40	190,57%	10,31%
INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.672.687.607,00	1.811.703.419,96	139.015.812,96	108,31%	3,77%
Receitas de Contribuições Intra	1.663.394.380,00	1.773.270.463,68	109.876.083,68	106,61%	3,69%
Receitas Patrimonial Intra	524.354,00	500.411,70	-23.942,30	95,43%	0,00%
Receitas de Serviços Intra	8.768.873,00	9.765.109,66	996.236,66	111,36%	0,02%
Transferências Correntes Intra		1.838.000,00	1.838.000,00	00,00%	0,00%
Outras Receitas Correntes Intra		26.329.434,92	26.329.434,92	00,00%	0,05%
CAPITAL	7.057.749.968,00	1.273.730.272,21	-5.784.019.695,79	18,05%	2,65%
Operações de Crédito	80.610.513,00	19.285.779,71	-61.324.733,29	23,92%	0,04%
Alienação de Bens	923.903.223,00	80.815.558,89	-843.087.664,11	08,75%	0,17%
Amortização de Empréstimos	19.375.832,00	18.603.492,34	-772.339,66	96,01%	0,04%
Transferência de Capital	4.834.106.922,00	603.265.452,40	-4.230.841.469,60	12,48%	1,25%
Outras Receitas de Capital	1.199.753.478,00	551.759.988,87	-647.993.489,13	45,99%	1,15%
INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL	33.840.000,00	116.437.296,58	82.597.296,58	344,08%	0,24%
Transferência de Capital		100.868.619,92	100.868.619,92	00,00%	0,21%
Outras Receitas de Capital	33.840.000,00	15.568.676,66	-18.271.323,34	46,01%	0,03%
TOTAL	51.393.748.121,00	48.102.298.491,74	3.291.449.629,26	93,60%	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

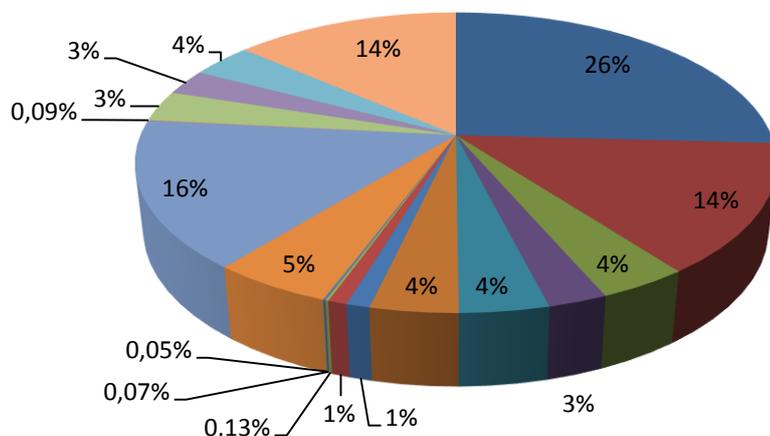
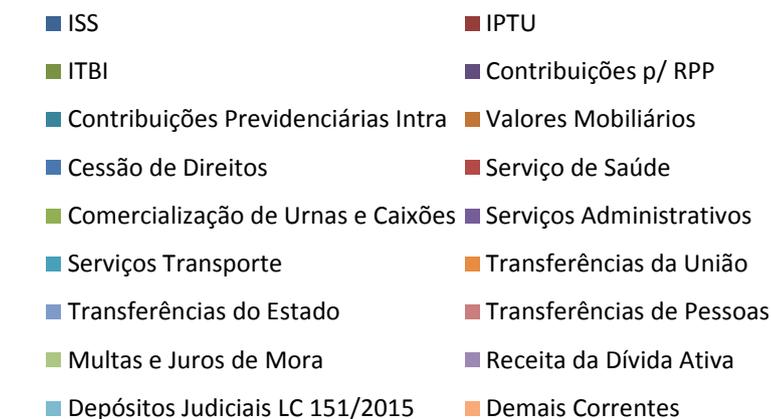
Nos gráficos e quadros a seguir, pode ser verificada a composição, em 2015, das Receitas Correntes e de Capital e os respectivos percentuais:

em R\$

RECEITAS CORRENTES	REALIZADA	% REALIZADA S/ TOTAL
ISS	12.077.238.310,46	25,85%
Transferências do Estado	7.375.523.514,98	15,79%
IPTU	6.480.700.626,32	13,87%
Demais Transferências	3.443.052.522,69	7,37%
Transferências da União	2.399.456.757,26	5,14%
Demais Receitas Tributárias	1.980.823.822,76	4,24%
ITBI	1.791.414.241,69	3,84%
Contribuições Previdenciárias Intra	1.773.270.463,68	3,80%
Valores Mobiliários	1.739.579.467,89	3,72%
Depósitos Judiciais LC 151/2015	1.715.699.806,58	3,67%
Multas e Juros de Mora	1.545.052.897,34	3,31%
Receita da Dívida Ativa	1.289.936.813,66	2,76%
Contribuições p/ RPP	1.178.450.372,66	2,52%
Cessão de Direitos	464.000.000,00	0,99%
Demais Receitas Correntes	437.333.806,74	0,94%
Serviço de Saúde	379.767.756,43	0,81%
Demais Receitas Contribuições	313.472.609,43	0,67%
Demais Receitas Patrimoniais	102.090.070,84	0,22%
Demais Receitas Serviços	66.748.877,59	0,14%
Comercialização de Urnas e Caixões	61.460.000,00	0,13%
Transferências de Pessoas	40.325.550,67	0,09%
Serviços Administrativos	34.056.660,63	0,07%
Serviços Transporte	22.675.972,65	0,05%
Total	46.712.130.922,95	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Principais Receitas Correntes



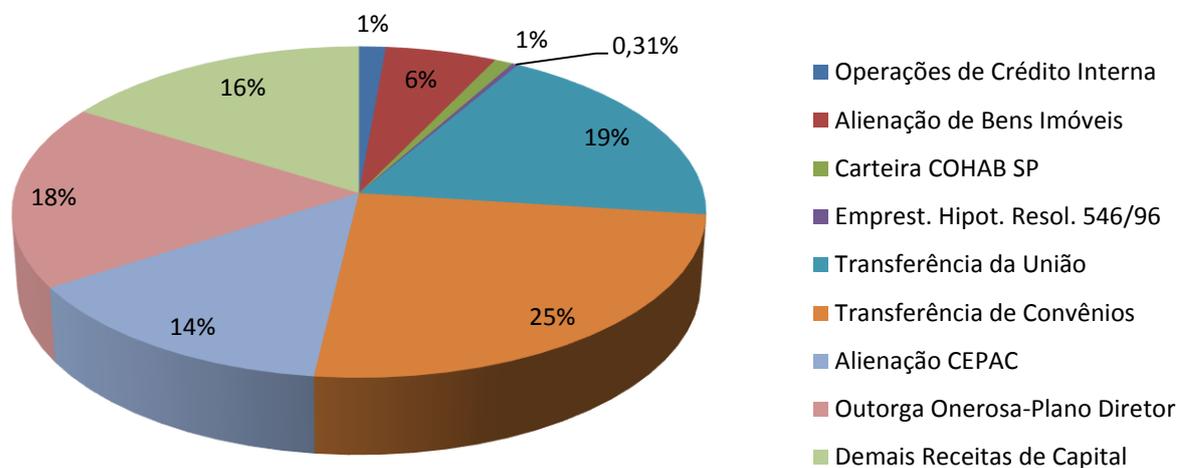
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

em R\$

RECEITAS DE CAPITAL	REALIZADA	% REALIZADA S/ TOTAL
Transferência de Convênios	344.787.292,53	24,80%
Transferência da União	258.478.159,87	18,59%
Outorga Onerosa-Plano Diretor	249.973.455,46	17,98%
Alienação CEPAC	194.892.773,19	14,02%
Demais Receitas de Capital	122.462.436,88	8,81%
Demais Receitas de Transferências	100.868.619,92	7,26%
Alienação de Bens Imóveis	80.613.699,61	5,80%
Operações de Crédito Interna	19.285.779,71	1,39%
Carteira COHAB SP	13.413.045,33	0,96%
Emprest. Hipot. Resol. 546/96	4.244.823,56	0,31%
Demais Receitas de Amortização	945.623,45	0,07%
Demais Receita de Alienação de Bens	201.859,28	0,01%
Total	1.390.167.568,79	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Principais Receitas de Capital



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Comparativo da Receita Orçamentária 2014 e 2015

A seguir, evidencia-se quadro comparativo da Receita Orçamentária Consolidada de 2014 e 2015:

RECEITAS	2014	2015	VARIÇÃO NOMINAL		em R\$ % VARIÇÃO
			R\$ = (II - I)	%	REAL
	(I)	(II)			
CORRENTE	38.688.210.032,44	44.900.427.502,99	6.212.217.470,55	16,06	4,87
Tributária	20.455.771.717,65	22.330.177.001,23	1.874.405.283,58	9,16	(1,36)
Contribuições	1.288.240.603,94	1.491.922.982,09	203.682.378,15	15,81	4,65
Patrimonial	1.028.138.158,06	2.305.169.127,03	1.277.030.968,97	124,21	102,59
Serviços	432.986.745,85	554.944.157,64	121.957.411,79	28,17	15,81
Transferências Correntes	13.058.835.755,33	13.256.520.345,60	197.684.590,27	1,51	(8,27)
Outras Receitas Correntes	2.424.237.051,61	4.961.693.889,40	2.537.456.837,79	104,67	84,94
INTRAORÇAMENTÁRIA	1.529.542.459,79	1.811.703.419,96	282.160.960,17	18,45	7,03
Receitas Correntes Intra	1.529.542.459,79	1.811.703.419,96	282.160.960,17	18,45	7,03
CAPITAL	1.041.786.724,28	1.273.730.272,21	231.943.547,93	22,26	10,48
Operações de Crédito	5.500.000,00	19.285.779,71	13.785.779,71	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	23.314.975,43	18.603.492,34	-4.711.483,09	(20,21)	(27,90)
Alienação de Bens	25.174.212,49	80.815.558,89	55.641.346,40	221,03	190,07
Transferência de Capital	651.358.304,49	603.265.452,40	-48.092.852,09	(7,38)	(16,31)
Outras Receitas de Capital	336.439.231,87	551.759.988,87	215.320.757,00	64,00	48,19
INTRAORÇAMENTÁRIA	85.676.157,95	116.437.296,58	30.761.138,63	0,00	0,00
Receitas Capital Intra	85.676.157,95	116.437.296,58	30.761.138,63	0,00	0,00
TOTAL	41.345.215.374,46	48.102.298.491,74	6.757.083.117,28	16,34	5,13

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se que o comparativo entre a Receita Orçamentária 2014/2015 apresenta uma Variação Nominal Positiva de 16,34%, porém quando considerando o índice de inflação do período atual (IPCA/IBGE 2015: 10,67%), o comparativo reflete uma Variação Real Positiva de 5,13%.

Execução da Despesa Orçamentária

Despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial. A classificação da despesa orçamentária por natureza, tem a seguinte composição:

- I. Categoria Econômica
- II. Grupo de Natureza de Despesa
- III. Elemento de Despesa

A seguir apresenta-se uma síntese da movimentação da Despesa Orçamentária ocorrida em 2015, na Prefeitura de São Paulo:

em R\$

DESPESA	ORÇADA (a)	ANULAÇÃO (b)	CRÉDITOS ADICIONAIS DIVERSOS (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS P/ SUPERÁVIT FINANCEIRO (d)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA (Exceto Legislativo)	40.728.985.000,00	(7.488.920.917,88)	6.710.881.292,98	33.099.875,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Legislativo	824.770.000,00	(45.868.014,00)	14.527.014,00	7.464.646,13
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	9.839.993.121,00	(656.743.065,59)	1.466.123.690,49	-
TOTAL	51.393.748.121,00	(8.191.531.997,47)	8.191.531.997,47	40.564.521,13

TOTAL CRÉDITOS AUTORIZADO (e) = a+b+c+d	DESPESA REALIZADA (f)	% PARTICIPAÇÃO S/TOTAL (g)	ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA (h) = e - f
39.984.045.250,10	35.971.635.992,70	76,46%	4.012.409.257,40
800.893.646,13	684.754.522,14	1,46%	116.139.123,99
10.649.373.745,90	10.391.184.170,15	22,09%	258.189.575,75
51.434.312.642,13	47.047.574.684,99	100,00%	4.386.737.957,14

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se que a execução da Despesa Orçamentária atingiu em 2015 o montante de R\$ 47.047.574.684,99, incluídas as despesas intraorçamentárias, e representou 91% do total utilizado dos Créditos Autorizados no montante de R\$ 51.434.312.642,13 e a Economia Orçamentária de R\$ 4.386.737.957,14.

Destaca-se:

- I. Da despesa fixada houve um acréscimo de R\$ 40.564.521,13 advindo da abertura de Créditos Adicionais pela utilização do Superávit Financeiro de 2014, utilizados da seguinte forma

em R\$

Empresa	Instrumento	Número	Data Publicação	Valor	Utilização
TCM	Decreto	56.069	18/04/2015	7.464.646,13	Expansão e aperfeiçoamento das atividades do TCM
PMSP	Decreto	56.092	05/05/2015	3.089.200,00	Urbanização de Favelas
PMSP	Decreto	56.093	06/05/2015	30.003.600,00	Implantação de Vias Cicláveis - Ciclovias, Ciclofaixas e Ciclorrotas
PMSP	Decreto	56.101	10/05/2015	7.075,00	Programa de Incentivos Fiscais para a Zona Leste e Extremo Sul
Total				40.564.521,13	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

- II. Das despesas realizadas, a Administração Direta participou com 77,91% e a Administração Indireta com 22,09%.

Despesa por Categoria Econômica e GND (Grupo Natureza de Despesa)

As Despesas Orçamentárias estruturam-se, segundo a categoria econômica, em:

- **Despesas Correntes** – classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- **Despesas de Capital** – classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

A PMSP apresentou, em 2015, a seguinte execução orçamentária, segundo as despesas por categoria econômica:

em R\$

DESPESA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
DESPESAS CORRENTES	30.539.215.389,58	10.225.733.423,68	40.764.948.813,26
DESPESAS DE CAPITAL	6.117.175.125,26	165.450.746,47	6.282.625.871,73
TOTAL	36.656.390.514,84	10.391.184.170,15	47.047.574.684,99

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

O GND (Grupo por Natureza de Despesa) é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, e são agrupados em: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida; Outras Despesas Correntes; Investimentos; Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

Despesas Correntes

As Despesas Correntes são destinadas à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos em geral e constituem despesas com: Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes.

A PMSP apresentou no exercício de 2015 o seguinte resultado orçamentário das Despesas Correntes:

em R\$

DESPESAS CORRENTES	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	% S/TOTAL	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	% S/TOTAL	CONSOLIDADO	% S/TOTAL
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.403.926.845,78	37,34%	7.030.231.354,34	68,75%	18.434.158.200,12	45,22%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.577.543.499,63	5,17%	2.590.106,44	0,03%	1.580.133.606,07	3,88%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.557.745.044,17	57,49%	3.192.911.962,90	31,22%	20.750.657.007,07	50,90%
TOTAL	30.539.215.389,58	100,00%	10.225.733.423,68	100,00%	40.764.948.813,26	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Destaca-se:

1. O total realizado como Despesas Correntes corresponde a 86,65% do total da Despesa Orçamentária (incluída intraorçamentária).
2. As duas maiores participações das Despesas Correntes foram:
 - ✓ As Despesas com Pessoal e Encargos Sociais que totalizou o montante de R\$ 18.434.158.200,12, correspondendo a 45,22% das Despesas Correntes e 39,18% da Despesa Total.
 - ✓ As Outras Despesas Correntes que totalizaram o montante de R\$ 20.750.657.007,07 e correspondem a 50,90% das Despesas Correntes e 44,11% da Despesa Total.

Despesas de Capital

As Despesas de Capital constituem despesas da Administração Pública com a intenção de adquirir ou construir bens de capital que contribuirão para a produção ou geração de bens ou serviços. Essa categoria divide-se em: Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida.

A PMSP apresentou no exercício de 2015 a seguinte execução orçamentária das Despesas de Capital:

em R\$

DESPESAS DE CAPITAL	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	% S/TOTAL	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	% S/TOTAL	CONSOLIDADO	% S/TOTAL
INVESTIMENTOS	4.349.235.245,28	71,10%	139.433.680,47	84,28%	4.488.668.925,75	71,45%
INVERSÕES FINANCEIRAS	107.703.482,31	1,76%	22.680.590,21	13,71%	130.384.072,52	2,08%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.660.236.397,67	27,14%	3.336.475,79	2,02%	1.663.572.873,46	26,48%
TOTAL	6.117.175.125,26	100,00%	165.450.746,47	100,00%	6.282.625.871,73	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observa-se:

1. O total realizado como Despesas de Capital corresponde a 13,35% do total da Despesa Orçamentária (incluídas intraorçamentárias)
2. Do total das Despesas de Capital, a maior parcela de gastos foi alocada no grupo investimentos, cujo montante de R\$ 4.488.668.925,75 representa 71,45% desta Categoria Econômica e 9,54% da despesa total

2.1 Dos investimentos destacam-se as despesas com:

- Obras e Instalações no montante de R\$ 2.537.046.739,15, correspondendo a 56,52% deste grupo e
- Outros Serviços Pessoa Jurídica (reformas e preservação) no montante de R\$ 735.705.825,44, correspondendo a 16,39% deste grupo.

3. A Amortização da Dívida apresentou o montante de R\$ 1.663.572.873,46, correspondendo a 26,48% desta Categoria Econômica e 3,54% da Despesa Total.

Despesa Orçamentária por Principais Elementos

Tem por finalidade identificar os objetos de gasto que a administração pública utiliza para a consecução de seus fins.

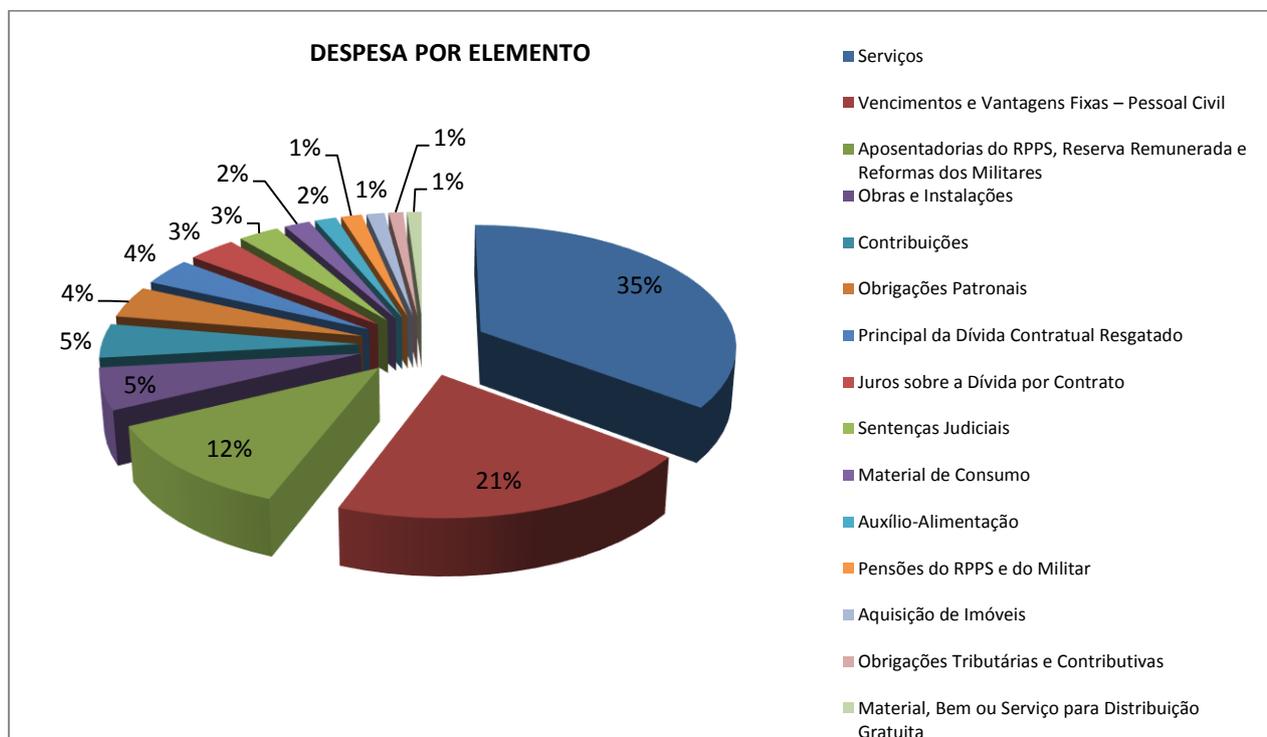
A execução orçamentária de 2015 apresentou os seguintes principais elementos de despesa:

em R\$

ELEMENTOS	ATUALIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (I - II)	% REALIZADA Sobre AUTORIZADA	% PARTICIPAÇÃO Sobre TOTAL REALIZADA
Serviços	17.602.443.146,61	16.320.964.819,03	1.281.478.327,58	92,72%	34,69%
Vencimentos e Vantagens fixas – Pessoal Civil	9.678.089.016,43	9.476.629.071,86	201.459.944,57	97,92%	20,14%
Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reformas dos Militares	5.504.399.137,92	5.504.206.273,94	192.863,98	100,00%	11,70%
Obras e Instalações	4.534.774.264,70	2.537.046.739,15	1.997.727.525,55	55,95%	5,39%
Contribuições	2.207.139.953,16	2.075.615.464,37	131.524.488,79	94,04%	4,41%
Obrigações Patronais	1.957.720.425,60	1.938.854.744,38	18.865.681,22	99,04%	4,12%
Principal da Dívida Contratual Resgatado	1.695.565.353,28	1.663.572.873,46	31.992.479,82	98,11%	3,54%
Juros sobre a Dívida por Contrato	1.619.464.441,07	1.575.400.960,66	44.063.480,41	97,28%	3,35%
Sentenças Judiciais	1.361.691.716,64	1.348.330.442,44	13.361.274,20	99,02%	2,87%
Material de Consumo	962.063.001,89	850.305.169,35	111.757.832,54	88,38%	1,81%
Auxílio-Alimentação	740.881.741,94	707.769.169,91	33.112.572,03	95,53%	1,50%
Pensões do RPPS e do Militar	681.627.250,64	681.622.689,00	4.561,64	100,00%	1,45%
Aquisição de Imóveis	799.154.451,65	587.929.233,16	211.225.218,49	73,57%	1,25%
Obrigações Tributárias e Contributivas	487.384.354,80	478.390.085,37	8.994.269,43	98,15%	1,02%
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	481.223.475,88	477.875.934,18	3.347.541,70	99,30%	1,02%
Demais elementos de Despesa	1.120.690.909,92	823.061.014,73	297.629.895,19	73,44%	1,75%
Total	51.434.312.642,13	47.047.574.684,99	4.386.737.957,14	91,47%	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A seguir gráfico representando a porcentagem de realização dos principais elementos de despesas utilizados na execução orçamentária de 2015:



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesas por Função de Governo

A classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente a indagação: “em que” área de ação governamental a despesa será realizada.

Da realização da despesa da PMSP em 2015, segundo os projetos e atividades desenvolvidos pelas unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa, os mais significativos foram nas áreas relacionadas com as Funções de Governo:

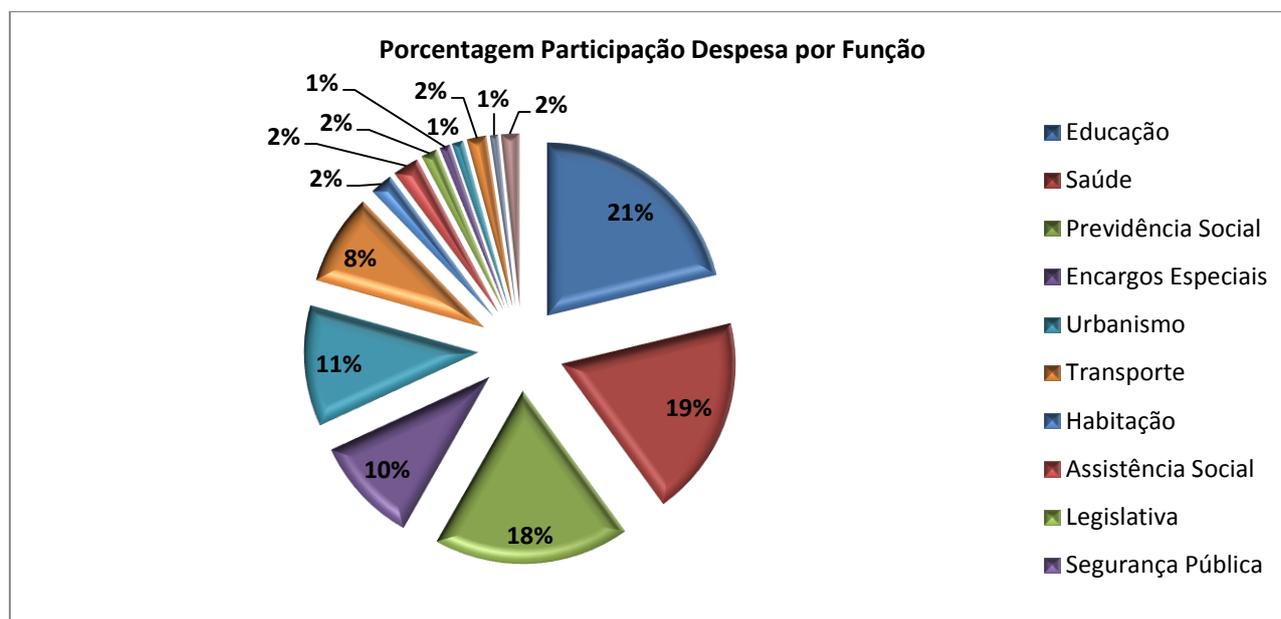
- 12 – Educação: R\$ 9.779.916.805,73 que representa 20,79%;
- 10 – Saúde: R\$ 8.693.354.032,80 que representa 18,48%;
- 09 – Previdência Social: R\$ 8.367.896.191,28 que representa 17,79%;
- 15 – Urbanismo: R\$ 5.192.331.202,75 que representa 11,04%;
- 28 – Encargos Especiais: R\$ 4.573.724.803,31 que representa 9,72% e
- 26 – Transportes: R\$ 3.890.450.535,67 que representa 8,27%.

Com referência à função 28 – Encargos Especiais destaca-se que a maior concentração dos seus gastos foi com o Refinanciamento da Dívida Interna, representando o montante de R\$ 2.770.852.510,41, o que equivale a 60,58% do total desta Função. A seguir, tabela e gráfico das despesas realizadas por função:

em R\$

FUNÇÕES	ATUALIZADA (I)	REALIZADA (II)	DIFERENÇA III = (I - II)	% REALIZADA S/ ATUALIZADA	% PARTICIPAÇÃO S/ REALIZADA
Educação	10.096.023.422,06	9.779.916.805,73	316.106.616,33	96,87%	20,79%
Saúde	9.464.725.559,38	8.693.354.032,80	771.371.526,58	91,85%	18,48%
Previdência Social	8.368.650.822,30	8.367.896.191,28	754.631,02	99,99%	17,79%
Encargos Especiais	4.649.575.811,60	4.573.724.803,31	75.851.008,29	98,37%	9,72%
Urbanismo	5.935.851.085,90	5.192.331.202,75	743.519.883,15	87,47%	11,04%
Transporte	4.016.896.008,57	3.890.450.535,67	126.445.472,90	96,85%	8,27%
Habitação	2.052.785.739,02	979.326.597,78	1.073.459.141,24	47,71%	2,08%
Assistência Social	1.193.451.580,14	1.115.449.337,90	78.002.242,24	93,46%	2,37%
Legislativa	800.893.646,13	684.754.522,14	116.139.123,99	85,50%	1,46%
Segurança Pública	494.256.920,00	454.539.731,05	39.717.188,95	91,96%	0,97%
Cultura	563.256.327,34	485.616.213,06	77.640.114,28	86,22%	1,03%
Administração	952.972.291,68	821.718.783,13	131.253.508,55	86,23%	1,75%
Desporto e Lazer	426.753.476,05	350.979.150,68	75.774.325,37	82,24%	0,75%
Saneamento	1.245.825.211,59	727.489.596,23	518.335.615,36	58,39%	1,55%
Gestão Ambiental	411.233.710,91	303.569.232,29	107.664.478,62	73,82%	0,65%
Comunicações	220.355.688,37	177.564.095,51	42.791.592,86	80,58%	0,38%
Comércio e Serviços	29.261.556,34	20.031.027,69	9.230.528,65	68,46%	0,04%
Judiciária	207.792.124,75	196.897.760,93	10.894.363,82	94,76%	0,42%
Trabalho	177.397.650,53	135.278.468,11	42.119.182,42	76,26%	0,29%
Direitos da Cidadania	124.835.482,12	95.557.257,49	29.278.224,63	76,55%	0,20%
Relações Exteriores	1.010.619,35	639.101,10	371.518,25	63,24%	0,00%
Defesa Nacional	506.908,00	490.238,36	16.669,64	96,71%	0,00%
Reserva de Contingência	1.000,00	,00	1.000,00	0,00%	0,00%
TOTAL	51.434.312.642,13	47.047.574.684,99	4.386.737.957,14	91,47%	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesas por Fonte de Recursos

O orçamento da PMSP, em 2015, apresentou o seguinte resultado segundo as diversas Fontes de Recursos:

em R\$

ORÇAMENTO CONSOLIDADO				
FONTE DE RECURSO	INICIAL	ATUALIZADO	EXECUTADO	% S/Total Executado
00 - TESOURO MUNICIPAL	32.955.146.421,00	34.768.301.837,07	33.155.836.081,43	70,47%
01 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	80.610.513,00	80.610.513,00	31.167.483,90	0,07%
02 - TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	7.804.296.048,00	5.071.943.964,48	3.328.964.670,91	7,08%
03 - TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	618.473.622,00	757.344.885,04	434.052.243,78	0,92%
04 - FUNDO CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO	3.476.364.213,00	3.360.648.655,68	3.303.452.762,99	7,02%
05 - OUTRAS FONTES	111.562.683,00	111.562.683,00	90.782.071,11	0,19%
06 - RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.970.636.595,00	3.136.671.793,91	3.115.680.566,57	6,62%
08 - TESOURO MUNICIPAL - RECURSOS VINCULADOS	3.260.118.588,00	4.077.616.699,50	3.568.150.830,89	7,58%
09 - RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	116.539.438,00	69.611.610,45	19.487.973,41	0,04%
TOTAL	51.393.748.121,00	51.434.312.642,13	47.047.574.684,99	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Despesas de Exercícios Anteriores

Conforme disposto no Art. 37 da Lei Federal nº 4.320/64, as Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, correspondem a uma previsão legal que disciplina o reconhecimento de despesas de exercícios encerrados à conta do orçamento vigente e irão afetar o sistema orçamentário e conseqüentemente o resultado patrimonial do exercício em que forem empenhadas.

No Município de São Paulo, as despesas processadas no exercício de 2015, correspondentes a despesas incorridas em exercícios anteriores, totalizaram R\$ 220.579.302,95, sendo 74,44% dessas despesas provenientes de Outras Despesas Correntes.

em R\$

DESPESAS REALIZADAS POR DEA	CONSOLIDADO	% S/TOTAL
DESPESAS CORRENTES	169.901.687,67	77,03%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.692.324,75	2,58%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	164.209.362,92	74,44%
DESPESAS DE CAPITAL	50.677.615,28	22,97%
INVESTIMENTOS	50.677.615,28	22,97%
DESPESAS TOTAL	220.579.302,95	100,00%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Em comparação com o ano de 2014, o montante das Despesas de Exercícios Anteriores aumentou em 294% (de R\$ 74.890.670,41 para R\$ 220.579.302,95), sendo os órgãos: Fundo Municipal da Saúde (R\$ 34.809.363,92), Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (R\$ 30.579.882,52) e Autarquia Hospitalar Municipal (R\$ 29.291.512,99) que contribuíram com os valores mais expressivos.

Despesas com Incentivos Culturais

O incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, a ser concedido à pessoa física ou jurídica domiciliada no Município de São Paulo, instituído pela Lei nº 10.923, de 30 de dezembro de 1990, é disciplinado pelas disposições previstas no decreto 46.595/2005.

A seguir apresenta-se dados referente às despesas com Incentivos Culturais no exercício de 2015.

Órgão: 28 – Encargos Gerais do Município

Unidade: 25 – Recursos Supervisionados pela Secretaria Municipal de Cultura

Dotação: 28.25.13.392.3001.6861 – Realização de Projetos Culturais com Incentivos Fiscais

Despesa detalhada:

DESPESA	AUTORIZADO	EMPENHADO	PAGO	RESTOS A PAGAR	em R\$
					SALDO DOTAÇÃO
3390.3600- Outros Serviços de Terceiros - PF	228.310,43	-	-	-	228.310,43
3390.3900- Outros Serviços de Terceiros - PJ	523.260,00	175.000,00	-	175.000,00	348.260,00
Total	751.570,43	175.000,00	-	175.000,00	576.570,43

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Foram executados 23,28% da despesa total autorizada para realização de projetos culturais com Incentivos Fiscais.

Execução dos Fundos Municipais do Poder Executivo

O orçamento dos Fundos Municipais do Poder Executivo encontra-se agregado ao total orçado para a Administração Direta e Empresa Estatal Dependente.

Na Administração Direta cada Fundo Municipal está vinculado a uma Secretaria Municipal e está integrado ao orçamento com um número de órgão específico.

Os Fundos Municipais são operacionalizados pelas Unidades Orçamentárias da Secretaria a que se vinculam ou a Empresa Estatal Dependente, por meio da execução orçamentária no Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e estão inclusos nos demonstrativos orçamentários, financeiros e contábeis da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Orgânica do Município de São Paulo e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Do montante do Orçamento de 2015 foi destinado para os Órgãos/Fundos R\$ 11.742 milhões, sendo R\$ 11.608 milhões na Administração Direta e R\$ 134,2 mil na Empresa Estatal Dependente. Entretanto, o total orçado foi atualizado no decorrer de 2015, passando a configurar um orçamento atualizado de R\$ 11.649,7 milhões. O total empenhado pelos Órgãos/Fundos foi de R\$ 10.474,95 milhões, o que representa a utilização de 89,92% do orçamento atualizado, conforme demonstrado a seguir:

em R\$

Órgão/ Fundo	Orçamento Inicial	Acréscimo ou Decréscimo	Orçamento Atualizado	Total Empenhado	% Executado sobre Orç. Atualizado
Administração Direta	11.608.134.460,00	(40.386.961,15)	11.567.747.498,85	10.437.010.359,46	90,00%
Poder Legislativo	7.460.000,00	16.464.646,13	23.924.646,13	14.819.848,89	61,94%
76.10 Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal	4.610.000,00	9.000.000,00	13.610.000,00	9.513.252,41	69,90%
77.10 Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas	2.850.000,00	7.464.646,13	10.314.646,13	5.306.596,48	51,45%
Poder Executivo	11.600.673.460,00	(56.851.607,28)	11.543.821.852,72	10.422.190.510,57	90,28%
75-Fundo Municipal de Parques	1.000,00		1.000,00		0,00%
84-Fundo Municipal da Saúde	7.641.721.810,00	166.754.635,84	7.808.476.445,84	7.132.718.944,09	91,35%
86- Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura.	614.000.000,00	(95.821.835,99)	518.178.164,01	301.070.971,34	58,10%
87-Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.399.610.997,00	(411.195.810,69)	988.415.186,31	960.387.963,27	97,16%
88- Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultura	563.480,00	(100.000,00)	463.480,00	-	0,00%
89-Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	3.300.000,00	9.689.196,99	12.989.196,99	10.729.340,52	82,60%
90-Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	114.762.683,00	(67.262.911,37)	47.499.771,63	36.646.302,26	77,15%
93-Fundo Municipal de Assistência Social	932.381.063,00	58.088.356,42	990.469.419,42	946.366.896,22	95,55%
94- Fundo Especial do Meio Ambiente e Des. Sustentável	80.107.839,00	152.461.327,94	232.569.166,94	196.338.840,90	84,42%
95-Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	2.190.000,00	-	2.190.000,00	684.000,00	31,23%
96-Fundo Municipal de Turismo	1.000,00	-	1.000,00	-	0,00%

Prefeitura do Município de São Paulo
Departamento de Contadoria

97- Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulista	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-	0,00%
98- Fundo de Desenvolvimento Urbano	509.000.000,00	(109.264.566,42)	399.735.433,58	298.395.925,50	74,65%
99-Fundo Municipal de Iluminação Pública	301.534.588,00	239.800.000,00	541.334.588,00	538.851.326,47	99,54%
Administração Indireta	134.250.971,00	(52.284.883,00)	81.966.088,00	37.941.941,98	46,29%
91-Fundo Municipal de Habitação	134.250.971,00	(52.284.883,00)	81.966.088,00	37.941.941,98	46,29%
TOTAL	11.742.384.431,00	(92.671.844,15)	11.649.712.586,85	10.474.952.301,44	89,92%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

O total da Despesa paga pelos Órgãos/Fundos corresponde ao montante de R\$ 9.720,95 milhões.

Do valor total empenhado pelos Órgãos/Fundos de R\$ 10.474,95 milhões, foram utilizados R\$ 9.189,73 milhões em Despesa Corrente e R\$ 1.285,22 milhões em Despesa de Capital, conforme demonstrado a seguir:

em R\$

ÓRGÃO/FUNDO	DESPESA CORRENTE	DESPESA DE CAPITAL	TOTAL
Administração Direta	9.178.142.200,43	1.258.868.159,03	10.437.010.359,46
Poder Legislativo	3.011.268,95	11.808.579,94	14.819.848,89
76.10 Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal	1.343.174,85	8.170.077,56	9.513.252,41
77.10 Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas	1.668.094,10	3.638.502,38	5.306.596,48
Poder Executivo	9.175.130.931,48	1.247.059.579,09	10.422.190.510,57
75-Fundo Municipal de Parques		-	-
84-Fundo Municipal da Saúde	6.868.854.356,25	263.864.587,84	7.132.718.944,09
86-Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura		301.070.971,34	301.070.971,34
87-Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	848.820.599,59	111.567.363,68	960.387.963,27
88- Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultura	-	-	-
89-Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	-	10.729.340,52	10.729.340,52
90-Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	34.109.545,18	2.536.757,08	36.646.302,26
93-Fundo Municipal de Assistência Social	932.226.853,70	14.140.042,52	946.366.896,22
94-Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	154.939.047,67	41.399.793,23	196.338.840,90
95-Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	684.000,00	-	684.000,00
96-Fundo Municipal de Turismo	-	-	-
97- Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulista	-	-	-
98- Fundo de Desenvolvimento Urbano	-	298.395.925,50	298.395.925,50
99-Fundo Municipal de Iluminação Pública	335.496.529,09	203.354.797,38	538.851.326,47
Administração Indireta	11.589.096,68	26.352.845,30	37.941.941,98
91-Fundo Municipal de Habitação	11.589.096,68	26.352.845,30	37.941.941,98
TOTAL	9.189.731.297,11	1.285.221.004,33	10.474.952.301,44

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Por fim, os Órgãos/Fundos apresentaram a seguinte situação de Restos a Pagar, em 31/12/2015:

em R\$

ÓRGÃO/FUNDO	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR					INSCRIÇÃO TOTAL
	EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2015	
Administração Direta	198.797,35	80.630,09	117.697,71	496.295.643,07	748.684.266,43	1.245.377.034,65
Poder Legislativo	-	-	-	886.338,06	5.524.737,65	6.411.075,71
76.10 Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal	-	-	-	403.354,02	4.195.869,24	4.599.223,26
77.10 Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Contas	-	-	-	482.984,04	1.328.868,41	1.811.852,45
Poder Executivo	198.797,35	80.630,09	117.697,71	495.409.305,01	743.159.528,78	1.238.965.958,94
75-Fundo Municipal de Parques	-	-	-	-	-	-
Secretaria Municipal da Saúde/Fundo Municipal da Saúde	16.974,07	29.844,75	-	-	-	46.818,82
84-Fundo Municipal da Saúde	-	-	46.673,73	193.449.290,63	285.476.091,65	478.972.056,01
86-Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	-	-	-	22.603.991,32	24.431.414,92	47.035.406,24
87-Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	-	-	-	64.735.255,28	41.241.319,98	105.976.575,26
88- Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultura	-	-	-	-	-	-
89-Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	-	-	-	262.678,19	10.528.031,40	10.790.709,59
90-Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente	-	13.041,36	1.990,57	7.377.498,55	5.108.800,79	12.501.331,27
93-Fundo Municipal de Assistência Social	75.140,47	33.892,50	69.033,41	96.555.573,31	49.457.045,32	146.190.685,01
94-Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	-	-	-	25.269.990,10	41.624.022,13	66.894.012,23
95-Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	-	-	-	-	-	-
96-Fundo Municipal de Turismo	-	-	-	-	-	-
97- Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	-	-	-	-	-	-
98- Fundo de Desenvolvimento Urbano	106.682,81	3.851,48	-	59.282.889,94	81.354.471,19	140.747.895,42
99-Fundo Municipal de Iluminação Pública	-	-	-	25.872.137,69	203.938.331,40	229.810.469,09
Administração Indireta	-	-	-	6.306.069,76	5.315.144,39	11.621.214,15
91-Fundo Municipal de Habitação	-	-	-	6.306.069,76	5.315.144,39	11.621.214,15
TOTAL	198.797,35	80.630,09	117.697,71	502.601.712,83	753.999.410,82	1.256.998.248,80

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Observação: Posição dos saldos inscritos nos respectivos exercícios.

Síntese da Execução Orçamentária

A seguir apresenta-se a síntese e da execução orçamentária de 2015:

em R\$

ORÇAMENTO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
RECEITA			
Realizada	44.691.571.500,37	3.410.726.991,37	48.102.298.491,74
(-) Prevista	47.910.269.647,00	3.483.478.474,00	51.393.748.121,00
(=) INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	(3.218.698.146,63)	(72.751.482,63)	(3.291.449.629,26)
DESPESA			
Executada	36.656.390.514,84	10.391.184.170,15	47.047.574.684,99
(-) Autorizada	40.784.938.896,23	10.649.373.745,90	51.434.312.642,13
(=) ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	4.128.548.381,39	258.189.575,75	4.386.737.957,14
ATUALIZADO			
Receita Prevista Atualizada	47.910.269.647,00	3.483.478.474,00	51.393.748.121,00
(-) Despesa Fixada Atualizada	40.784.938.896,23	10.649.373.745,90	51.434.312.642,13
(=) ORÇAMENTO SUPERAVITÁRIO/DEFICITÁRIO	7.125.330.750,77	(7.165.895.271,90)	(40.564.521,13)
EXECUTADO			
Receita realizada	44.691.571.500,37	3.410.726.991,37	48.102.298.491,74
(-) Despesa executada	36.656.390.514,84	10.391.184.170,15	47.047.574.684,99
(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT DE EXECUÇÃO	8.035.180.985,53	(6.980.457.178,78)	1.054.723.806,75

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Resultado Orçamentário em 2015

A seguir, apresenta-se quadro demonstrativo da realização das receitas e a execução das despesas orçamentárias dos últimos dois exercícios:

em R\$

RECEITA	2014	2015	2015/2014 (%)	DESPESA	2014	2015	2015/2014 (%)
RECEITAS CORRENTES	40.217.752.492,13	46.712.130.922,95	16,15%	DESPESAS CORRENTES	37.564.922.700,89	40.764.948.813,26	8,52%
Receita Tributária	20.455.771.717,65	22.330.177.001,23	9,16%	Pessoal e Encargos Sociais	14.609.035.702,62	16.646.843.962,21	13,95%
Receita de Contribuições	1.288.240.603,84	1.491.922.982,09	15,81%	Pessoal e Encargos Sociais Intra-Orçamentária	1.552.681.527,21	1.787.314.237,91	15,11%
Receita Patrimonial	1.028.138.158,06	2.305.169.127,03	124,21%	Juros e Encargos da Dívida	2.710.651.869,03	1.580.133.606,07	-41,71%
Receita de Serviços	432.986.745,85	554.944.157,64	28,17%	Outras Despesas Correntes	18.682.378.478,11	20.724.793.964,25	10,93%
Transferências Correntes	13.058.835.755,33	13.256.520.345,60	1,51%	Outras Despesas Correntes Intra-Orçamentária	10.175.123,92	25.863.042,82	154,18%
Outras Receitas Correntes	2.424.237.051,61	4.961.693.889,40	104,67%	DESPESAS DE CAPITAL	5.878.403.515,91	6.282.625.871,73	6,88%
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.529.542.459,79	1.811.703.419,96	18,45%	Investimentos	4.151.294.882,77	4.371.648.746,15	5,31%
RECEITAS DE CAPITAL	1.127.462.882,23	1.390.167.568,79	23,30%	Outras Despesas de Capital Intra-Orçamentária	85.676.157,95	117.020.179,60	36,58%
Operações de Crédito	5.500.000,00	19.285.779,71	0,00%	Inversões Financeiras	156.519.404,32	130.384.072,52	-16,70%
Amortização de Empréstimos	23.314.975,43	80.815.558,89	246,63%	Amortização da Dívida	1.484.913.070,87	1.663.572.873,46	0,00%
Alienação de Bens	25.174.212,49	18.603.492,34	-26,10%				
Transferências de Capital	651.358.304,49	603.265.452,40	-7,38%				
Transferências de Capital Intra-Orçamentária	85.676.157,95	100.868.619,92	0,00%				
Outras Receitas de Capital	336.439.231,87	551.759.988,87	64,00%				
Outras Receitas de Capital Intra-Orçamentária		15.568.676,66					
TOTAL DAS RECEITAS¹	41.345.215.374,36	48.102.298.491,74	16,34%	TOTAL DAS DESPESAS	43.443.326.216,80	47.047.574.684,99	8,30%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Pode-se observar que o Balanço Orçamentário Consolidado da Prefeitura de São Paulo em 2015 apresentou um crescimento nominal no total das receitas de 16,34% e das despesas de 8,30%.

Observa-se ainda que as Receitas Correntes tiveram um crescimento nominal de 16,15%, enquanto as despesas correntes, um acréscimo de 8,52% e as receitas de capital um acréscimo de 23,30%, enquanto as despesas de capital tiveram um aumento de 6,88%.

Análise do Balanço Orçamentário

A análise do Balanço Orçamentário tem como objetivo apresentar indicadores que servirão de suporte para a análise da gestão orçamentária. Neste sentido, apresenta-se alguns indicadores de gestão orçamentária, conforme seguem:

Excesso/Insuficiência de Arrecadação: uma diferença a maior ou a menor entre as colunas Previsão Atualizada e Receita Realizada correspondem à insuficiência ou excesso de arrecadação ocorrido no exercício.

Analisando o Balanço Orçamentário Consolidado (BOC) da Prefeitura de São Paulo (PMSP) observa-se uma **Insuficiência de Arrecadação no montante de R\$ 3.291.449.629,26** decorrente do confronto entre a arrecadação de R\$ 48.102.298.491,74 e a estimativa da Receita Orçamentária de R\$ 51.393.748.121,00.

Economia na realização de despesa: a diferença a maior entre os valores da Dotação Atualizada e da Despesa Empenhada correspondem a uma economia na realização de despesa, pois parte da dotação autorizada, não foi utilizada para a execução de despesas.

Analisando o BOC da PMSP observa-se uma **economia na realização da despesa de R\$ 4.386.737.957,14** – decorrente do confronto entre a Dotação Atualizada de R\$ 51.434.312.642,13 e a Despesa Executada R\$ 47.047.574.684,99.

Inscrição de Restos a Pagar: a comparação entre:

- a) Despesas Liquidadas (-) Despesas Pagas = Restos a Pagar Processados (RPP) inscritos no exercício.

Assim, a diferença entre R\$ 44.227.101.636,45 e R\$ 43.925.577.899,66 importa na inscrição pela PMSP em 2015 de **R\$ 301.523.736,79 de RPP**.

- b) Despesas Empenhadas (-) Despesas Liquidadas = Restos a Pagar Não Processados (RPNP) inscritos no exercício.

Assim, a diferença entre R\$ 47.047.574.684,99 e R\$ 44.227.101.636,45 importa na inscrição pela PMSP em 2015 de **R\$ 2.820.473.048,54** de RPNP.

Quociente do Resultado Orçamentário – é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de um resultado superavitário, deficitário ou nulo. Assim, um índice igual a 1, representa um resultado nulo, maior que 1, indica superávit e menor que 1, déficit.

Em 2015, a Prefeitura de São Paulo apresentou um Resultado Superavitário, ou seja, quociente maior que 1, conforme demonstrado a seguir:

$$\frac{\text{Receita Realizada} \quad 48.102.298.491,74}{\text{Despesa Executada} \quad 47.047.574.684,99} = 1,02$$

Quociente da Execução Orçamentária Corrente é resultante da relação entre a Receita Realizada Corrente (Líquida) e a Despesa Empenhada Corrente. A interpretação desse quociente indica se as receitas correntes suportaram as despesas correntes ou se foi necessário utilizar receitas de capital para financiar despesas correntes.

Em 2015, a Prefeitura de São Paulo, apresentou o seguinte Resultado da Execução Orçamentária Corrente:

$$\frac{\text{Receita Realizada Corrente (Líquida)} \quad 46.712.130.922,95}{\text{Despesa Empenhada Corrente} \quad 40.764.948.813,26} = 1,15$$

Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Paga, indicando o quanto a receita orçamentária arrecadada representa em relação à despesa orçamentária.

Em 2015, a Prefeitura de São Paulo, apresentou o seguinte Resultado Financeiro Real da execução Orçamentária:

$$\frac{\text{Receita Realizada} \quad 48.102.298.491,74}{\text{Despesa paga} \quad 43.925.577.899,66} = 1,10$$

Cumprimento à Regra de Ouro

A “**regra de ouro**” amparada no art. 167, III, da Constituição Federal, que assim estabelece: “é vedada a realização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta”.

O espírito da regra de Ouro é: não se deve recorrer a endividamento público para custear despesas correntes.

O Quociente da Execução Orçamentária Corrente apresentado pela PMSP em 2015 afirma que as Receitas Realizadas Correntes foram suficientes para atender as Despesas Correntes e ainda financiar parte das Despesas de Capital, cumprindo assim a Regra de Ouro contida no artigo 167, inciso III da CF/88 e § 2º do art. 12 da LRF.

Comportamento do Resultado Orçamentário nos últimos cinco anos

Demonstra-se a seguir o comportamento do resultado orçamentário nos últimos cinco anos:

em R\$ milhões

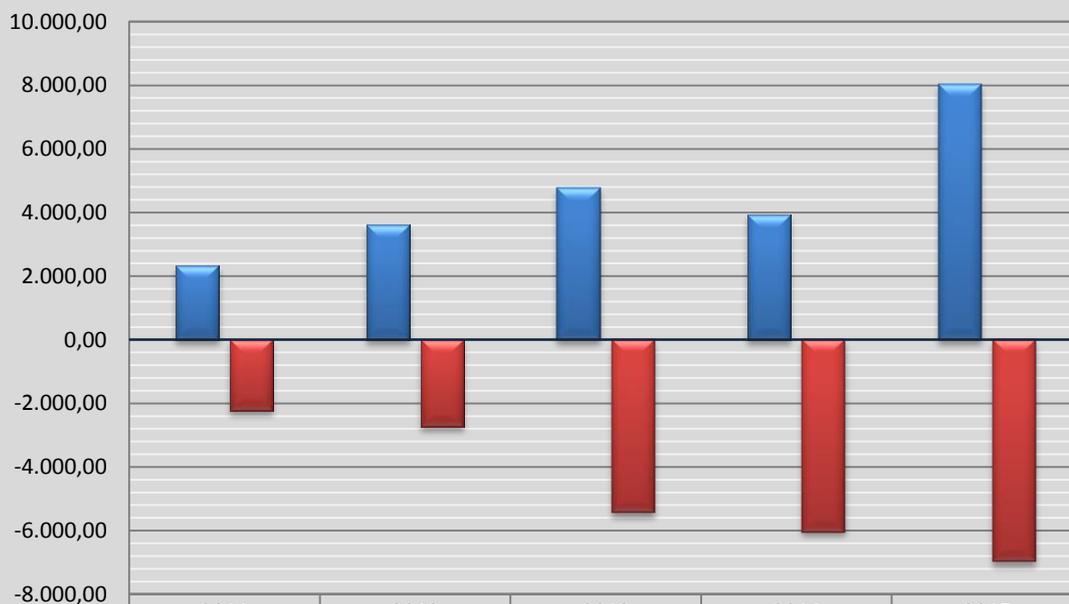
Resultado Orçamentário	2011	2012	2013	2014	2015
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.338,4	3.606,7	4.769,3	3.945,0	8.035,2
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	(2.232,3)	(2.721,6)	(5.442,8)	(6.043,1)	(6.980,5)
CONSOLIDADO	106,1	885,1	(673,5)	(2.098,1)	1.054,7

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

O gráfico a seguir apresenta a evolução do resultado orçamentário da administração direta e indireta nos últimos cinco anos:

em Milhares R\$

Evolução do Resultado Orçamentário



	2011	2012	2013	2014	2015
Administração Direta	2.338,40	3.606,70	4.769,30	3.945,00	8.035,20
Administração Indireta	-2.232,30	-2.721,60	-5.442,80	-6.043,10	-6.980,50

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Gestão Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

A LRF é um código de conduta para os administradores públicos que passam a obedecer às normas e limites para administrar as finanças, prestando contas de quanto e como gastam os recursos da sociedade.

Para alcançar este objetivo, a Lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, estabelece normas de padrões contábeis e fiscais, contribuindo para a melhoria da consolidação das contas públicas conforme previsto na LRF.

Neste sentido, com o objetivo de auxiliar os gestores na elaboração dos demonstrativos fiscais, a STN edita, regularmente, o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, que estabelece regras de harmonização a serem observadas pela Administração Pública para a elaboração dos relatórios e anexos exigidos pela LRF, sendo os seguintes relatórios e anexos: Anexo de Riscos Fiscais, Anexo de Metas Fiscais, Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF

Assim, observando o disposto nesses manuais, apresenta-se os principais resultados fiscais alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2015.

Receita Corrente Líquida

O Demonstrativo da Receita Corrente Líquida apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida – RCL no mês em referência, sua evolução nos últimos doze meses e a previsão de seu desempenho no exercício. A RCL deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores.

O principal objetivo da RCL é servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada

líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente da Federação.

Conforme a LRF, a RCL é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes do ente da Federação, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais.

A Receita Corrente Líquida do Município de São Paulo, apurada no exercício de 2015, atingiu o montante de R\$ 43.668,2 milhões.

A seguir, quadro e gráfico da evolução da RCL nos últimos cinco anos:



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

Demonstrativo Das Receitas e Despesas Previdenciárias

O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do RPPS que o ente da Federação mantiver ou vier a instituir, integra o RREO, o qual deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

A institucionalização do RPPS implica em estabelecer contabilidade própria para permitir conhecer, a qualquer momento, a situação econômica, financeira e orçamentária do patrimônio, que é propriedade dos beneficiários da previdência. As mudanças conceituais decorrentes da organização da contabilidade, que visam à transparência do patrimônio real dos beneficiários, não implicam em alterações das exigências estabelecidas na LRF e nas demais leis pertinentes.

No Município de São Paulo o ente responsável pelo RPPS é o Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – IPREM.

Destaca-se que o IPREM apresentou no exercício de 2015 o seguinte Resultado Previdenciário:

em Milhares R\$

Especificação	
Receitas Previdenciárias RPPS (Exceto Intra-Orçamentária)	1.245,0
Receitas Previdenciárias RPPS (Intra-Orçamentária)	1.773,77
Total das Receitas Previdenciárias	3.018,82
Despesas Previdenciárias RPPS (Exceto Intra-Orçamentária)	6.223,68
Despesas Previdenciárias RPPS (Intra-Orçamentária)	1,19
Total das Despesas Previdenciárias	6.224,87
Resultado Previdenciário	(3.206,05)

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

Resultado Primário

O Demonstrativo do Resultado Primário, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante parâmetros definidos pela LRF, representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias (não-financeiras).

Indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

A apuração do Resultado Primário fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação.

Para fins de apuração do Resultado Primário, deverão ser computadas todas as receitas e despesas, incluindo as intraorçamentárias.

Entretanto, neste demonstrativo, não é necessário segregar as receitas e despesas intraorçamentárias das outras receitas e despesas, pois resulta da diferença entre as receitas e despesas não financeiras.

Superávits primários, que são direcionados para o pagamento de serviços da dívida, contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassam as receitas não-financeiras.

A meta do Resultado Primário para o exercício de 2015 está estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 16.047/14), atualizada pela Lei Municipal nº 16.241/15 e pela Lei Municipal nº 16.334/15 é de R\$ 100,0 milhões.

Ao final do exercício, o Resultado Primário alcançado foi de R\$ 2.438,2 milhões, superando a meta estabelecida para o exercício em R\$ 2.338,2 milhões, conforme demonstrado a seguir:

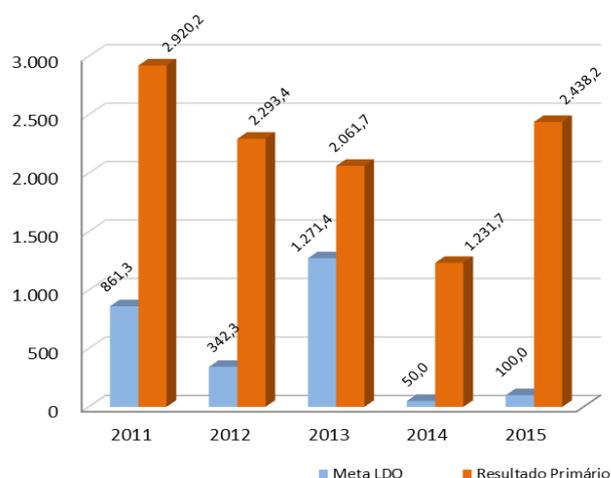
Especificação	Em milhões
Receitas Primárias Correntes	44.970,60
Receitas Primárias de Capital	1.271,5
Receitas Primárias Líquidas	46.242,1
Despesas Primárias Correntes	39.184,8
Despesas Primárias de Capital	4.619,1
Despesas Primárias Líquidas	43.803,9
Resultado Primário	2.438,2

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

Observa-se no demonstrativo a seguir, o comportamento do Resultado Primário dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Ano	Em milhões		
	Meta LDO (a)	Resultado Primário (b)	Diferença c = b - a
2011	861,3	2.920,2	2.058,9
2012	342,3	2.293,4	1.951,1
2013	1.271,4	2.061,7	790,3
2014	50,0	1.231,7	1.181,7
2015	100,0	2.438,2	2.338,2

RESULTADO PRIMÁRIO - 2011 a 2015



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

Resultado Nominal

O Demonstrativo do Resultado Nominal, que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, consoante a parâmetros definidos pela LRF, tem como objetivo demonstrar a evolução da Dívida Fiscal Líquida.

No exercício, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência.

Saldo da dívida fiscal líquida: corresponde ao saldo da dívida consolidada líquida somado às receitas de privatização deduzidos os passivos reconhecidos decorrentes de déficits ocorridos em exercícios anteriores.

Eventuais garantias concedidas, bem como suas contragarantias, não são consideradas na dívida fiscal líquida. O estoque de precatórios anteriores a 5 de maio de 2000 também não compõe a dívida fiscal líquida.

A dívida consolidada líquida corresponde ao saldo da dívida consolidada deduzida do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros Líquidos dos Restos a Pagar Processados, conforme estabelece o art. 42 da LRF, em seu parágrafo único: "Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício".

A meta do Resultado Nominal para o exercício de 2015 estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei Municipal nº 16.047/14), atualizada pela Lei Municipal nº 16.241/15 e pela Lei Municipal nº 16.334/15 é de R\$ 8.839,4 milhões.

As metas fiscais são o elo entre o planejamento e a elaboração e execução do orçamento. Dessa forma, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

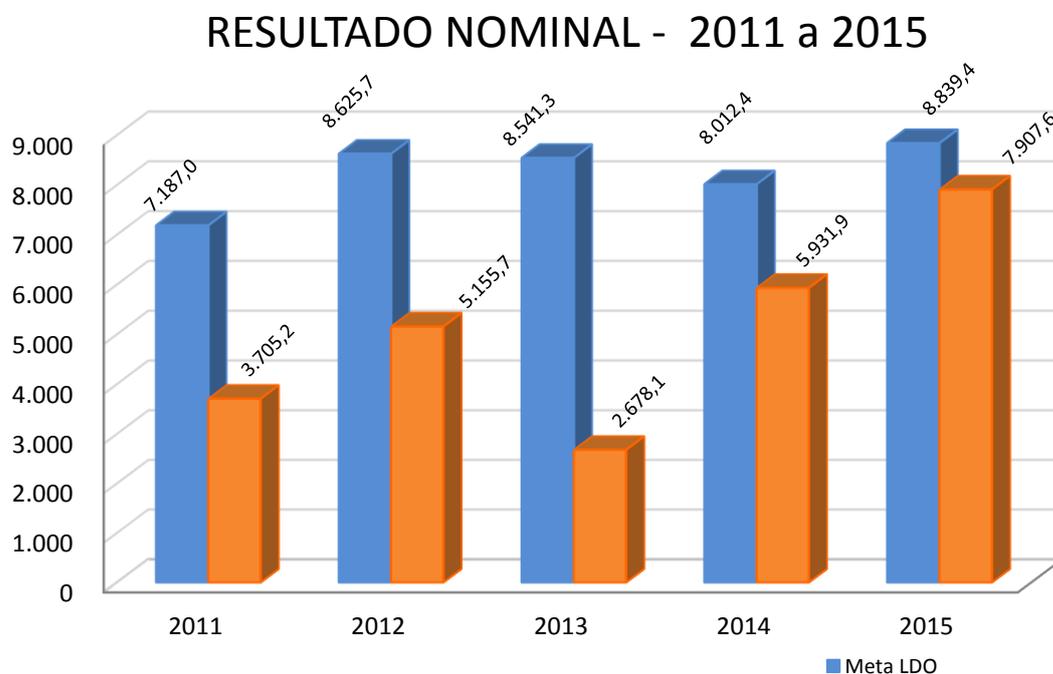
Observa-se no demonstrativo a seguir o comportamento do resultado nominal dos últimos cinco anos em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Em R\$ Milhões

Ano	Meta LDO (a)	Resultado Nominal (b)	Diferença c = b - a	Dívida Fiscal Líquida
2011	7.187,0	3.705,2	(3.481,8)	57.781,2
2012	8.625,7	5.155,7	(3.470,0)	62.936,9
2013	8.541,3	2.678,1	(5.863,2)	65.614,9
2014	8.012,4	5.931,9	(2.080,5)	71.546,8
2015	8.839,4	7.907,6	(931,8)	79.454,4

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

Segue gráfico do resultado nominal dos últimos cinco anos (em milhões) em relação às metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias:



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Educação

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

A apresentação deste demonstrativo está prevista no ordenamento jurídico. O art. 72 da Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB prevê a

publicação nos relatórios expressos na Constituição Federal. O art. 165 da Constituição determina a publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Adicionalmente, o art. 52 da LRF, reafirma o prazo de publicação e informa a sua abrangência. Também constitui fator determinante para a elaboração do demonstrativo, o disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que determina, como condição para o recebimento de Transferências Voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

O percentual gasto atende ao disposto no art. 212 da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima de 25%. Entretanto, de acordo com o art. 208 da Lei Orgânica, o Município de São Paulo aplicará, anualmente, no mínimo 31%.

No Município de São Paulo, a despesa empenhada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino atingiu, no exercício de 2015, 34,21% do total das receitas arrecadadas de impostos e transferências, conforme demonstrado a seguir:

em R\$

DEMONSTRAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS NA EDUCAÇÃO

1 - TOTAL DAS RECEITAS BRUTAS DE IMPOSTOS ¹	33.124.000.935,68
2 - RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE ¹	
2.1 Impostos e Transferências destinadas à MDE - art. 2º da Lei 13.245/2001 (25% de 1)	8.281.000.233,92
2.2 Impostos e Transferências destinadas à MDE - art. 3º da Lei 13.245/2001 (6% de 1)	1.987.440.056,14
2.3 Impostos e Transferências destinadas à MDE (31% de 1)	10.268.440.290,06
3 - DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ¹	
3.1 Total das Despesas para Fins de Limites (25%) Art. 2º da Lei 13.245/2001	9.253.890.857,24
3.2 Total das Despesas para Fins de Limites (6%) Art. 3º da Lei 13.245/2001	2.077.298.427,06
3.3 Total das Despesas para Fins de Limites (31%) Lei 13.245/2001	11.331.189.284,30
4 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO PARA FINS DE LIMITE	%
4.1 Mínimo de 25% das Rec. de Imp. na Manut. e Desenv. do Ensino-Art. 2º da Lei 13.245/01 [(3.1)/(1)]x100%	27,94
4.2 Mínimo de 6% das Rec. de Imp. na Manut. e Desenv. do Ensino-Art. 2º da Lei 13.245/01 [(3.1)/(1)]x100%	6,27
4.3 Mínimo de 31% das Rec. de Imp. na Manut. e Desenv. do Ensino-Art. 2º da Lei 13.245/01 [(3.1)/(1)]x100%	34,21

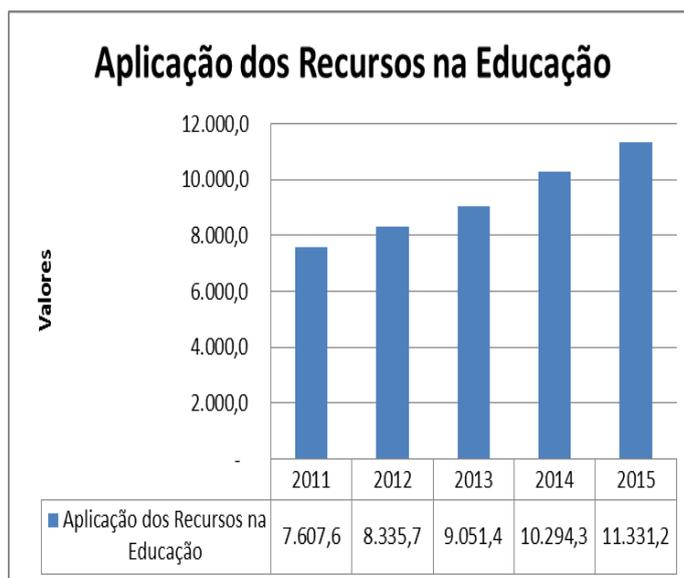
Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

A aplicação mínima deveria ser de R\$ 10.268.440.290,06, no entanto foram aplicados R\$ 11.331.189.284,30, ou seja R\$1.062.748.994,24 além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

A seguir, valores e percentuais da Aplicação de Recursos na Educação nos últimos cinco anos:

Em milhões

Ano	Aplicação dos Recursos na Educação	% Gasto Educação
2011	7.607,6	32,01
2012	8.335,7	31,33
2013	9.051,4	31,80
2014	10.294,3	33,63
2015	11.331,2	38,81



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Saúde

O Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS integra o RREO em cumprimento ao art. 35 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o qual determina que as receitas correntes e as despesas com ações e serviços públicos de saúde serão apuradas e publicadas em demonstrativo próprio que acompanhará o relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Também constitui fator determinante para a elaboração do demonstrativo, o disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea b, da LRF, que estabelece, como condição para o recebimento de transferências voluntárias por parte do ente da Federação, o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.

O Demonstrativo tem por finalidade dar transparência e comprovar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos nas ações e serviços públicos de saúde conforme estabelece os artigos 5º a 11 da Lei Complementar nº 141/2012, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

As despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) realizadas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos fundos de saúde. Inclusive o repasse da parcela dos recursos de impostos e transferências constitucionais que os entes da federação devem aplicar em ASPS será feito diretamente ao respectivo Fundo

de Saúde e, no caso da União, também às demais unidades orçamentárias do Ministério da Saúde.

No Município de São Paulo, a despesa realizada com ações e serviços públicos de saúde atingiu, no exercício de 2015, 19,88% do total das receitas correntes nos termos da Lei Complementar n.º 141/2012, que prevê uma despesa mínima de 15% das receitas arrecadadas.

O percentual gasto atende e supera o dispositivo constitucional, uma vez que a aplicação mínima seria de R\$ 4.964.805.377,58. No entanto, a Prefeitura de São Paulo aplicou R\$ 6.581.334.849,87, ou seja, R\$ 1.616.529.472,29 além do valor mínimo estabelecido pela Constituição Federal, conforme pode ser observado no demonstrativo a seguir:

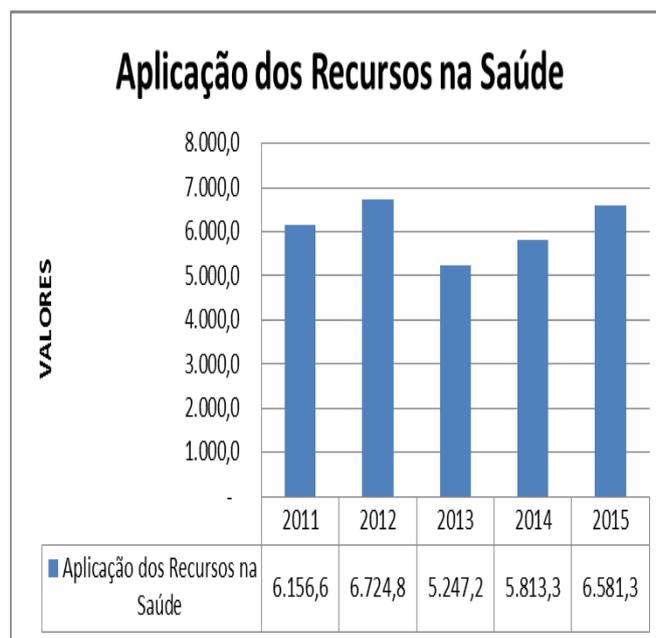
em R\$

Aplicação de Recursos na Saúde	
A. Lei Complementar 141/2012 (Recursos do Tesouro Municipal)	REALIZADA
A.1 - RECEITA	<u>33.098.702.517,23</u>
1.1 RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA	23.598.089.306,79
1.2 RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.500.613.210,44
A.2 - DESPESAS	<u>6.581.334.849,87</u>
2.1 DESPESAS CORRENTES	8.827.240.971,67
2.2 DESPESAS DE CAPITAL	270.561.917,07
2.3 DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO	-2.516.468.038,87
Percentual de Aplicação (A.2/A.1)	19,88%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

A seguir, os valores e percentuais da aplicação de recursos na Saúde nos últimos cinco anos (em milhões de reais):

Ano	Aplicação dos Recursos na Saúde	% Gasto Saúde
2011	6.156,6	18,89
2012	6.724,8	18,64
2013	5.247,2	18,43
2014	5.813,3	19,00
2015	6.581,3	19,83



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

O Demonstrativo da Despesa com Pessoal é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF e visa à transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativa, orçamentária e financeira conferida na forma da Constituição, notadamente quanto à adequação aos limites de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Deverá ser elaborado pelos Poderes e órgãos com poder de autogoverno, tais como o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Tribunal de Contas e o Ministério Público.

A despesa total com pessoal compreende o somatório dos gastos do Ente da Federação com ativos, inativos e pensionistas, deduzidos alguns itens exaustivamente explicitados pela própria LRF, não cabendo interpretações que extrapolem os dispositivos legais. Na esfera municipal, a despesa total com pessoal não poderá exceder o limite de 60% a ser aplicado sobre a receita corrente líquida, sendo 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver.

No Município de São Paulo, a despesa com pessoal consolidada realizada no exercício de 2015 foi de R\$ 15.082,5 milhões, o que representou 34,54% da RCL. Este percentual congrega 33,30% do Poder Executivo e 1,24% do Poder Legislativo, destaca-

se que esses percentuais estão abaixo dos 60% do limite legal e dos 57% do limite prudencial, estabelecidos pela LRF.

Observa-se no demonstrativo a seguir que os percentuais de comprometimento da Despesa com Pessoal, e os valores (em milhões de reais) dos Limites Legal e Prudencial, não excederam aos percentuais estabelecidos na LRF, não sendo necessária a adoção de medidas corretivas.

em R\$

DESPESA COM PESSOAL	2011	2012	2013	2014	2015
Poder Executivo (a)	9.279,8	10.373,0	11.675,3	12.932,9	14.542,2
Poder Legislativo (b)	421,3	444,6	479,6	504,3	540,3
Despesa Líquida Total (c) = (a+b)	9.701,1	10.817,6	12.154,9	13.437,2	15.082,5
Receita Corrente Líquida (d)	29.145,8	32.163,7	34.716,8	37.608,4	43.668,2
% Gasto com Pessoal (e) = (c/d)	33,3	33,6	35,0	35,7	34,5
Limite Legal < 60%	17.487,5	19.298,2	20.830,1	22.565,1	26.200,9
Limite Prudencial < 95% do limite legal	16.613,1	18.333,3	19.788,6	21.436,8	24.890,9

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal visa facilitar o acompanhamento e a verificação de suas informações para fins de transparência e deverá ser elaborado pelo Poder Executivo, em todos os quadrimestres, e pelos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público, somente no último quadrimestre.

A elaboração deste demonstrativo far-se-á mediante a extração das informações dos Demonstrativos:

- a) da Despesa com Pessoal;
- b) da Dívida Consolidada Líquida;
- c) das Garantias e Contragarantias de Valores;
- d) das Operações de Crédito e
- e) dos Restos a Pagar.

A seguir apresenta-se o Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal da Prefeitura de São Paulo referente ao 3º Quadrimestre/2015:

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)		em R\$
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida		43.668.188.527,51
DESPESA COM PESSOAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	15.082.492.576,30	34,54%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60%	26.200.913.116,51	60,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57%	24.890.867.460,68	57,00%
DÍVIDA CONSOLIDADA		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	79.625.774.467,55	182,34%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	52.401.826.233,01	120,00%
GARANTIAS DE VALORES		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	77.859.934,64	0,18%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	9.607.001.476,05	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.986.910.164,40	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.056.773.196,93	7,00%
RESTOS A PAGAR		
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.815.509.161,03	5.002.676.510,22

Fonte: SOF (RGF - Demonstrativos dos Restos a Pagar, da Dívida Consolidada, das Operações de Crédito, das Garantias e Contragarantias e das Despesas com Pessoal).

Controladoria Geral do Município - CGM

Principais dados apresentados pela CGM em 2015

O controle interno exerce na administração sistêmica papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É através dele que detectamos eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo se reorienta na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública a importância do controle foi destacada, principalmente, no que se refere ao cumprimento dos cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Pública, quais sejam: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Neste sentido, a Controladoria Geral do Município registrou, no decorrer de 2015, as seguintes atividades:

DADOS DE OUVIDORIA

Naturezas Reclamadas	Ano 2015
Convênios, fundos e transferências	7
Denúncia de irregularidade grave	78
Infração disciplinar	75
Licitações e contratos	52
Orçamentos e contas	5
Recursos Humanos	184
Total	401

Denúncias	Ano 2015
Anonimato	322
Identificação	79

Administração Municipal	Quantidade de denúncias das unidades em 2015
Subprefeituras	144
Secretaria Municipal de Educação	67
Secretaria Municipal da Saúde	35
Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	32
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	12
Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	7
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	5
Secretaria Municipal de Cultura	4
Secretaria Municipal de Segurança Urbana	4
Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	3
Secretaria Municipal de Gestão	3
Secretaria Municipal de Relações Governamentais	3
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	2
Secretaria Municipal de Habitação	2
Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras	2
Secretaria Municipal de Licenciamento	2
Secretaria Municipal de Transportes	2
Secretaria do Governo Municipal	1
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	1
Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	1
Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo	1
Departamentos	68
Total	401

Unidades examinadas:
Subprefeituras: Mooca, Capela do Socorro, Jabaquara, Lapa, Pirituba, Sé, Penha, Santana, Itaquera, Vila Mariana, Vila Maria, Casa Verde, Guaianases, Ipiranga, Aricanduva, Butantã, Ermelino Matarazzo, M Boi Mirim, Parelheiros, Perus, Sapopemba, São Mateus, Cidade Tiradentes, Itaim Paulista, Pinheiros, Vila Prudente, Cidade Ademar, Campo Limpo, Freguesia do Ó, Jaçanã, São Miguel Paulista e Santo Amaro.

DADOS DE CORREGEDORIA

Servidores punidos	Demitidos a bem do serviço público	Cassação de aposentadoria	Extinção sem julgamento do mérito
21	19	1	1

Procedimentos em andamento	Sindicâncias patrimoniais	Sindicâncias Comuns	Inquérito Administrativo	Responsabilização pessoa jurídica
95	41	51	1	2

Número de processos sumário instaurados em PROCED, a partir de sindicâncias concluídas pela Corregedoria	Número de inquéritos administrativos instaurados em PROCED, a partir de sindicâncias concluídas pela Corregedoria	Total de denúncias e pedidos de informações em 2015
2	27	492

DADOS DE AUDITORIA

NÚMERO DE ORDEM DE SERVIÇO	53
NÚMERO DE UNIDADES AUDITADAS	30
NÚMERO DE CONSTATAÇÕES	90
NÚMERO DE FALHAS GRAVES	30
NÚMERO DE DEMISSÕES	11
VALOR DO PREJUÍZO	R\$ 41.641.956,05
VALOR DA ECONOMIA	R\$ 2.202.463,06

Unidades examinadas
SME, SMADS, SFSP, IPREM, SIURB, SEME, SVMA, SUB SÃO MATEUS, AHM, SUB MOOCA, SMC, SEMPLA, SF, SGM, SNJ, SMS, SECOM, SUB PERUS, SMDU, SMSP, AMLURB, SMT, SEHAB, SUB VILA MARIANA, SUB LAPA, SUB SANTANA, SP URBANISMO, SUB ITAQUERA, SMDHC e SUB IPIRANGA.

RESUMO ANOS ANTERIORES 2013 – 2015

Ouvidoria Geral	Coordenadoria de Auditoria Interna	Coordenadoria de Promoção da Integridade Pública
Protocolos de Encaminhamento: Total: 49.965	Recuperados: R\$ 113.381.900,51	Oficinas abertas à sociedade civil sobre a Lei de Acesso à Informação: 13
Atendimentos: Total: 164.229	Ordens de Serviço: 133 Concluídas e 51 andamentos	Eventos Café Hacker: 15
		Pedidos de informação: 9.737

Principais Resultados Alcançados no Exercício de 2015

Destacamos a seguir os principais resultados alcançados pela Prefeitura de São Paulo no exercício de 2015:

em R\$

Exercício 2015	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CONSOLIDADO
Resultado Orçamentário	8.035.180.985,53	(6.980.457.178,78)	1.054.723.806,75
Superávit Financeiro	3.778.816.146,46	204.592.791,03	3.983.408.937,49
Resultado Primário	9.461.550.892,98	(7.023.361.048,75)	2.438.189.844,23
Resultado Patrimonial	1.639.267.332,18	(89.090.975.550,08)	(87.451.708.217,90)
Resultado Financeiro	2.645.854.222,20	10.157.497,70	2.656.011.719,90

CONCLUSÃO

Concluindo o presente relatório, no qual procuramos abordar os aspectos significativos e relevantes das contas do Exercício de 2015, que foram registrados neste Balanço Geral do Município de São Paulo.

É o que tínhamos a apresentar à Sociedade.

São Paulo, 22 de março de 2016.